

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	8
DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	18
DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	159
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	162
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	165
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	168

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.818.695
Preferenciais	3.679.836
Total	7.498.531
Em Tesouraria	
Ordinárias	19.270
Preferenciais	19.270
Total	38.540

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	1.256.208.487	1.159.075.748
1.01	Ativo Circulante	1.184.350.721	1.091.618.231
1.01.01	Disponibilidades	10.764.379	9.911.653
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	181.101.505	171.248.893
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	288.950.620	258.994.911
1.01.06	Operações de Crédito	337.382.139	322.930.129
1.01.08	Outros Créditos	366.152.078	328.532.645
1.03	Ativo Permanente	71.857.766	67.457.517
1.03.01	Investimentos	60.054.568	55.122.785
1.03.01.03	Participações em Coligadas e Equiparadas	60.050.993	55.119.210
1.03.01.04	Outros Investimentos	3.575	3.575
1.03.02	Imobilizado de Uso	4.800.067	5.251.777
1.03.04	Intangível	7.003.131	7.082.955

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	1.256.208.487	1.159.075.748
2.01	Passivo Circulante	1.168.651.321	1.073.162.107
2.01.01	Depósitos	496.787.580	475.535.132
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	156.818.416	141.939.228
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	165.301.882	167.198.665
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	99.321.300	77.239.162
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	9.136.865	12.332.678
2.01.09	Outras Obrigações	241.285.278	198.917.242
2.05	Patrimônio Líquido	87.557.166	85.913.641
2.05.01	Capital Social Realizado	65.000.000	55.000.000
2.05.02	Reservas de Capital	510.985	600.931
2.05.04	Reservas de Lucro	27.198.755	33.867.333
2.05.04.01	Legal	6.331.785	6.331.785
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	20.866.970	27.535.548
2.05.04.07.01	Ações em tesouraria	-880.182	-1.106.783
2.05.04.07.02	Reservas para equalização de dividendos	21.747.152	28.642.331
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-5.152.574	-3.554.623

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	61.584.956	100.213.289	19.142.775	42.873.602
3.01.01	Operações de Crédito	22.868.501	41.509.518	15.084.055	31.238.377
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	27.789.075	42.687.130	5.869.248	12.596.128
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.012.360	8.517.200	-3.659.469	-7.045.444
3.01.04	Resultado de Operações com Câmbio	2.945.100	3.535.023	-301.811	1.777.975
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	1.969.920	3.964.418	2.150.752	4.306.566
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-57.799.084	-90.462.689	-13.744.518	-38.481.756
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-37.144.789	-59.633.380	-14.080.067	-29.972.465
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-13.371.319	-18.568.258	3.971.100	4.792.674
3.02.03	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-436.643	-576.885	161.131	230.911
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-6.846.333	-11.684.166	-3.796.682	-13.532.876
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	3.785.872	9.750.600	5.398.257	4.391.846
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-2.766.919	-5.820.491	-4.017.981	-3.016.127
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	4.383.792	8.662.865	3.897.991	7.690.049
3.04.02	Despesas de Pessoal	-1.708.578	-3.482.324	-1.732.600	-3.376.009
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-3.612.219	-7.121.340	-3.542.308	-6.936.207
3.04.04	Despesas Tributárias	-601.804	-1.396.237	-864.922	-1.638.839
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	1.038.989	1.943.292	832.511	4.019.785
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-3.954.754	-7.739.245	-3.912.122	-7.247.130
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	1.687.655	3.312.498	1.303.469	4.472.224
3.05	Resultado Operacional	1.018.953	3.930.109	1.380.276	1.375.719
3.06	Resultado Não Operacional	1.956.021	1.976.035	24.837	69.813
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	2.974.974	5.906.144	1.405.113	1.445.532
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-686.084	-1.046.608	468.537	-36.034
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-372.714	-587.656	267.295	-21.767
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-313.370	-458.952	201.242	-14.267
3.09	IR Diferido	1.212.107	2.078.156	563.399	3.539.863

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-425.340	-856.170	-319.654	-766.337
3.10.01	Participações	-425.340	-856.170	-319.654	-766.337
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	3.075.657	6.081.522	2.117.395	4.183.024

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	3.075.657	6.081.522	2.117.395	4.183.024
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-794.009	-1.597.950	605.988	833.949
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.281.648	4.483.572	2.723.383	5.016.973

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2024 à 30/06/2024	Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-7.877.161	-6.432.256
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.094.254	39.380.541
6.01.01.01	Lucro Líquido	6.081.522	4.183.024
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro Líquido	-2.987.268	35.197.517
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-10.971.415	-45.812.797
6.01.02.01	Redução (aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-24.313.737	611.213
6.01.02.02	Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-26.748.756	-30.913.723
6.01.02.03	Redução (aumento) em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	-26.848.372	-12.315.648
6.01.02.04	Redução (aumento) em Outras - Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	275.894	734.522
6.01.02.05	Redução (aumento) em Depósitos no Banco Central	-4.435.747	-4.296.628
6.01.02.06	Redução (aumento) em Outros Ativos Financeiros	-20.419.159	37.481.551
6.01.02.07	Redução (aumento) em Despesas Antecipadas	-349.011	-518.148
6.01.02.08	Redução (aumento) em Outros Ativos	-854.012	-4.419.687
6.01.02.09	Redução (aumento) em Ativos Fiscais Correntes	471.828	-655.898
6.01.02.10	Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências	-1.042.359	-1.594.105
6.01.02.11	Aumento (redução) em Depósitos	21.252.448	19.410.289
6.01.02.12	Aumento (redução) em Captações no Mercado Aberto	14.879.188	6.324.605
6.01.02.13	Aumento (redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	6.563.562	-5.181.342
6.01.02.14	Aumento (redução) em Outros Passivos Financeiros	38.362.177	-55.078.041
6.01.02.15	Aumento (redução) em Outros Passivos	11.618.699	4.389.928
6.01.02.16	Aumento (redução) em Outros Passivos Fiscais Correntes	827.062	398.922
6.01.02.18	Imposto Pago	-211.120	-190.607
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-389.438	-666.149
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.336.958	13.834.954
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-4.842	448.188
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-13.608.399	7.184.737
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	90.465.192	50.767.409
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	76.856.793	57.952.146

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	55.000.000	600.931	0	33.867.333	0	-3.554.623	85.913.641
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	55.000.000	600.931	0	33.867.333	0	-3.554.623	85.913.641
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	6.081.522	0	6.081.522
5.05	Destinações	0	0	0	3.081.522	-6.081.522	0	-3.000.000
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-3.000.000	0	-3.000.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	3.081.522	-3.081.522	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-1.597.951	-1.597.951
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	10.000.000	0	0	-10.000.000	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	42.081	0	226.601	0	0	268.682
5.12	Outros	0	-132.027	0	23.299	0	0	-108.728
5.13	Saldo Final	65.000.000	510.985	0	27.198.755	0	-5.152.574	87.557.166

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	55.000.000	436.314	0	31.033.712	0	-4.504.421	81.965.605
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	55.000.000	436.314	0	31.033.712	0	-4.504.421	81.965.605
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	4.183.024	0	4.183.024
5.05	Destinações	0	0	0	1.147.502	-4.183.024	0	-3.035.522
5.05.01	Dividendos	0	0	0	822.069	-773.872	0	48.197
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-3.200.000	0	-3.200.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	325.433	-209.152	0	116.281
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	833.949	833.949
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	1.256.513	1.256.513
5.07.04	Plano de Benefícios a Funcionários	0	0	0	0	0	-422.564	-422.564
5.11	Outras Transações de Capital	0	43.843	0	0	0	0	43.843
5.13	Saldo Final	55.000.000	480.157	0	32.181.214	0	-3.670.472	83.990.899

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2024 à 30/06/2024	Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
7.01	Receitas	93.372.070	33.873.243
7.01.01	Intermediação Financeira	100.213.289	42.873.602
7.01.02	Prestação de Serviços	8.662.865	7.690.049
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-11.684.166	-13.532.876
7.01.04	Outras	-3.819.918	-3.157.532
7.01.04.01	Outras Receitas e Despesas	-3.819.918	-3.157.532
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-77.471.488	-21.743.352
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.187.606	-4.963.893
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-147.698	-142.207
7.03.02	Serviços de Terceiros	-2.244.874	-1.590.918
7.03.04	Outros	-2.795.034	-3.230.768
7.04	Valor Adicionado Bruto	10.712.976	7.165.998
7.05	Retenções	-1.564.980	-1.531.166
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.564.980	-1.531.166
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	9.147.996	5.634.832
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.312.498	4.472.224
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.312.498	4.472.224
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	12.460.494	10.107.056
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	12.460.494	10.107.056
7.09.01	Pessoal	3.888.622	4.142.346
7.09.01.01	Remuneração Direta	2.083.077	2.049.322
7.09.01.02	Benefícios	573.754	564.801
7.09.01.03	F.G.T.S.	192.275	186.404
7.09.01.04	Outros	1.039.516	1.341.819
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.121.596	1.340.538
7.09.02.01	Federais	1.724.292	1.001.464
7.09.02.02	Estaduais	336	219
7.09.02.03	Municipais	396.968	338.855
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	368.754	441.148
7.09.03.01	Aluguéis	368.754	441.148
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.081.522	4.183.024
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.000.000	3.200.000
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.081.522	983.024

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Justificativa:

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	1.189.995.630	1.115.652.776
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.524.918	23.122.550
1.01.01	Caixa	20.524.918	23.122.550
1.02	Ativos Financeiros	1.063.794.178	991.709.176
1.02.01	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através do Resultado	246.902.061	208.946.965
1.02.01.01	Títulos para Negociação	246.872.884	208.921.896
1.02.01.03	Derivativos Utilizados como Hedge	29.177	25.069
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	65.023.575	59.052.090
1.02.02.03	Instrumentos de dívida	65.005.938	59.036.137
1.02.02.04	Instrumentos de patrimônio	17.637	15.953
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	751.868.542	723.710.121
1.02.03.02	Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	30.055.165	25.716.845
1.02.03.03	Empréstimos e adiantamentos a clientes	542.692.939	514.936.423
1.02.03.04	Instrumentos de dívida	92.563.830	101.087.321
1.02.03.05	Reservas no Banco Central do Brasil	86.556.608	81.969.532
1.03	Tributos Diferidos	55.965.073	52.839.470
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	8.998.528	9.393.766
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	46.966.545	43.445.704
1.04	Outros Ativos	7.142.881	6.910.723
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	897.464	914.072
1.04.03	Outros	6.245.417	5.996.651
1.05	Investimentos	3.601.636	1.609.780
1.06	Imobilizado	6.454.630	7.085.564
1.06.01	Imobilizado de Uso	6.454.630	7.085.564
1.07	Intangível	32.512.314	32.375.513
1.07.01	Intangíveis	4.659.985	4.522.945
1.07.02	Goodwill	27.852.329	27.852.568

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	1.189.995.630	1.115.652.776
2.01	Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado	68.957.804	49.581.441
2.01.01	Derivativos	28.702.049	23.763.857
2.01.02	Posições Vendidas	35.594.396	19.831.991
2.01.03	Outros Passivos Financeiros	97.359	0
2.01.04	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	4.564.000	5.985.593
2.02	Outros Passivos Financeiros Designados ao Valor Justo através do Resultado	63.411	1.176.571
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	956.994.933	910.550.506
2.03.01	Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de Instituições de Crédito	143.742.002	118.511.957
2.03.02	Depósitos de Clientes	595.027.066	583.220.576
2.03.03	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	124.845.138	124.397.422
2.03.04	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	21.381.908	19.626.967
2.03.05	Outros Passivos Financeiros	71.998.819	64.793.584
2.04	Provisões	11.943.774	11.473.781
2.05	Passivos Fiscais	10.407.514	8.999.893
2.06	Outros Passivos	24.054.691	19.014.230
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	117.573.503	114.856.354
2.08.01	Capital Social Realizado	65.000.000	55.000.000
2.08.02	Reservas de Capital	504.825	607.677
2.08.02.06	Outras	504.825	607.677
2.08.04	Reservas de Lucros	-880.182	-1.106.783
2.08.04.09	Ações em Tesouraria	-880.182	-1.106.783
2.08.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	57.745.047	63.920.325
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	-5.101.444	-3.968.215
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	305.257	403.350

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	32.763.817	65.367.807	30.854.182	63.003.357
3.01.01	Receitas com Juros e Similares	32.763.817	65.367.807	30.854.182	63.003.357
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-18.896.125	-38.113.187	-21.016.966	-40.607.149
3.02.01	Despesas com Juros e Similares	-18.896.125	-38.113.187	-21.016.966	-40.607.149
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	13.867.692	27.254.620	9.837.216	22.396.208
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-8.596.207	-17.566.229	-6.754.922	-16.591.544
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	4.319.162	8.249.032	3.786.990	7.783.403
3.04.02	Despesas de Pessoal	-2.860.816	-5.787.631	-2.643.850	-5.309.884
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-2.157.015	-4.212.338	-2.115.635	-4.216.727
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	1.554.495	2.217.164	2.072.381	2.756.841
3.04.05.01	Receitas de instrumentos de patrimônio	36.201	38.214	24.269	28.553
3.04.05.02	Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	-2.339.496	-1.047.282	2.498.577	2.942.649
3.04.05.03	Variações cambiais (líquidas)	1.978.104	1.694.005	-1.191.979	-797.898
3.04.05.04	Outras despesas operacionais (líquidas)	-81.703	-293.317	-155.288	-385.152
3.04.05.05	Res. na alien. de ativos não classif. como ativos não correntes mantidos para venda	1.943.773	1.795.185	917.258	970.859
3.04.05.06	Res. na alien. e desp. com ativos não correntes mantidos para venda não classif. como operações	17.616	30.359	-20.456	-2.170
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-9.515.978	-18.160.000	-7.902.974	-17.711.070
3.04.06.01	Depreciação e amortização	-668.717	-1.350.504	-686.059	-1.374.436
3.04.06.02	Provisões (líquidas)	-1.308.879	-2.424.021	-1.124.825	-2.160.800
3.04.06.03	Perdas com ativos financeiros (líquidas)	-7.511.626	-14.310.995	-6.056.141	-14.108.478
3.04.06.04	Perdas com outros ativos (líquidas)	-26.756	-74.480	-35.949	-67.356
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	63.945	127.544	48.166	105.893
3.04.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	63.945	127.544	48.166	105.893
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.271.485	9.688.391	3.082.294	5.804.664
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.638.057	-2.994.035	-1.477.401	-1.152.300
3.06.01	Corrente	-2.201.738	-4.567.645	-2.691.013	-4.021.072
3.06.02	Diferido	563.681	1.573.610	1.213.612	2.868.772

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.633.428	6.694.356	1.604.893	4.652.364
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	3.633.428	6.694.356	1.604.893	4.652.364
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.617.479	6.669.525	0	0
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	15.949	24.831	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	3.633.428	6.694.356	1.604.894	4.652.364
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-450.161	-1.133.229	315.102	553.595
4.02.01	Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-1.024.823	-1.533.718	637.283	957.801
4.02.02	Impostos sobre a renda	455.735	629.038	-203.643	-433.068
4.02.03	Hedges de fluxo de caixa - Ajuste ao valor justo	-92.409	-256.142	530.514	845.104
4.02.04	Impostos sobre a renda	43.947	121.815	-252.299	-401.910
4.02.05	Outros resultados abrangentes	316.688	46.941	-689.589	-689.588
4.02.06	Impostos sobre a renda	-149.299	-141.163	292.836	275.256
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	3.183.267	5.561.127	1.919.996	5.205.959
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.167.318	5.536.296	1.907.698	5.186.217
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	15.949	24.831	12.298	19.742

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-7.609.017	-11.058.333
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	10.165.000	46.864.296
6.01.01.01	Lucro Líquido do Semestre	6.694.356	4.652.364
6.01.01.02	Depreciação do ativo tangível	827.189	950.913
6.01.01.03	Amortização do ativo intangível	523.315	423.523
6.01.01.04	Perdas com outros ativos (líquidas)	74.480	67.356
6.01.01.05	Provisões e perdas com ativos financeiros (líquidas)	16.735.016	16.269.277
6.01.01.06	Ganhos líquidos na alien. do ativo tangível, invest. e ativos não correntes mantidos para venda	-1.825.734	-968.689
6.01.01.07	Participação no resultado de equivalência patrimonial	-127.544	-105.893
6.01.01.08	Variação nos ativos e passivos fiscais diferidos	-2.004.588	-2.904.608
6.01.01.09	Atualização de Depósitos Judiciais	-365.044	-335.867
6.01.01.10	Atualização de Impostos a Compensar	-163.471	-277.737
6.01.01.11	Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	4.842	-448.188
6.01.01.12	Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos	-10.824.060	29.443.557
6.01.01.13	Outros	616.243	98.288
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-17.774.017	-57.922.629
6.01.02.02	Outros Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	-19.433.245	-53.953.547
6.01.02.05	Ativos Fin. mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-7.843.358	3.359.866
6.01.02.06	Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado	-55.935.236	-50.394.636
6.01.02.07	Outros ativos	-1.598.737	3.841.368
6.01.02.08	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	19.376.363	12.474.690
6.01.02.10	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	45.628.444	27.222.064
6.01.02.11	Outros passivos	5.174.654	3.546.623
6.01.02.12	Impostos pagos	-3.142.902	-4.019.057
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-621.708	-925.470
6.02.01	Aquisição de Controlada, menos caixa líquido na aquisição	-119.020	179.762
6.02.02	Ativo tangível	-362.879	-861.350
6.02.03	Ativo intangível	-725.005	-939.740
6.02.04	Ativos não correntes mantidos para venda	-361.871	-260.947
6.02.05	Alienação - Ativo tangível	166.624	444.851
6.02.06	Alienação - Ativos não correntes mantidos para venda	372.549	384.079
6.02.07	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	398.748	127.875
6.02.08	Alienação - Ativo intangível	9.146	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.293.958	18.800.702
6.03.01	Aquisição de ações próprias	226.601	116.281
6.03.02	Emissão de outros passivos financeiros exigíveis a longo prazo	4.154.253	47.232.812
6.03.03	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-2.861.624	-2.767.995
6.03.04	Pagamentos de outros passivos exigíveis a longo prazo	-6.802.975	-25.358.540
6.03.05	Pagamentos de Juros dos Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	107.564	-421.856

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
6.03.06	Decréscimo em participações não-controladoras	-117.777	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-4.842	448.188
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-13.529.525	7.265.087
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	89.417.760	49.565.334
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	75.888.235	56.830.421

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	55.000.000	607.677	62.813.542	0	-3.968.215	114.453.004	403.350	114.856.354
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	55.000.000	607.677	62.813.542	0	-3.968.215	114.453.004	403.350	114.856.354
5.04	Transações de Capital com os Sócios	10.000.000	0	-10.000.000	-3.000.000	0	-3.000.000	0	-3.000.000
5.04.01	Aumentos de Capital	10.000.000	0	-10.000.000	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-3.000.000	0	-3.000.000	0	-3.000.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.669.525	-1.133.229	5.536.296	24.831	5.561.127
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.669.525	0	6.669.525	24.831	6.694.356
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.133.229	-1.133.229	0	-1.133.229
5.05.02.06	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-904.680	-904.680	0	-904.680
5.05.02.07	Plano de Benefícios a Funcionários	0	0	0	0	171.123	171.123	0	171.123
5.05.02.08	Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento	0	0	0	0	-134.327	-134.327	0	-134.327
5.05.02.09	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	-265.345	-265.345	0	-265.345
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-102.852	4.051.323	-3.669.525	0	278.946	-122.924	156.022
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.669.525	-3.669.525	0	0	0	0
5.06.04	Outros	0	-102.852	381.798	0	0	278.946	-122.924	156.022
5.07	Saldos Finais	65.000.000	504.825	56.864.865	0	-5.101.444	117.268.246	305.257	117.573.503

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	55.000.000	53.482.183	0	6.187.093	-4.486.442	110.182.834	497.342	110.680.176
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	55.000.000	53.482.183	0	6.187.093	-4.486.442	110.182.834	497.342	110.680.176
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-3.200.000	0	-3.200.000	0	-3.200.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-3.200.000	0	-3.200.000	0	-3.200.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	14.287.093	0	-9.654.471	553.595	5.186.217	19.742	5.205.959
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.632.622	0	4.632.622	19.742	4.652.364
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	14.287.093	0	-14.287.093	553.595	553.595	0	553.595
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	524.733	524.733	0	524.733
5.05.02.06	Apropriação do Lucro Líquido do Exercício Anterior	0	14.287.093	0	-14.287.093	0	0	0	0
5.05.02.08	Plano de Benefícios a Funcionários	0	0	0	0	-414.332	-414.332	0	-414.332
5.05.02.09	Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento	0	0	0	0	443.194	443.194	0	443.194
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-7.680.316	0	8.100.000	0	419.684	-8.050	411.634
5.06.04	Outros	0	419.684	0	0	0	419.684	-8.050	411.634
5.06.05	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio do Exercício Anterior	0	-8.100.000	0	8.100.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	55.000.000	60.088.960	0	1.432.622	-3.932.847	112.588.735	509.034	113.097.769

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2024 à 30/06/2024	Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
7.01	Receitas	60.672.597	58.929.483
7.01.01	Intermediação Financeira	65.367.807	63.003.357
7.01.02	Prestação de Serviços	8.249.033	7.783.403
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-14.310.995	-14.108.478
7.01.04	Outras	1.366.752	2.251.201
7.01.04.01	Outras Receitas e Despesas	1.366.752	2.251.201
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-38.113.187	-40.607.149
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.100.062	-4.105.667
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-444.049	-438.325
7.03.02	Serviços de Terceiros	-2.927.564	-3.036.716
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-74.480	-67.356
7.03.04	Outros	-653.969	-563.270
7.04	Valor Adicionado Bruto	18.459.348	14.216.667
7.05	Retenções	-1.350.504	-1.374.436
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.350.504	-1.374.436
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	17.108.844	12.842.231
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	127.544	105.893
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	127.544	105.893
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	17.236.388	12.948.124
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	17.236.388	12.948.124
7.09.01	Pessoal	5.152.858	4.715.848
7.09.01.01	Remuneração Direta	3.662.862	3.224.411
7.09.01.02	Benefícios	998.947	924.740
7.09.01.03	F.G.T.S.	283.944	266.639
7.09.01.04	Outros	207.105	300.058
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.268.077	3.472.721
7.09.02.01	Federais	5.264.150	3.469.306
7.09.02.02	Estaduais	355	0
7.09.02.03	Municipais	3.572	3.415
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	121.097	107.191
7.09.03.01	Aluguéis	121.097	107.191
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.694.356	4.652.364
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.000.000	3.200.000
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.669.525	1.432.622
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	24.831	19.742

Comentário do Desempenho

20
24

Banco Santander (Brasil) S.A.
Relatório da Administração

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:



Apresentamos o Comentário de Desempenho às Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024 serão divulgadas no dia 31 de julho de 2024 no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.



1. Conjuntura Econômica

O desempenho econômico teve como destaques os seguintes temas:

No ambiente internacional

- ❖ **Permanência da incerteza quanto ao início e ritmo de implementação nos EUA e Zona do Euro, respectivamente, dos ciclos de afrouxamento monetário nas economias avançadas.**
- ❖ **Processos eleitorais em países emergentes relevantes provocaram elevação na aversão ao risco associado a essas economias.**

No ambiente doméstico

- ❖ **Avanço na regulamentação da reforma tributária aprovada ao final de 2023, acompanhada de piora na percepção quanto à evolução do endividamento público brasileiro, a despeito da continuidade de um desempenho robusto da arrecadação tributária no período.**

Após a montagem de um grupo de trabalho parlamentar, dois projetos de lei destinados a regulamentar aspectos da reforma tributária aprovada ao final de 2023 deverão ir para votação ao longo do terceiro trimestre de 2024. Tal qual visto nos primeiros meses do ano, a arrecadação tributária seguiu registrando desempenho robusto no segundo trimestre de 2024, ainda influenciada por medidas específicas implementadas anteriormente e que não deverão se mostrar recorrentes à frente. Em contraposição à dinâmica favorável da arrecadação, os gastos públicos também demonstraram ritmo forte de crescimento, mas de maneira mais estrutural que a evolução das receitas. Tal combinação provocou piora na percepção dos mercados quanto à trajetória do endividamento público brasileiro ao longo dos próximos anos, o que acabou gerando uma reavaliação nos preços dos ativos domésticos.

Após flutuações entre R\$4,83 /US\$ e R\$5,05 /US\$ no primeiro trimestre de 2024, a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano flutuou entre R\$5,00 /US\$ e R\$5,60 /US\$ no segundo trimestre e encerrou o período cotada a R\$5,59 /US\$, patamar superior à cotação de R\$5,01 /US\$ verificada no encerramento do 1T24. Na visão do Banco Santander, além da piora na percepção quanto à dinâmica fiscal brasileira, a desvalorização do real decorreu também da manutenção da incerteza com relação aos processos de distensão monetária nas economias avançadas, além da elevação na aversão a risco dos investidores internacionais com relação às economias emergentes.

O Banco Santander avalia que a perspectiva de manutenção da taxa Selic no patamar de 10,50% a.a. por um período prolongado, a manutenção de um desempenho bastante sólido do comércio exterior e os sinais de que o ciclo de corte de juros nos EUA deverá ocorrer ainda em 2024 poderão ajudar a reverter parte da desvalorização registrada pelo real no 2T24. Por estes motivos, projetamos que a taxa de câmbio encerrará o ano de 2024 ao redor do patamar de R\$5,30 /US\$.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Comentário do Desempenho

❖ **Perspectivas positivas com o ritmo da atividade econômica no 1T24, derivada de resiliência no mercado de trabalho e de impulsos fiscais**

Conforme estimado pelo Banco Santander, o PIB do 1T24 voltou a registrar crescimento forte após ter permanecido praticamente estável na segunda metade de 2023. Na opinião do Banco Santander, o desempenho foi majoritariamente causado pela resiliência do mercado de trabalho. Inicialmente, este resultado acabou reforçando a onda de revisões altistas na projeção para o crescimento do PIB em 2024. Ao final do 1T24, a mediana das projeções de agentes econômicos quanto ao desempenho da economia brasileira indicava crescimento do PIB brasileiro de 1,9% em 2024. Ao final do 2T24, a mediana das projeções subiu para 2,1%. O Banco Santander também revisou sua projeção de 1,8% para 2,0% em 2024 e poderia ter elevado para patamar superior a este, não fosse pela ocorrência de enchentes no estado do Rio do Grande do Sul que deverão ter impacto negativo de 0,3% do PIB neste ano.

❖ **Deterioração nas expectativas de inflação levam à interrupção do ciclo de cortes de juros iniciado em agosto de 2023.**

Embora a variação interanual do IPCA tenha permanecido em patamar inferior ao teto da margem de tolerância estipulado pelo sistema de metas inflacionárias, as medidas subjacentes de inflação seguiram indicando dificuldade na convergência para a meta de 3,0% ao longo do horizonte temporal relevante para a política monetária. Em conjunto com a piora na percepção sobre a dinâmica dos gastos públicos nos meses à frente e incertezas no cenário internacional, estes fatores acabaram fazendo com que as expectativas inflacionárias para os próximos anos registrassem piora. Ao final do 1T24, a expectativa de inflação para os anos de 2024 e 2025 eram de, respectivamente, 3,75% e 3,51%. No encerramento do 2T24, as expectativas para os mesmos períodos atingiram os patamares de 4,00% e 3,87%, respectivamente. Como resultado, o Banco Central optou pela interrupção do ciclo de cortes de juros iniciado em meados de 2023 e, ademais, sinalizou que será necessário manter este nível de taxa Selic por um período prolongado de tempo para que haja a convergência da variação interanual do IPCA para a meta de 3,0%. Embora o Banco Santander avalie que a dinâmica inflacionária deverá apresentar melhora ao longo dos próximos meses, a instituição entende que será difícil acontecer melhora substancial nas expectativas inflacionárias à luz de tantas incertezas presentes nos âmbitos doméstico e internacional – fator chave para retomada do processo de redução dos juros no Brasil. Por esta razão, o banco projeta que a taxa Selic permanecerá no patamar de 10,50% a.a. até o final de 2024.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Comentário do Desempenho



2. Desempenho Consolidado

Consolidamos a nossa estratégia com uma boa performance nesse semestre. Destacamos o bom desempenho em volumes, fundamentado por passivos, pela expansão do nosso plano de captações, além da retomada gradual da dinâmica de negócios, que impulsiona o crescimento do portfólio, beneficiando a margem com perspectiva positiva para o ano. Observamos também desempenho mais favorável em comissões, reforçando a diversificação do nosso portfólio. Mantivemos uma boa qualidade do nosso portfólio de crédito, o que reforça uma trajetória positiva para 2024, com índices de inadimplência controlados. Na dimensão de eficiência, vamos sedimentar ainda mais nossa cultura de produtividade. Com isso, estamos construindo um portfólio sólido, duradouro e com capacidade de gerar resultados sustentáveis.



Lucro líquido
R\$ 6,4 bilhões 1S24
(+42,8% vs 1S23)



Carteira ampliada
R\$ 665,6 bilhões
(+7,8% vs Jun/23)



Margem financeira
R\$ 29,5 bilhões 1S24
(+12,5% vs 1S23)

Demonstração de resultados gerencial¹

(R\$ milhões)	2T24	1T24	2T24 x 1T24	1S24	1S23	1S24 x 1S23
Margem Financeira Bruta	14.751	14.790	-0,3%	29.541	26.248	12,5%
Comissões	5.182	4.886	6,1%	10.068	8.744	15,1%
Receita Total	19.933	19.676	1,3%	39.608	34.992	13,2%
Resultado de PDD	(5.896)	(6.043)	-2,4%	(11.939)	(12.745)	-6,3%
Despesas Gerais	(6.314)	(6.297)	0,3%	(12.611)	(12.036)	4,8%
Outros	(3.816)	(3.797)	0,5%	(7.613)	(6.317)	20,5%
Lucro líquido antes de impostos	3.907	3.539	10,4%	7.446	3.895	91,2%
Impostos e minoritários	(575)	(518)	10,9%	(1.092)	554	-297,1%
Lucro líquido gerencial recorrente	3.332	3.021	10,3%	6.353	4.449	42,8%
Lucro líquido contábil	3.247	2.936	10,6%	6.184	4.210	46,9%

¹ O quadro acima considera reclassificações gerenciais em relação à Demonstração de Resultados Contábeis.



3. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.



4. Governança Corporativa

A estrutura de Governança do Banco Santander Brasil é integrada pela Diretoria Executiva e o seu Comitê Executivo constituído pelos Diretores Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, e pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, são eles: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança.

Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander Brasil e deliberações do Conselho de Administração, vide endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Comentário do Desempenho



5. Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção asseguração independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a ferramenta que permite avaliação das famílias de risco para gerar o planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2024.



6. Pessoas

O Banco Santander segue fortalecendo sua cultura organizacional e sua obsessão pela evolução da experiência do cliente e do colaborador. O protagonismo e a autonomia se ampliam a favor de um ambiente de inovação que acelera a transformação digital e aprimora a oferta para os mais diversos segmentos da sociedade.

São 55.091 colaboradores, considerando todo o grupo, comprometidos com a ambição de fazer do Santander o banco principal de cada um de seus clientes.

Para isso, o Santander preza por um ambiente diverso, em que cada profissional se sinta valorizado e construa sua carreira com uma visão de longo prazo. A partir de 5 pilares de diversidade - Liderança Feminina; Equidade Racial; Pessoas com Deficiência; Diversidade Geracional e LGBTQIA+ e da força transformadora do aprendizado contínuo, cada colaborador é protagonista da sua jornada de desenvolvimento, enriquecida pela colaboração essencial entre pares e líderes, garantindo que as oportunidades de crescimento estejam ao alcance de todos. O Santander foi eleito novamente como uma das Melhores Empresas para trabalhar no Brasil pela GPTW, ocupando a 10ª posição no ranking nacional de empresas com mais de 10.000 funcionários e o 2º lugar no Ranking Setorial de Grandes Bancos.



7. Sustentabilidade

O propósito do Banco Santander é contribuir para o progresso das pessoas e dos negócios apoiando a construção de um Brasil mais justo e sustentável.

Ambiental: Fomento a negócios sustentáveis e com compromisso de ser Net Zero até 2050	
	❖ Encerramento do semestre com 32,9 bilhões em nossa carteira de negócios sustentáveis. Seguimos apoiando nossos clientes na transição para uma economia de baixo carbono. ❖ Avanços na mensuração das emissões financiadas de CO² do setor agropecuário, passo importante para a concessão de crédito focado nas ações de transição e representam o baseline para as metas NZBA (Net Zero Banking Alliance) do setor. ❖ Lançamento de metas Net Zero para o setor automotivo: fabricação de automóveis (segmento atacado) e crédito para financiamento de veículos na Europa.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Comentário do Desempenho

Social:

Contribuição para a construção de uma sociedade mais inclusiva, com acesso à educação e produtos financeiros.

- ❖ Apoio à população do Rio Grande do Sul em função das enchentes ocorridas, através do lançamento do Fundo de Ajuda Humanitária. Ao todo, foram mobilizados R\$7,5MM.
- ❖ Mais de 110 mil usuários beneficiados nos pilares de educação, empregabilidade e empreendedorismo através da plataforma de estudos Open Academy, no Santander Universidade.
- ❖ Lançamento do Programa Lidere sua Carreira para profissionais negros, que inclui ações como assessment e treinamentos em habilidades de liderança.

Governança:

Promoção do ESG em nossa cultura, através da conexão de todos os negócios do Banco Santander.

- ❖ Diversidade e independência do Conselho de Administração : 45% de membros mulheres e 55% de membros independentes, em junho de 2024.
- ❖ Evolução importante na pontuação do no ranking geral carteira 2023-2024 do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial, passando de 16ª para 12ª posição.
- ❖ Destaque na premiação “Melhores do ESG” da revista Exame.



8. Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da CVM 162/2022, o Banco Santander informa que no semestre findo em 30 de junho de 2024, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente. Ademais, o Banco confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.



9. Outros Assuntos

O Banco Santander S.A., em atendimento ao disposto na Circular Bacen 3.068/2001, afirma que possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Comentário do Desempenho



10. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e colaboradores pela confiança e suporte que nos moveram até aqui, e que possibilitaram a continuidade da nossa história de evolução e transformação, no caminho para construir a Melhor Empresa de Consumo do Brasil.

Notas Explicativas

20
24

Banco Santander (Brasil) S.A.
Notas Explicativas
Preparadas de Acordo com Práticas Contábeis
Adotadas
no Brasil Aplicáveis às Instituições Autorizadas a
Funcionar pelo
Banco Central do Brasil

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder do Conglomerado Prudencial perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Cj.281, Bloco A, Cond. Wtorre JK – Vila Nova Conceição – São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Santander, que incluem suas dependências no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo BACEN e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado. Estas demonstrações incluem o Banco e suas empresas controladas e os fundos de investimentos indicados na Nota 13, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o semestre findo em 30 de junho de 2024, na reunião realizada em 23 de julho de 2024.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024, serão divulgadas, em 31 de julho de 2024, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

b) Novas normas emitidas com vigência futura

A Resolução CMN nº 4.966/2021, e atualizações trazidas pela resolução nº 5.100/2023, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.

A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação do Banco Santander. O Plano de Implementação dos referidos normativos no Banco Santander está segregado em três pilares: (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados à definição e acompanhamento da implementação; (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

O cronograma do Plano de Implementação está em andamento. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

A Resolução CMN nº 4.975/2021, e atualizações trazidas pela resolução nº 5.101/2023, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banco Santander está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma.

c) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional, incluindo o Banco Santander, e suas controladas, e suas agências no exterior.

As transações em moeda estrangeira, no seu reconhecimento inicial, são convertidas utilizando a taxa de câmbio na data da transação.

As variações cambiais sobre estas transações e sobre a conversão dos ativos e passivos em moeda estrangeira para a moeda funcional, são reconhecidas na Demonstração do Resultado. As variações cambiais relacionadas a Hedge de Fluxo de Caixa são reconhecidas no Patrimônio Líquido.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

b.1) Operações Compromissadas

Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

c) Títulos e Valores Mobiliários

Conforme Circular Bacen nº 3.068/2001, a carteira de títulos e valores mobiliários é classificada nas seguintes categorias:

I - Títulos para negociação, onde são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida ao resultado do período;

II - Títulos disponíveis para venda, onde são registrados os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, mas não foram adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido. Os ajustes ao valor de mercado, quando realizados, são transferidos para o resultado do período; e

ITR - Informações Trimestrais - 30/06/2024 - BCO SANTANDER (BRASIL), S.A.
 *Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

III - títulos mantidos até o vencimento, onde são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não, conforme Circular Bacen nº 3.082/2002. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de hedge contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (hedge) podem ser classificados como:

I - hedge de risco de mercado, onde a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

II - hedge de fluxo de caixa, onde a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

O Banco não possui operações de hedge de investimento líquido em operações no exterior como definido na Resolução CMN nº 4.524/2016, uma vez que não detemos investimentos no exterior em moeda funcional diferente do real.

e) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

f) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se principalmente a ativos não financeiros, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso.

Ativos não financeiros mantidos para venda e outros valores e bens são registrados e avaliados pelo menor valor entre; o valor contábil líquido e o valor justo líquido de despesa de vendas, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

g) Outras Receitas Operacionais

Representadas substancialmente por receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias, são reconhecidas quando o Banco presta o serviço aos clientes. Para o reconhecimento destas receitas, o Banco aplica o modelo de 5 passos atendendo o CPC 47, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.924/2021: I) Identificar o(s) contrato(s) com um cliente; II) Identificar as obrigações de desempenho; III) Determinar o preço da transação; IV) Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; e V) Reconhecer a receita quando, ou à medida que, a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

h.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Conforme Resolução CMN nº 4.935/2021 e Circular Bacen nº 3.693/2013, as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

i) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Mudança no Escopo de Consolidação – Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

j) Imobilizado de Uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

k) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas e coligadas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de software são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

l) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

l.1) Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas, principalmente, de acordo com os critérios abaixo:

• Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)

A PMBaC é constituída a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. A PMBC representa as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculos atuariais para os planos dos tipos tradicionais.

• Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

I.2) Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

- Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da Taxa Referencial Básica (TR);
- Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;
- Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e
- Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

m) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão durante o período de duração do contrato de trabalho do funcionário beneficiário, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na nota 27. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o estimado.

O Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 27) e despesas de pessoal (Nota 23).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

n) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

Remuneração Variável Referenciada em Ações

Além dos administradores, todos os funcionários em posição de gestão de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.

O plano está sujeito à aplicação de cláusulas *Malus* e *Clawback*, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.

o) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 16).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

Os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na nota 16.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

p) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões são constituídas quando o risco de perda for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos em que o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 19.e) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

q) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS.

r) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, é de 20% nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103/2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 10.b.2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

s) Juros sobre Capital Próprio

Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/20.

t) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

u) Garantias Financeiras Prestadas

Conforme Resolução CMN nº 4.512/2016 as perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão deve ser suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	30/06/2024			Consolidado	
				31/12/2023	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	103.229.400	-	-	103.229.400	91.886.844
Posição Bancada	3.319.092	-	-	3.319.092	11.381.409
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.617.564	-	-	1.617.564	4.162.832
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.553.583	-	-	1.553.583	6.443.780
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	147.945	-	-	147.945	774.797
Posição Financiada	67.040.202	-	-	67.040.202	62.454.963
Letras do Tesouro Nacional - LTN	20.211.713	-	-	20.211.713	20.784.306
Notas do Tesouro Nacional - NTN	37.402.030	-	-	37.402.030	31.988.301
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.426.459	-	-	9.426.459	9.682.356
Posição Vendida	32.870.106	-	-	32.870.106	18.050.472
Letras do Tesouro Nacional - LTN	13.661.053	-	-	13.661.053	5.429.226
Notas do Tesouro Nacional - NTN	19.209.053	-	-	19.209.053	12.621.246
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.210.392	1.153.361	3.272.882	7.636.635	8.194.672
Aplicações em Moeda Estrangeira	10.522.542	-	-	10.522.542	13.779.369
Total	116.962.334	1.153.361	3.272.882	121.388.577	113.860.885

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	Banco					Consolidado				
	30/06/2024					30/06/2024				
	Ajuste ao Valor de Mercado					Ajuste ao Valor de Mercado				
	Valor do Custo	Patrimônio				Valor do Custo	Patrimônio			
	Amortizado	Resultado	Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Amortizado	Resultado	Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	101.529.411	(1.763.961)	-	99.765.450	77.473.966	114.603.953	(1.019.437)	-	113.584.516	88.768.509
Títulos Públicos	86.767.903	(1.275.310)	-	85.492.593	66.080.225	94.765.208	(320.251)	-	94.444.957	74.663.588
Títulos Privados	14.761.508	(488.651)	-	14.272.857	11.393.741	19.838.745	(699.186)	-	19.139.559	14.104.921
Títulos Disponíveis para Venda	125.744.142	(72.474)	(1.253.844)	124.417.824	120.585.604	132.053.473	(72.474)	(1.930.584)	130.050.415	131.314.717
Títulos Públicos	58.006.704	-	(1.807.181)	56.199.523	56.076.980	67.712.350	-	(2.576.227)	65.136.123	65.580.863
Títulos Privados	67.737.438	(72.474)	553.337	68.218.301	64.508.624	64.341.123	(72.474)	645.643	64.914.292	65.733.854
Títulos Mantidos até o Vencimento	27.973.945	-	-	27.973.945	28.915.610	27.474.974	-	-	27.474.974	28.915.610
Títulos Públicos	27.464.376	-	-	27.464.376	28.915.610	27.464.376	-	-	27.464.376	28.915.610
Títulos Privados	509.569	-	-	509.569	-	10.598	-	-	10.598	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários	255.247.498	(1.836.435)	(1.253.844)	252.157.219	226.975.180	274.132.400	(1.091.911)	(1.930.584)	271.109.905	248.998.836

II) Títulos para Negociação

	Banco					Abertura por Vencimento					
	30/06/2024					30/06/2024					
	Ajuste ao Valor de Mercado					Ajuste ao Valor de Mercado					
	Valor do Custo	Patrimônio				Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
	Amortizado	Resultado	Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil						
Títulos para Negociação											
Títulos Públicos	86.767.903	(1.275.310)	85.492.593	66.080.225		-	17.237.077	8.486.409	16.437.021	43.332.086	85.492.593
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.544.038	779	10.544.817	3.884.114		-	851.513	1.595.327	2.042.345	6.055.632	10.544.817
Notas do Tesouro Nacional - NTN	60.831.317	(1.176.786)	59.654.531	45.518.819		-	10.019.343	4.875.558	11.027.565	33.732.065	59.654.531
Letras do Tesouro Nacional - LTN	14.999.638	(99.133)	14.900.505	15.998.947		-	5.979.923	2.012.480	3.364.757	3.543.345	14.900.505
Títulos da Dívida Agrária - TDA	7.117	(11)	7.106	10.952		-	1.024	3.044	2.354	684	7.106
Títulos da Dívida Externa Brasileira	292	68	360	359		-	-	-	-	360	360
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	385.501	(227)	385.274	667.034		-	385.274	-	-	-	385.274
Títulos Privados	14.761.508	(488.651)	14.272.857	11.393.741		1.318.572	10.250	21.531	57.496	12.865.008	14.272.857
Ações	1.145.267	(177.317)	967.950	816.300		967.950	-	-	-	-	967.950
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	631.462	(8.516)	622.946	894.851		-	10.129	7.193	39.173	566.451	622.946
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	321.228	(6.667)	314.561	422.192		-	22	-	13.418	301.121	314.561
Cotas de Fundos de Investimento	341.027	9.595	350.622	644.639		350.622	-	-	-	-	350.622
Certificado de Depósito Agropecuário - WA	5.338	1.360	6.698	158.141		-	-	6.698	-	-	6.698
Debêntures	12.317.186	(307.106)	12.010.080	8.457.618		-	99	7.640	4.905	11.997.436	12.010.080
Total	101.529.411	(1.763.961)	99.765.450	77.473.966		1.318.572	17.247.327	8.507.940	16.494.517	56.197.094	99.765.450

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

					Consolidado					
					30/06/2024					
Títulos para Negociação	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Abertura por Vencimento					
					Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	94.765.208	(320.251)	94.444.957	74.663.588	-	17.811.018	9.025.217	20.158.315	47.450.407	94.444.957
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.911.419	(57.258)	15.854.161	16.265.807	-	5.979.921	2.289.841	4.041.054	3.543.345	15.854.161
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	15.667.689	1.043.573	16.711.262	10.249.701	-	1.425.454	1.856.775	5.087.342	8.341.691	16.711.262
Notas do Tesouro Nacional - NTN	62.793.190	(1.306.396)	61.486.794	47.469.734	-	10.019.344	4.875.558	11.027.565	35.564.327	61.486.794
Títulos da Dívida Agrária - TDA	7.117	(11)	7.106	10.952	-	1.025	3.043	2.354	684	7.106
Títulos da Dívida Externa Brasileira	292	68	360	359	-	-	-	-	360	360
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	385.501	(227)	385.274	667.035	-	385.274	-	-	-	385.274
Títulos Privados	19.838.745	(699.186)	19.139.559	14.104.921	3.499.944	19.320	22.875	226.149	15.371.271	19.139.559
Ações	2.965.217	(177.317)	2.787.900	1.913.255	2.787.900	-	-	-	-	2.787.900
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	3	-	3	838	-	-	-	3	-	3
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	631.462	(8.516)	622.946	894.851	-	10.129	7.193	39.173	566.451	622.946
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	321.228	(6.667)	314.561	422.192	-	22	-	13.418	301.121	314.561
Cotas de Fundos de Investimento	773.359	9.595	782.954	972.573	712.044	-	-	-	70.910	782.954
Letras Financeiras - LF	10.421	(7)	10.414	-	-	9.071	1.343	-	-	10.414
Debentures	15.131.717	(517.634)	14.614.083	9.743.071	-	98	7.641	173.555	14.432.789	14.614.083
Certificado de Depósito Agropecuário - WA	5.338	1.360	6.698	158.141	-	-	6.698	-	-	6.698
Total	114.603.953	(1.019.437)	113.584.516	88.768.509	3.499.944	17.830.338	9.048.092	20.384.464	62.821.678	113.584.516

*Para fins de Demonstrações Financeiras, os Títulos Mantidos para Negociação são apresentados no Balanço Patrimonial integralmente no curto prazo.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

III) Títulos Disponíveis para Venda

	30/06/2024		31/12/2023		Abertura por Vencimento							Banco 30/06/2024
	Ajuste ao Valor de Mercado		Refletido no:									
Títulos Disponíveis para Venda	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total	
Títulos Públicos	58.006.704	-	(1.807.181)	56.199.523	56.076.980	-	573.416	6.473.493	25.728.790	23.423.824	56.199.523	
Crédito Securitizado	11	-	(11)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	28.187.691	-	83.904	28.271.595	26.123.786	-	573.416	4.682.991	21.832.540	1.182.648	28.271.595	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	17.790.119	-	(581.854)	17.208.265	10.469.947	-	-	-	3.896.250	13.312.015	17.208.265	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	10.926.218	-	(1.275.153)	9.651.065	11.947.306	-	-	1.490.008	-	8.161.057	9.651.065	
Títulos da Dívida Externa Brasileira	1.102.665	-	(34.067)	1.068.598	960.125	-	-	300.494	-	768.104	1.068.598	
Títulos da Dívida Externa Espanhola	-	-	-	-	2.809.952	-	-	-	-	-	-	
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	-	-	-	-	3.765.864	-	-	-	-	-	-	
Títulos Privados	67.737.438	(72.474)	553.337	68.218.301	64.508.624	7.197.857	3.724.580	15.188.808	14.893.054	27.214.002	68.218.301	
Ações	7.871	-	7.950	15.821	6	15.821	-	-	-	-	15.821	
Cédula de Produto Rural - CPR	25.835.433	-	(336.447)	25.498.986	24.664.608	-	2.618.574	8.984.156	8.470.122	5.426.134	25.498.986	
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	35.119	-	(46)	35.073	131.711	-	-	22.667	12.406	-	35.073	
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	1.920	-	(332)	1.588	1.762	-	-	-	-	1.588	1.588	
Cotas de Fundos de Investimento	7.182.036	-	-	7.182.036	1.317.920	7.182.036	-	-	-	-	7.182.036	
Debêntures	27.180.912	(72.474)	798.061	27.906.499	32.314.842	-	479.395	2.323.391	5.190.782	19.912.931	27.906.499	
Eurobonds	3.625.808	-	97.086	3.722.894	3.265.754	-	-	3.473.866	-	249.028	3.722.894	
Nota Comercial	3.423.381	-	(10.967)	3.412.414	2.237.675	-	551.716	286.892	1.018.943	1.554.863	3.412.414	
Notas Promissórias - NP	444.958	-	(1.968)	442.990	574.346	-	74.895	97.836	200.801	69.458	442.990	
Total	125.744.142	(72.474)	(1.253.844)	124.417.824	120.585.604	7.197.857	4.297.996	21.662.301	40.621.844	50.637.826	124.417.824	

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

30/06/2024						31/12/2023	Abertura por Vencimento					Consolidado 30/06/2024
Títulos Disponíveis para Venda	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:				Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total	
		Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil							
Títulos Públicos	67.712.350	-	(2.576.227)	65.136.123	65.580.863	-	1.322.442	7.437.891	30.859.449	25.516.341	65.136.123	
Crédito Securitizado	11	-	(11)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	34.479.451	-	86.850	34.566.301	32.179.254	-	1.122.522	5.313.233	26.852.153	1.278.393	34.566.301	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	17.990.042	-	(581.856)	17.408.186	11.263.902	-	199.920	-	3.896.251	13.312.015	17.408.186	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	14.140.182	-	(2.047.143)	12.093.039	14.601.764	-	-	1.824.165	111.045	10.157.829	12.093.039	
Títulos da Dívida Externa Brasileira	1.102.664	-	(34.067)	1.068.597	960.125	-	-	300.493	-	768.104	1.068.597	
Títulos da Dívida Externa Espanhola	-	-	-	-	2.809.952	-	-	-	-	-	-	
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	-	-	-	-	3.765.866	-	-	-	-	-	-	
Títulos Privados	64.341.123	(72.474)	645.643	64.914.292	65.733.854	1.142.653	3.724.581	15.188.807	15.207.778	29.650.473	64.914.292	
Ações	274.576	-	98.233	372.809	6	372.809	-	-	-	-	372.809	
Cédula de Produto Rural - CPR	25.835.433	-	(336.447)	25.498.986	24.664.608	-	2.618.574	8.984.156	8.470.122	5.426.134	25.498.986	
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	35.119	-	(46)	35.073	194.205	-	-	22.666	12.407	-	35.073	
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	1.920	-	(332)	1.588	1.762	-	-	-	-	1.588	1.588	
Cotas de Fundos de Investimento	1.126.792	-	41	1.126.833	1.238.583	769.844	-	-	-	356.989	1.126.833	
Debêntures	29.258.414	(72.474)	800.043	29.985.983	33.282.680	-	479.396	2.323.391	5.190.782	21.992.414	29.985.983	
Eurobonds	3.625.808	-	97.086	3.722.894	3.265.754	-	-	3.473.866	-	249.028	3.722.894	
Nota Comercial	3.738.092	-	(10.967)	3.727.125	2.511.691	-	551.716	286.892	1.333.655	1.554.862	3.727.125	
Notas Promissórias - NP	444.958	-	(1.968)	442.990	574.346	-	74.895	97.836	200.801	69.458	442.990	
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	11	-	-	11	-	-	-	-	11	-	11	
Certificado de Operações Estruturadas - COE	-	-	-	-	219	-	-	-	-	-	-	
Total	132.053.473	(72.474)	(1.930.584)	130.050.415	131.314.717	1.142.653	5.047.023	22.626.698	46.067.227	55.166.814	130.050.415	

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

Abertura por Vencimento							Banco 30/06/2024
Títulos Mantidos até o Vencimento (1)	Valor do Custo		Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
	30/06/2024	31/12/2023					
Títulos Públicos	27.464.376	28.915.610	-	25.198.499	997.123	1.268.754	27.464.376
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	11.108.077	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	197.781	4.274.359	-	-	-	197.781	197.781
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	13.241	13.402	-	-	13.241	-	13.241
Títulos da Dívida Externa Mexicana	2.729.076	2.548.055	-	2.729.076	-	-	2.729.076
Títulos da Dívida Externa Espanhola	17.633.920	4.925.839	-	17.633.920	-	-	17.633.920
Títulos da Dívida Externa Brasileira	6.890.358	6.045.878	-	4.835.503	983.882	1.070.973	6.890.358
Títulos Privados	509.569	-	-	-	-	509.569	509.569
Debêntures	509.569	-	-	-	-	509.569	509.569
Total	27.973.945	28.915.610	-	25.198.499	997.123	1.778.323	27.973.945

Abertura por Vencimento							Consolidado 30/06/2024
Títulos Mantidos até o Vencimento (1)	Valor do Custo		Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
	30/06/2024	31/12/2023					
Títulos Públicos	27.464.376	28.915.610	-	25.198.499	997.123	1.268.754	27.464.376
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	11.108.077	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	197.781	4.274.359	-	-	-	197.781	197.781
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	13.241	13.402	-	-	13.241	-	13.241
Títulos da Dívida Externa Mexicana	2.729.076	2.548.055	-	2.729.076	-	-	2.729.076
Títulos da Dívida Espanhola	17.633.920	4.925.839	-	17.633.920	-	-	17.633.920
Títulos da Dívida Externa Brasileira	6.890.358	6.045.878	-	4.835.503	983.882	1.070.973	6.890.358
Títulos Privados	10.598	-	-	-	-	10.598	10.598
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	10.598	-	-	-	-	10.598	10.598
Total	27.474.974	28.915.610	-	25.198.499	997.123	1.279.352	27.474.974

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$ 27.245.467- (31/12/2023 - R\$ 28.852.011).

Para o semestre findo em 30 de junho de 2024, não houve alienações de títulos públicos federais e outros títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Rendas de Títulos de Renda Fixa (1)	34.461.424	7.537.648	35.119.791	6.201.553
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.084.463	5.105.003	5.922.883	2.642.512
Resultado de Títulos de Renda Variável	(324.339)	159.027	(4.219)	334.680
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	-	-	33.056	89.161
Provisão para Perdas por não Recuperação (2)	(591.291)	(384.871)	(591.291)	(384.871)
Outras (3)	56.873	179.321	1.171.375	(642.684)
Total	42.687.130	12.596.128	41.651.595	8.240.351

- (1) Inclui resultado de variação cambial no valor de R\$ 25.737.015 (2023 - resultado de R\$ 2.973.014).
- (2) Corresponde ao registro de perda de caráter permanente, referente aos títulos classificados como disponível para venda.
- (3) Inclui receita de variação cambial e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R\$ 157.263 - no Banco e no Consolidado (2023 – receita de variação cambial e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R\$ 160.732 no Banco e no Consolidado).

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

As operações de swap são apresentadas pelos saldos dos diferenciais a receber e a pagar.

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	30/06/2024		Banco 31/12/2023		30/06/2024		Consolidado 31/12/2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap	19.193.991	18.299.175	16.527.382	17.206.706	13.573.089	12.147.402	12.458.472	13.300.550
Opções	3.306.370	3.213.123	2.190.977	2.546.777	3.568.924	2.677.287	2.635.506	2.685.361
Contratos a Termo e Outros	14.293.040	14.017.089	13.301.372	10.297.701	13.904.991	13.597.219	12.972.711	9.620.890
Total	36.793.401	35.529.387	32.019.731	30.051.184	31.047.004	28.421.908	28.066.689	25.606.801
Circulante	19.708.365	18.972.249	16.617.360	15.408.704	18.124.632	17.579.026	15.200.238	14.245.152
Não Circulante	17.085.036	16.557.138	15.402.371	14.642.480	12.922.372	10.842.882	12.866.451	11.361.649

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	30/06/2024			Banco 31/12/2023		
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Negociação						
Swap	1.180.167.240	532.403	894.816	1.080.128.583	(3.890.121)	(679.324)
Ativo	589.786.460	18.436.458	19.193.991	535.994.426	12.548.437	16.527.382
Juros	314.425.735	14.563.148	11.723.404	269.304.440	6.413.961	8.380.605
Moeda Estrangeira	270.200.911	3.116.928	6.730.015	262.428.400	5.823.911	7.780.989
Outros	5.159.814	756.382	740.572	4.261.586	310.565	365.788
Passivo	590.380.780	(17.904.055)	(18.299.175)	544.134.157	(16.438.558)	(17.206.706)
Juros	363.625.079	(12.697.594)	(11.454.618)	317.621.531	(9.753.936)	(10.237.656)
Moeda Estrangeira	220.549.417	(4.711.237)	(6.245.763)	221.967.981	(6.395.252)	(6.592.200)
Outros	6.206.284	(495.224)	(598.794)	4.544.645	(289.369)	(376.850)
Opções	502.868.135	(1.192.283)	93.247	859.964.525	(1.157.451)	(355.800)
Compromissos de Compra	235.206.218	3.054.144	3.306.370	420.089.089	2.447.416	2.190.977
Opções de Compra Moeda Estrangeira	15.397.265	1.357.890	1.461.868	8.705.243	692.136	432.845
Opções de Venda Moeda Estrangeira	10.448.581	540.529	317.488	5.326.447	408.144	489.785
Opções de Compra Outras	22.615.439	682.621	1.329.836	89.142.771	661.537	739.628
Mercado Interfinanceiro	4.120.386	335.583	699.709	3.729.452	217.219	265.824
Outras (2)	18.495.053	347.038	630.127	85.413.319	444.318	473.804
Opções de Venda Outras	186.744.933	473.104	197.178	316.914.628	685.600	528.719
Mercado Interfinanceiro	203.439	61.517	31.859	543.157	46.852	30.439
Outras (2)	186.541.494	411.587	165.319	316.371.471	638.748	498.280
Compromissos de Venda	267.661.917	(4.246.427)	(3.213.123)	439.875.435	(3.604.867)	(2.546.777)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	5.589.670	(353.580)	(295.363)	3.453.152	(288.349)	(466.324)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	10.126.056	(631.967)	(395.874)	5.951.310	(527.978)	(431.952)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas						
Opções de Compra Outras	43.248.861	(2.719.362)	(2.264.705)	113.106.162	(2.029.925)	(901.373)
Mercado Interfinanceiro	19.570.802	(2.119.146)	(1.603.254)	17.295.280	(1.479.724)	(710.121)
Outras (2)	23.678.059	(600.216)	(661.451)	95.810.882	(550.201)	(191.252)
Opções de Venda Outras	208.697.330	(541.518)	(257.181)	317.364.811	(758.615)	(747.128)
Mercado Interfinanceiro	772.546	(103.021)	(32.040)	370.221	(24.912)	(23.004)
Outras (2)	207.924.784	(438.497)	(225.141)	316.994.590	(733.703)	(724.124)
Contratos de Futuros	371.708.743	-	-	325.170.914	-	-
Posição Comprada	186.197.711	-	-	164.682.752	-	-
Cupom Cambial (DDI)	70.592.100	-	-	41.331.942	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	76.255.442	-	-	48.254.715	-	-
Moeda Estrangeira	39.088.272	-	-	68.838.058	-	-
Índice (3)	261.897	-	-	5.269.712	-	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	988.325	-	-
Posição Vendida	185.511.032	-	-	160.488.162	-	-
Cupom Cambial (DDI)	70.592.100	-	-	41.331.942	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	76.885.245	-	-	48.339.061	-	-
Moeda Estrangeira	37.771.790	-	-	64.559.123	-	-
Índice (3)	261.897	-	-	5.269.712	-	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	988.325	-	-
Contratos a Termo e Outros	391.026.561	(210.033)	275.951	367.004.069	3.312.025	3.003.671
Compromissos de Compra	195.723.165	5.198.863	14.293.040	185.200.220	18.046.952	13.301.372
Moedas	151.254.026	4.069.301	3.974.670	138.731.942	17.047.097	4.936.483
Outros	44.469.139	1.129.562	10.318.370	46.468.278	999.855	8.364.889
Compromissos de Venda	195.303.396	(5.408.896)	(14.017.089)	181.803.849	(14.734.928)	(10.297.701)
Moedas	151.870.709	(4.685.983)	(4.065.704)	135.183.330	(13.498.486)	(2.119.840)
Outros	43.432.687	(722.913)	(9.951.385)	46.620.519	(1.236.442)	(8.177.861)

						Consolidado
						31/12/2023
						30/06/2024
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Negociação						
Swap	894.835.314	(1.390.438)	1.425.687	821.847.697	(2.046.626)	(842.078)
Ativo	446.159.076	11.050.929	13.573.089	407.775.731	9.193.215	12.458.472
Juros	216.498.624	8.294.804	7.337.203	193.567.208	5.054.833	6.481.014
Moeda Estrangeira	228.516.366	2.756.105	6.235.886	212.970.458	4.136.463	5.977.193
Outros	1.144.086	20	-	1.238.065	1.919	265
Passivo	448.676.238	(12.441.367)	(12.147.402)	414.071.966	(11.239.841)	(13.300.550)
Juros	302.343.642	(10.281.385)	(8.922.401)	267.400.407	(9.117.639)	(9.754.177)
Moeda Estrangeira	143.066.238	(1.830.734)	(2.901.883)	143.788.702	(1.907.489)	(3.332.851)
Outros	3.266.358	(329.248)	(323.118)	2.882.857	(214.713)	(213.522)
Opções	498.060.387	(794.213)	891.637	857.662.210	(1.112.873)	(49.854)
Compromissos de Compra	233.524.200	2.828.746	3.568.924	419.095.674	2.252.815	2.635.506
Opções de Compra Moeda Estrangeira	13.942.895	1.134.021	1.330.037	7.711.827	497.534	426.074

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Opções de Venda Moeda Estrangeira	10.220.933	539.000	317.488	5.326.447	408.144	489.785
Opções de Compra Outras	22.615.439	682.621	1.698.636	89.142.771	661.537	1.183.085
Mercado Interfinanceiro	4.120.386	335.583	1.068.509	3.729.452	217.219	265.824
Outras (2)	18.495.053	347.038	630.127	85.413.319	444.318	917.261
Opções de Venda Outras	186.744.933	473.104	222.763	316.914.629	685.600	536.563
Mercado Interfinanceiro	203.439	61.517	57.444	543.157	46.852	30.439
Outras (2)	186.541.494	411.587	165.319	316.371.471	638.748	506.124
Compromissos de Venda	264.536.187	(3.622.959)	(2.677.287)	438.566.536	(3.365.688)	(2.685.360)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	5.294.089	(352.052)	(294.372)	3.453.152	(288.349)	(466.324)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	8.612.138	(392.364)	(224.046)	4.642.411	(288.799)	(431.952)
Opções de Compra Outras	41.932.630	(2.337.025)	(1.835.168)	113.106.162	(2.029.925)	(999.258)
Mercado Interfinanceiro	18.254.571	(1.736.809)	(1.173.717)	17.295.280	(1.479.724)	(710.121)
Outras (2)	23.678.059	(600.216)	(661.451)	95.810.882	(550.201)	(289.137)
Opções de Venda Outras	208.697.330	(541.518)	(323.701)	317.364.811	(758.616)	(787.826)
Mercado Interfinanceiro	772.546	(103.021)	(98.560)	370.221	(24.912)	(23.004)
Outras (2)	207.924.784	(438.497)	(225.141)	316.994.590	(733.703)	(764.822)
Contratos de Futuros	371.708.743	-	-	325.170.914	-	-
Posição Comprada	186.197.711	-	-	164.682.752	-	-
Cupom Cambial (DDI)	70.592.100	-	-	41.331.942	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	76.255.442	-	-	48.254.715	-	-
Moeda Estrangeira	39.088.272	-	-	68.838.058	-	-
Índice (3)	261.897	-	-	5.269.712	-	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	988.325	-	-
Posição Vendida	185.511.032	-	-	160.488.163	-	-
Cupom Cambial (DDI)	70.592.100	-	-	41.331.942	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	76.885.245	-	-	48.339.061	-	-
Moeda Estrangeira	37.771.790	-	-	64.559.123	-	-
Índice (3)	261.897	-	-	5.269.712	-	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	988.325	-	-
Contratos a Termo e Outros	361.728.681	175.554	307.772	330.970.103	3.288.881	3.351.821
Compromissos de Compra	181.267.019	4.788.408	13.904.991	167.171.665	17.249.113	12.972.712
Moedas	147.044.013	3.974.445	3.880.890	134.610.617	17.042.331	4.932.719
Outros	34.223.006	813.963	10.024.101	32.561.048	206.782	8.039.993
Compromissos de Venda	180.461.662	(4.612.854)	(13.597.219)	163.798.438	(13.960.232)	(9.620.890)
Moedas	147.659.131	(4.589.562)	(3.929.614)	130.779.288	(13.211.003)	(1.766.190)
Outros	32.802.531	(23.292)	(9.667.605)	33.019.150	(749.229)	(7.854.700)

- (1) Valor nominal dos contratos atualizados.
- (2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.
- (3) Inclui índices Bovespa e S&P.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

						Banco			Valor Referencial	
									Mercado de Negociação	
						Abertura por Vencimento			30/06/2024	
						30/06/2024			30/06/2024	
						Contraparte				
						31/12/2023				

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

O Banco aplica o hedge de risco de mercado como segue:

- Designa swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré – Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de Hedge Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência no exterior. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com Swap Cross Currency,
- Para operações ativas e passivas indexadas em taxas pré e inflação (objeto de hedge) são utilizados contratos futuros negociados em bolsa (instrumento de hedge).

Em hedge de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Para proteção da volatilidade de variação de fluxos de caixa em operações indexadas à moeda estrangeira ou taxas pós-fixadas (objeto de hedge), utiliza-se como instrumento de hedge contratos futuros ou swaps de taxas de juros para previsibilidade dos fluxos de caixa futuros.

Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não foram registrados resultados referentes a parcela inefetiva.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

										Banco
										31/12/2023
30/06/2024										
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Notional	
	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento
Hedge de Risco de Mercado										
Contratos de Swap	250.270	294.411	242.821	266.471	7.449	27.940	304.799	288.423	272.805	290.091
Hedge <i>de Operações de Crédito</i>	250.270	294.411	242.821	266.471	7.449	27.940	304.799	288.423	272.805	290.091
Contratos de Futuros	21.011.499	22.018.028	20.723.134	22.386.351	288.365	(368.323)	20.013.827	20.263.142	21.325.623	21.045.909
Hedge <i>de Operações de Crédito</i>	7.341.930	8.217.739	7.605.200	8.539.673	(263.270)	(321.934)	7.098.063	7.322.033	8.339.747	8.103.679
Hedge <i>de Títulos e Valores Mobiliários</i>	3.214.531	4.223.202	3.130.215	4.287.312	84.316	(64.110)	1.712.916	2.496.306	1.775.818	2.496.723
Hedge <i>de Captações</i>	10.455.038	9.577.087	9.987.719	9.559.366	467.319	17.721	11.202.848	10.444.803	11.210.058	10.445.507
Hedge de Fluxo de Caixa										
Contratos de Swap	-	-	-	-			12.712.510	10.260.273	13.176.910	10.807.983
Hedge de Captações	-	-	-	-	-	-	12.712.510	10.260.273	13.176.910	10.807.983
Contratos de Futuros	20.203.120	18.265.077	17.559.375	18.104.075	2.643.745	161.002	23.474.440	18.881.495	21.507.468	17.409.795
Hedge <i>de Operações de Crédito</i>	795.007	1.587.364	667.021	1.430.972	127.986	156.392	4.775.959	2.377.994	4.514.260	1.210.499
Hedge <i>de Títulos e Valores Mobiliários</i>	10.627.124	8.309.583	9.986.280	8.342.640	640.844	(33.057)	9.820.833	8.593.414	9.525.807	8.228.328
Hedge de Captações	8.780.989	8.368.130	6.906.074	8.330.463	1.874.915	37.667	8.877.648	7.910.087	7.467.401	7.970.968

										Consolidado
										31/12/2023
30/06/2024										
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Notional	
	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento
Hedge de Risco de Mercado										
Contratos de Swap	250.270	294.411	242.821	266.471	7.449	27.940	304.799	288.423	272.805	290.091
Hedge <i>de Operações de Crédito</i>	250.270	294.411	242.821	266.471	7.449	27.940	304.799	288.423	272.805	290.091
Contratos de Futuros	21.011.499	22.018.028	20.723.134	22.386.351	288.365	(368.323)	20.013.827	20.263.142	21.325.623	21.045.909
Hedge de Operações de Crédito	7.341.930	8.217.739	7.605.200	8.539.673	(263.270)	(321.934)	7.098.063	7.322.033	8.339.747	8.103.679
Hedge <i>de Títulos e Valores Mobiliários</i>	3.214.531	4.223.202	3.130.215	4.287.312	84.316	(64.110)	1.712.916	2.496.306	1.775.818	2.496.723
Hedge de Captações	10.455.038	9.577.087	9.987.719	9.559.366	467.319	17.721	11.202.848	10.444.803	11.210.058	10.445.507
Hedge de Fluxo de Caixa										
Contratos de Swap	6.494.529	5.508.845	5.250.711	5.427.070	1.243.818	81.775	18.843.967	15.351.145	18.238.421	15.770.933
Hedge <i>de Títulos e Valores Mobiliários</i>	6.494.529	5.508.845	5.250.711	5.427.070	1.243.818	81.775	18.843.967	15.351.145	18.238.421	15.770.933
Hedge <i>de Captações</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratos de Futuros	20.203.120	18.265.077	17.559.375	18.104.075	2.643.745	161.002	23.474.440	18.881.495	21.507.468	17.409.795
Hedge <i>de Operações de Crédito</i>	795.007	1.587.364	667.021	1.430.972	127.986	156.392	4.775.959	2.377.994	4.514.260	1.210.499
Hedge <i>de Títulos e Valores Mobiliários</i>	10.627.124	8.309.583	9.986.280	8.342.640	640.844	(33.057)	9.820.833	8.593.414	9.525.807	8.228.328
Hedge de Captações	8.780.989	8.368.130	6.906.074	8.330.463	1.874.915	37.667	8.877.648	7.910.087	7.467.401	7.970.968

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	30/06/2024				Banco	30/06/2024				Consolidado
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	31/12/2023	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	31/12/2023
Estratégias										
Hedge de Risco de Mercado										
Contratos de Swap	-	-	266.471	266.471	290.091	-	-	266.471	266.471	290.091
Hedge de Operações de Crédito	-	-	266.471	266.471	290.091	-	-	266.471	266.471	290.091
Contratos de Futuros	2.063.979	5.868.352	14.454.020	22.386.351	21.045.909	2.063.979	5.868.352	14.454.020	22.386.351	21.045.909
Hedge de Operações de Crédito	1.377.239	2.960.357	4.202.077	8.539.673	8.103.679	1.377.239	2.960.357	4.202.077	8.539.673	8.103.679
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	191.241	322.054	3.774.017	4.287.312	2.496.723	191.241	322.054	3.774.017	4.287.312	2.496.723
Hedge de Captações	495.499	2.585.941	6.477.926	9.559.366	10.445.507	495.499	2.585.941	6.477.926	9.559.366	10.445.507
Hedge de Fluxo de Caixa										
Contratos de Swap	-	-	-	-	10.807.983	-	-	5.427.070	5.427.070	15.770.933
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	10.807.983	-	-	5.427.070	5.427.070	15.770.933
Hedge de Captações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratos de Futuros	-	12.933.201	5.170.874	18.104.075	17.409.795	-	12.933.201	5.170.874	18.104.075	17.409.795
Hedge de Operações de Crédito	-	1.430.972	-	1.430.972	1.210.499	-	1.430.972	-	1.430.972	1.210.499
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	3.171.766	5.170.874	8.342.640	8.228.328	-	3.171.766	5.170.874	8.342.640	8.228.328
Hedge de Captações	-	8.330.463	-	8.330.463	7.970.968	-	8.330.463	-	8.330.463	7.970.968

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de swap e futuros ativos foi liquidado em 31/12/2023 (o valor em 31/12/2023 - R\$ 337).

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	30/06/2024		31/12/2023	
	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito
Swap de Créditos	3.968.970	12.937.989	3.456.614	10.293.916
Total	3.968.970	12.937.989	3.456.614	10.293.916

	30/06/2024		31/12/2023	
Futuros - Brutos	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses	Total
Por Instrumento: CDS	16.906.959	16.906.959	13.750.530	13.750.530
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	16.906.959	16.906.959	13.750.530	13.750.530
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	16.906.959	16.906.959	13.750.530	13.750.530

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	Banco		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	16.996.459	14.688.274	23.201.134	20.991.334
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.767.239	1.061.960	2.680.866	2.122.045
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.097.170	2.301.790	4.683.535	4.988.403
Total	20.860.868	18.052.024	30.565.535	28.101.782

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

7. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

a) Carteira de Créditos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Operações de Crédito	369.935.908	354.093.609	450.798.015	427.599.259
Empréstimos e Títulos Descontados	236.371.095	222.773.857	238.548.574	225.733.376
Financiamentos	45.221.761	47.197.805	123.906.390	117.743.936
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	25.149.564	22.350.907	25.149.564	22.350.907
Financiamentos Imobiliários	63.193.488	61.771.040	63.193.487	61.771.040
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	3.181.038	3.164.051
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (1)	5.799.959	4.301.307	5.799.959	4.301.307
Outros Créditos	75.152.820	77.812.411	78.898.050	81.794.055
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 9.a)	1.414.064	1.450.794	1.220.760	1.810.543
Rendas a Receber de Adiantamento Concedido e Importações Financiadas	206.267	157.593	206.267	157.593
Outros Créditos Diversos (2)	73.532.489	76.204.025	77.471.023	79.825.919
Total	450.888.687	436.207.327	538.677.062	516.858.672

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações (Nota 8).

(2) Devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber (Nota 11).

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN no 3.533/2008 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios são registradas na carteira de crédito.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

No Banco e no Consolidado, durante o semestre findo em 30 de junho de 2024, as cessões sem coobrigação foram no montante de R\$ 423.985 (31/12/2023 - R\$ 7.469.843), sendo R\$91.669 em Carteira Ativa, gerando um resultado de R\$ 20.067 (31/12/2023 - R\$ 59.386) e R\$ 332.316 em Carteira de Prejuízo. Esses montantes referiam-se a operações, substancialmente, de empréstimos e títulos descontados, não tendo valores deste montante com empresa do Grupo.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente à financiamento imobiliário no montante de R\$ 688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 30 de junho de 2024, o valor presente das operações cedidas é de R\$ 23.480 (31/12/2023- R\$ 26.696).

Estas operações de cessão foram realizadas com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória em determinadas situações. O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra. A partir da data da cessão, os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

b.1) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	Banco		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Vencidas	10.749.929	9.605.843	12.165.413	11.070.469
A vencer:				
Até 3 meses	58.788.752	54.140.443	69.500.599	63.866.924
De 3 a 12 meses	85.711.607	80.552.996	113.795.106	106.484.133
Acima de 12 meses	214.685.620	209.794.327	258.517.935	249.341.784
Total	369.935.908	354.093.609	453.979.053	430.763.310

b.2) Outros Créditos e Adiantamentos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Vencidas	147.990	167.353	186.492	224.963
A vencer:				
Até 3 meses	54.462.151	58.690.731	55.449.103	59.645.397
De 3 a 12 meses	24.452.156	21.590.633	26.772.467	24.086.401
Acima de 12 meses	1.890.482	1.665.001	2.289.947	2.138.601
Total	80.952.779	82.113.718	84.698.009	86.095.362

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	30/06/2024	Banco 31/12/2023	30/06/2024	Consolidado 31/12/2023
Setor Privado	447.618.982	433.995.618	535.398.341	514.641.345
Indústria	81.400.988	76.652.008	83.296.329	78.454.638
Comércio	54.918.827	55.554.562	62.064.225	62.919.149
Instituições Financeiras	1.905.718	1.989.794	1.856.492	1.726.240
Serviços e Outros (1)	61.299.750	59.014.390	67.779.917	65.197.183
Pessoas Físicas	241.985.810	234.815.709	312.826.530	298.338.615
Cartão de Crédito	52.294.381	50.865.659	52.294.381	50.865.659
Crédito Imobiliário	60.938.615	59.503.137	60.938.615	59.503.137
Crédito Consignado	71.998.230	66.388.826	71.998.230	66.388.826
Financiamento e Leasing de Veículos	471.105	620.151	68.152.375	61.027.223
Outros (2)	56.283.479	57.437.936	59.442.929	60.553.770
Agricultura	6.107.889	5.969.155	7.574.848	8.005.520
Setor Público	3.269.705	2.211.709	3.278.724	2.217.327
Governo Estadual	438.485	385.611	438.485	385.611
Governo Municipal	2.831.220	1.826.098	2.840.239	1.831.716
Total	450.888.687	436.207.327	538.677.065	516.858.672

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário às construtoras/incorporadoras (plano empresarial), serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

d) Carteira de Créditos e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

		30/06/2024						31/12/2023					
		Provisão						Provisão					
		Carteira de Créditos						Carteira de Créditos					
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total
AA	0,0%	208.855.634	-	208.855.634	-	-	-	203.142.039	-	203.142.039	-	-	-
A	0,5%	176.415.366	-	176.415.366	882.077	1	882.078	166.591.676	-	166.591.676	832.958	3	832.961
B	1,0%	53.564.758	5.416.891	58.981.649	589.816	70	589.886	45.233.297	4.927.564	50.160.861	501.609	123	501.732
C	3,0%	35.860.727	4.752.899	40.613.626	1.218.409	1.229	1.219.638	35.718.161	4.329.428	40.047.589	1.201.428	1.534	1.202.962
D	10,0%	11.244.984	4.210.406	15.455.390	1.545.539	208.264	1.753.803	12.283.076	4.149.299	16.432.375	1.643.238	100.659	1.743.897
E	30,0%	3.295.369	3.094.285	6.389.654	1.916.896	963.450	2.880.346	4.899.901	2.959.053	7.858.954	2.357.686	92.052	2.449.738
F	50,0%	2.733.574	2.572.777	5.306.351	2.653.175	722.508	3.375.683	3.107.877	2.492.362	5.600.239	2.800.120	93.570	2.893.690
G	70,0%	6.912.462	2.555.338	9.467.800	6.627.460	2.199.511	8.826.971	6.706.701	2.595.044	9.301.745	6.511.222	1.756.763	8.267.985
H	100,0%	4.864.652	12.151.448	17.016.100	17.016.100	-	17.016.100	4.665.549	12.816.554	17.482.103	17.482.103	-	17.482.103
Total		503.747.526	34.754.044	538.501.570	32.449.472	4.095.033	36.544.505	482.348.277	34.269.304	516.617.581	33.330.364	2.044.704	35.375.068
Circulante							12.914.910						12.476.411
Não Circulante							23.629.595						22.898.657

(3) No Banco e no Consolidado o total da carteira de créditos inclui o valor de R\$ 175.492 (31/12/2023- R\$ 241.091), referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com Instrução Normativa BCB nº 276/2022 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE)

Conforme a Resolução CMN nº 4.846/20, demonstramos a seguir, as operações relacionadas ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE), classificadas por nível de risco e juntamente com o montante da provisão constituída para cada nível de risco:

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	30/06/2024		Banco/Consolidado 31/12/2023	
		Ativo	Provisão Requerida	Ativo	Provisão Requerida
AA	0,0%	-	-	-	-
A	0,5%	-	-	-	-
B	1,0%	-	-	-	-
C	3,0%	-	-	-	-
D	10,0%	-	-	79	1
E	30,0%	-	-	213	10
F	50,0%	-	-	344	26
G	70,0%	-	-	357	37
H	100,0%	1.138	351	8.467	1.394
Total		1.138	351	9.460	1.468

(1) Saldo de provisão constituída sobre a parcela do crédito cujo risco é do Banco Santander (Brasil) S.A.

e) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Saldo Inicial	31.163.480	30.316.513	35.375.068	34.453.117
Constituições Líquidas das Reversões	11.684.166	13.532.876	13.215.616	15.514.161
Baixas	(10.293.877)	(12.613.388)	(12.046.179)	(14.497.062)
Saldo Final	32.553.769	31.236.001	36.544.505	35.470.216
Créditos Recuperados	1.275.261	1.714.903	1.458.005	2.115.952

f) Créditos Renegociados

	Banco		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Créditos Renegociados (1)	26.010.315	28.034.135	30.289.514	32.761.140
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(14.842.904)	(16.032.317)	(16.259.346)	(17.628.394)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	57,1%	57,2%	53,7%	53,8%

(1) Foram consideradas operações para as quais ocorreram contratações de acordos, em atraso a partir de 30 dias.

g) Concentração de Crédito

Carteira de Crédito com Avais e Fianças (1), Títulos e Valores Mobiliários (2) e Instrumentos Financeiros Derivativos (3)	30/06/2024		Consolidado 31/12/2023	
	Risco	%	Risco	%
Maior Devedor	11.311.460	1,5%	9.055.658	1,3%
10 Maiores	61.482.722	8,1%	53.202.978	7,6%
20 Maiores	89.293.771	11,8%	82.601.115	11,8%
50 Maiores	138.134.447	18,3%	134.058.263	19,1%
100 Maiores	178.692.052	23,7%	174.946.657	24,9%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

8. Carteira de Câmbio

	Banco/Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	29.826.145	24.590.136
Câmbio Comprado a Liquidar	64.796.274	43.427.082
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(1.294.909)	(516.110)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 7.a)	206.267	157.593
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	656	571
Total	93.534.433	67.659.272
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	49.815.701	40.391.634
Obrigações por Compra de Câmbio	44.025.046	27.663.172
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 7.a)	(5.799.959)	(4.301.307)
Outros	136	121
Total	88.040.924	63.753.620
Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	1.707.790	1.582.289
Créditos de Exportação Confirmados	(11.456)	193.368

9. Outros Ativos Financeiros

a) Outros Ativos Financeiros

	Banco	
	30/06/2024	31/12/2023
Carteira de Câmbio (Nota 8)	93.534.433	67.659.272
Negociação e Intermediação de Valores	3.657.347	1.763.642
Relações Interfinanceiras	110.447.169	105.155.562
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 7.a.)	1.414.064	1.450.794
Total	209.053.013	176.029.270
Circulante	200.769.732	168.072.525
Não Circulante	8.283.281	7.956.745
	Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
Carteira de Câmbio (Nota 8)	93.534.433	67.659.272
Negociação e Intermediação de Valores	9.395.841	4.743.775
Relações Interfinanceiras	110.760.552	105.454.708
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 7.a.)	1.220.760	1.810.543
Total	214.911.586	179.668.298
Circulante	203.949.259	168.832.950
Não Circulante	10.962.327	10.835.348

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

b) Negociação e Intermediação de Valores

	Banco		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Ativo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	2.292.414	824.002	7.424.626	3.410.828
Caixas de Registro e Liquidação	8.155	2.049	18.622	5.086
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	15.225	109.491	570.960	442.332
Bolsas - Depósitos em Garantia	453.018	473.271	459.339	479.274
Outros	888.535	354.829	922.294	406.255
Total	3.657.347	1.763.642	9.395.841	4.743.775
Passivo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	618.588	294.254	4.435.861	1.107.953
Credores - Conta Liquidações Pendentes	5.746	4.976	1.030.336	236.854
Credores por Empréstimos de Ações	-	-	1.129.068	1.273.344
Caixas de Registro e Liquidação	1	10.227	92.879	162.694
Comissões e Corretagens a Pagar	5.198	3.187	7.260	4.554
Outros	561.412	436	561.537	542
Total	1.190.945	313.080	7.256.941	2.785.941

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

10.Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Ativos Fiscais Diferidos	45.103.889	41.271.976	50.563.199	46.196.503
Impostos e Contribuições a Compensar	7.694.211	8.026.814	9.021.192	9.427.154
Total	52.798.100	49.298.790	59.584.391	55.623.657
Circulante	932.991	3.834.028	1.541.014	4.738.408
Não Circulante	51.865.109	45.464.762	58.043.377	50.885.249

b) Ativos Fiscais Diferidos

b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens			Banco	
	30/06/2024	31/12/2023	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	62.589.813	55.875.335	25.143.901	5.234.611	(2.213.096)
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	2.979.852	2.856.292	1.285.331	538.170	(482.567)
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.378.107	2.108.600	948.870	147.325	(26.047)
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	5.765.420	5.825.567	2.621.506	708.316	(735.381)
Ágio	100.528	102.017	45.909	-	(671)
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	5.681.938	4.607.131	1.318.642	393.014	(188.004)
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	3.043.428	1.417.322	674.042	784.816	(11.481)
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	1.082.291	1.533.694	690.161	5.772	(208.903)
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	856.464	1.205.283	527.911	383.677	(533.740)
Outras Provisões Temporárias (3)	7.433.196	6.394.122	2.781.130	1.536.477	(1.055.507)
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	91.911.037	81.925.363	36.037.403	9.732.178	(5.455.397)
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	10.727.231	11.710.701	5.227.235	-	(437.530)
Contribuição Social - MP 2.158/2001	-	40.766	7.338	-	(7.338)
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	102.638.268	93.676.830	41.271.976	9.732.178	(5.900.265)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	Origens		Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Consolidado
	30/06/2024	31/12/2023				Saldo em 30/06/2024
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	69.242.133	61.828.383	27.512.454	5.919.506	(2.581.583)	30.850.377
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.197.749	3.082.592	1.374.298	570.093	(516.723)	1.427.668
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.505.710	2.229.723	997.129	158.294	(36.144)	1.119.279
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	6.111.450	6.168.408	2.746.669	730.119	(758.864)	2.717.924
Ágio	100.528	102.017	45.908	-	(670)	45.238
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	9.523.031	7.830.843	2.516.879	2.040.809	(1.591.885)	2.965.803
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	3.837.103	2.049.816	947.929	923.332	(81.498)	1.789.763
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	1.092.344	1.543.768	693.587	5.771	(208.910)	490.448
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.107.251	1.629.466	671.892	450.825	(658.714)	464.003
Outras Provisões Temporárias (3)	8.245.334	7.315.138	3.119.676	1.632.719	(1.198.699)	3.553.696
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	104.962.633	93.780.154	40.626.421	12.431.468	(7.633.690)	45.424.199
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	11.913.641	12.906.909	5.562.744	57.601	(481.345)	5.139.000
Contribuição Social - MP 2.158/2001	-	40.766	7.338	-	(7.338)	-
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	116.876.274	106.727.829	46.196.503	12.489.069	(8.122.373)	50.563.199

- (1) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.
- (2) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários.
- (3) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas.

Em 30 de junho de 2024, os créditos tributários não ativados totalizaram R\$ 75.875 (31/12/2023 – R\$108.198) no Consolidado.

O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15.

b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

					Banco 30/06/2024
Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa	Total Registrados
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS		
2024	3.786.916	3.049.754	40.573	-	6.877.243
2025	6.721.480	5.415.450	81.146	-	12.218.076
2026	4.835.722	3.882.383	81.146	-	8.799.251
2027	4.501.754	3.601.393	81.146	-	8.184.293
2028	1.531.916	1.225.522	81.146	1.136.407	3.974.991
2029 a 2033	725.817	580.649	40.573	3.653.298	5.000.337
Até 2034	27.610	22.088	-	-	49.698
Total	22.131.215	17.777.239	405.730	4.789.705	45.103.889

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais -	Consolidado
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Base Negativa	30/06/2024
					Total Registrados
2024	4.243.905	3.304.226	61.652	143.300	7.753.083
2025	7.470.364	5.822.038	123.147	133.826	13.549.375
2026	5.683.817	4.344.449	122.453	3.522	10.154.241
2027	5.171.037	3.970.919	122.453	5.230	9.269.639
2028	1.866.909	1.390.547	122.453	1.142.798	4.522.707
2029 a 2033	856.718	636.005	61.228	3.688.704	5.242.655
Até 2034	27.743	22.136	-	21.620	71.499
Total	25.320.493	19.490.320	613.386	5.139.000	50.563.199

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos considera as legislações tributárias vigentes em cada período e não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

Com base na Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Ativos Fiscais Diferidos devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

b.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente dos ativos fiscais diferidos registrados é de R\$ 38.116.337 (31/12/2023 - R\$ 33.321.684) no Banco e R\$ 42.636.032 (31/12/2023 - R\$ 37.477.915) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

c) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Passivos Fiscais Diferidos	3.446.989	2.727.574	6.239.044	4.850.820
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	1.021.427	7.099	2.442.502	1.752.117
Impostos e Contribuições a Pagar (1)	802.178	1.200.564	3.803.583	4.434.042
Total	5.270.594	3.935.237	12.485.129	11.036.979
Circulante	1.401.347	1.207.663	3.401.660	6.186.158
Não Circulante	3.869.247	2.727.574	9.083.469	4.850.821

(1) Inclui a parcela equivalente a R\$ 2.683 no banco e coligadas, correspondente às ações judiciais de PIS e COFINS, referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98, registrada em virtude da decisão do STF sobre o Tema 372. (Vide notas 18.e e 24)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

c.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens			Constituição	Realização	Banco
	30/06/2024	31/12/2023	Saldo em 31/12/2023			Saldo em 30/06/2024
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	4.058.847	3.596.609	1.705.979	2.064.799	(1.834.317)	1.936.461
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	1.083.996	1.871.948	893.115	6.875	(380.866)	519.124
Superveniência de Arrendamento Mercantil	21.236	21.254	5.314	-	(4)	5.310
Outros	2.191.733	274.113	123.166	862.928	-	986.094
Total	7.355.812	5.763.924	2.727.574	2.934.602	(2.215.187)	3.446.989

	Origens			Constituição	Realização	Consolidado
	30/06/2024	31/12/2023	Saldo em 31/12/2023			Saldo em 30/06/2024
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	9.770.251	7.776.142	3.254.614	3.346.744	(2.529.243)	4.072.115
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	1.158.508	1.966.265	935.587	99.668	(438.887)	596.368
Superveniência de Arrendamento Mercantil	1.988.251	1.877.592	469.398	43.215	(15.550)	497.063
Outros	2.845.118	592.670	191.221	883.763	(1.486)	1.073.498
Total	15.762.128	12.212.669	4.850.820	4.373.390	(2.985.166)	6.239.044

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

c.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias			Banco
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	30/06/2024
				Total Registrados
2024	137.217	108.562	23.914	269.693
2025	274.434	217.124	47.829	539.387
2026	274.434	217.124	47.829	539.387
2027	273.549	217.125	47.828	538.502
2028	272.664	217.125	47.828	537.617
2029 a 2033	252.628	201.516	23.914	478.058
Até 2034	302.419	241.926	-	544.345
Total	1.787.345	1.420.502	239.142	3.446.989

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

				Consolidado 30/06/2024
Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrados
2024	546.029	168.709	51.490	766.228
2025	821.636	334.732	102.515	1.258.883
2026	569.732	326.296	100.458	996.486
2027	560.781	322.340	100.458	983.579
2028	552.939	318.782	100.458	972.179
2029 a 2033	410.942	254.067	50.229	715.238
Até 2034	304.307	242.142	-	546.449
Total	3.766.366	1.967.068	505.608	6.239.042

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2024	Banco 01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	Consolidado 01/01 a 30/06/2023
		1.445.532		
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	5.906.144		8.469.078	4.362.974
Participações no Lucro (1)	(856.170)	(766.337)	(1.192.926)	(1.014.159)
Resultado não Realizado	-	-	(176)	(176)
		679.195		
Resultado antes dos Impostos	5.049.974		7.275.976	3.348.639
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente (3)	(2.272.488)	(305.638)	(3.274.189)	(1.506.888)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (2)	1.490.624	2.012.500	40.260	36.687
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	636.550	496.734	540.907	600.781
Juros sobre o Capital Próprio	1.263.939	1.351.669	1.424.139	1.295.670
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	(40.494)	(70.098)	(70.791)	(48.029)
Efeito da Diferença da Alíquota de CSLL (3)	-	-	417.601	468.313
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	(46.583)	18.662	(91.828)	66.864
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.031.548	3.503.829	(1.013.901)	913.398
Impostos Correntes	(1.046.608)	(36.034)	(3.038.504)	(2.027.480)
Imposto de renda e contribuição social do período	(1.046.608)	(36.034)	(3.038.504)	(2.027.480)
Impostos Diferidos	2.521.524	3.517.758	2.485.261	2.739.092
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias - Resultado	2.521.524	3.517.758	2.485.261	2.739.092
Movimentação do Período:	(443.368)	22.105	(442.225)	176.800
Base Negativa de Contribuição Social	(196.693)	19.666	(196.608)	41.385
Prejuízo Fiscal	(246.675)	2.439	(245.617)	135.415
Constituição no período sobre:	-	-	(18.433)	24.986
Base Negativa de Contribuição Social	-	-	(18.433)	524
Prejuízo Fiscal	-	-	-	24.462
Total dos impostos diferidos	2.078.156	3.539.863	2.024.603	2.940.878
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.031.548	3.503.829	(1.013.901)	913.398

- (1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.
(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.
(3) Efeito da diferença da alíquota para as empresas que estão sujeitas à alíquota de contribuição social de 9% e 15%

e) Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2024	Banco 01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	Consolidado 01/01 a 30/06/2023
Despesa com Cofins	796.622	1.045.118	1.467.873	1.656.595
Despesa com ISS	353.605	290.808	491.436	402.103
Despesa com PIS	129.451	169.832	265.345	294.609
Outras	116.559	133.081	127.427	150.566
Total	1.396.237	1.638.839	2.352.081	2.503.873

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

11.Outros Ativos

	30/06/2024	Banco 31/12/2023	30/06/2023	Consolidado 31/12/2023
Títulos e Créditos a Receber (Nota 7.a)				
Cartões de Crédito	44.449.249	43.318.428	44.449.249	43.318.428
Direitos Creditórios (1)	28.137.569	32.272.330	31.928.650	35.741.687
Prêmio ou Desconto em Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	563.442	214.077	563.442	214.077
Devedores por Depósitos em Garantia				
Para Interposição de Recursos Fiscais	5.794.090	5.656.205	7.693.585	7.503.965
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.666.759	1.735.205	1.764.788	1.834.873
Outros - Cíveis	757.298	787.047	944.569	987.175
Garantias Contratuais de Ex-Controladores	496	496	496	496
Pagamentos a Ressarcir	114.066	93.865	117.586	97.478
Adiantamentos Salariais	244.507	129.513	472.516	542.314
Adiantamentos de Contratos de Energia	-	-	3.977.955	2.750.937
Plano de Benefícios a Funcionários	260.077	272.437	325.152	338.820
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 7.a)	382.229	399.190	529.682	551.727
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	45.049	44.824	190.890	236.869
Rendas a Receber	3.128.985	3.399.401	3.326.724	3.156.621
Outros Valores e Bens (2)	950.941	1.036.387	965.168	979.728
Outros (2)	17.806.208	13.845.180	9.187.905	8.669.768
Total	104.300.965	103.204.585	106.438.357	106.924.963
Circulante	93.088.273	91.933.523	92.334.024	92.881.898
Não Circulante	11.212.692	11.271.062	14.104.333	14.043.065

- (1) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente, compostas por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perdas esperadas associadas ao risco de crédito por segmento, de acordo com as políticas de risco do Banco.
- (2) Em 2023, estão incluídos saldos referentes a despesas antecipadas na linha de outros, reclassificados de outros valores e bens para fins de uma melhor apresentação.

12.Informações das Dependências no Exterior

O Banco Santander possui autorização para operar agências em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman, e em Luxemburgo. As agências estão devidamente autorizadas a executar negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. As agências também recebem depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

O resultado líquido do período das dependências no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras sem eliminação das transações com ligadas é:

	Agência Grand Cayman(1)		Agência de Luxemburgo(1)	
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Resultado do Período	971.991	248.126	1.146.242	1.027.299

	Agência Grand Cayman(1)		Agência de Luxemburgo(1)	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Ativo	176.296.292	143.819.087	142.655.693	86.266.765
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	176.296.260	154.465.424	142.655.693	119.862.991
Ativo Permanente	32	28	-	-
Total do Ativo	176.296.292	154.465.452	142.655.693	119.862.991
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	137.678.333	121.105.599	119.862.915	100.565.467
Patrimônio Líquido	38.617.959	33.359.853	22.792.778	19.297.524

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Total do Passivo e Patrimônio Líquido	176.296.292	154.465.452	142.655.693	119.862.991
---------------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------

(1) A moeda funcional é o Real.

13.Participações de Controladas e Coligadas

a) Perímetro de Consolidação

		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		30/06/2024		
			Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação do Banco Santander	Participação Consolidada
Investimentos						
Controladas do Banco Santander						
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)		Financeira	50.159	-	100,00%	100,00%
Banco RCI Brasil S.A.		Banco	81	81	39,89%	39,89%
Esfera Fidelidade S.A.		Prestação de Serviços	10.001	-	100,00%	100,00%
GIRA - Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A. (GIRA)		Tecnologia	7.488	-	98,74%	100,00%
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.		Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	-	100,00%	100,00%
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.		Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	33.693	-	100,00%	100,00%
Rojo Entretenimento S.A.		Prestação de Serviços	7.417	-	94,60%	94,60%
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.		Prestação de Serviços de Meios Digitais	71.181	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)		Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)		Consórcio	872.186	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)		Corretora	14.067.640	14.067.640	99,99%	99,99%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)		Corretora	7.184	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A.		Holding	558.601	-	100,00%	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)		Leasing	164	-	100,00%	100,00%
F1RST Tecnologia e Inovação Ltda.		Prestação de Serviços de Tecnologia	241.941	-	100,00%	100,00%
SX Negócios Ltda.		Prestação de Serviços de Call Center	75.050	-	100,00%	100,00%
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.		Prestação de Serviços	192.000	-	100,00%	100,00%
Toro Participações S.A.		Holding	14.763	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI						
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.		Banco	150.000	-	0,00%	50,00%
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A. (Solution 4Fleet)		Tecnologia	328	-	0,00%	80,00%
Controlada da Santander Leasing						
Banco Bandepe S.A.		Banco	3.589	-	0,00%	100,00%
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM)		Distribuidora	461	-	0,00%	100,00%
Controladas da Sancap						
Santander Capitalização S.A.		Capitalização	64.615	-	0,00%	100,00%
Evidence Previdência S.A.		Previdência	42.819.564	-	0,00%	100,00%
Controlada da Santander Holding Imobiliária S.A.						
Summer Empreendimentos Ltda.		Real Estate	17.084	-	0,00%	100,00%
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.						

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda. (Toro CTVM)	Corretora	21.559	-	0,00%	59,64%
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	44.101	-	0,00%	13,23%
Controlada da Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda.					
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	289.361	-	0,00%	86,77%
Controlada em Conjunto da Sancap					
Santander Auto S.A.	Tecnologia	22.452	-	0,00%	50,00%
Controlada da Toro Investimentos S.A.					
Toro Asset Management S.A.	Investimentos	918.264	-	0,00%	100,00%

30/06/2024

		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação do Banco Santander	Participação Consolidada
Investimentos					
Controladas em Conjunto do Banco Santander					
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. (EBP)	Outras	5.076	1.736	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (Gestora de Crédito)	Birô de Crédito	8.144	1.756	15,56%	15,56%
Influência Significativa pelo Banco Santander					
Núcleo S.A. (Atual denominação da CIP S.A.)	Outras	9.248	-	17,53%	17,53%
Pluxee Benefícios Brasil S.A	Benefícios	191.342	-	20,00%	20,00%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros					
Tecnologia Bancária S.A. (TecBan)	Outras	743.944	68.771	0,00%	18,98%
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.000	-	0,00%	50,00%
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	Outras	22.454	-	0,00%	20,00%
Biomass – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Outras	20.000	-	0,00%	16,66%
Fit Economia de Energia S.A.	Outras	10.400	-	0,00%	65,00%
Influência Significativa pela Santander Corretora de Seguros					
Webmotors S.A.	Tecnologia	182.197.214	-	0,00%	30,00%
Controlada da Webmotors S.A.					
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop)	Prestação de Serviços	23.243	-	0,00%	51,00%
Car10 Tecnologia e Informação S.A. (Car10)	Tecnologia	6.591	-	0,00%	66,67%
Controlada da Car10 Tecnologia e Informação S.A.					
Pag10 Fomento Mercantil Ltda.	Tecnologia	100	-	0,00%	100,00%
Controlada da TecBan					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras	552.004	-	0,00%	100,00%
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras	10.800	-	0,00%	100,00%
Controlada da Tbnet					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte)	Outras	517.505	-	0,00%	100,00%

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (3);
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1);
- Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (2);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (3);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (4);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (4);
- Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Getnet;

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

- Santander Flex Fundo de Investimento Direitos Creditórios (4);
 - San Créditos Estruturados – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado (4);
 - D365 – Fundo De Investimento em Direitos Creditórios (4);
 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Tellus (4);
 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Precato IV (4); e
 - Santander Hera Renda Fixa Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Responsabilidade Limitada.
- (1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das suas cotas subordinadas.
- (2)
- (3) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.
- (4) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Santander Paraty não possui posição patrimonial própria, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.
- (5) Fundo controlado pela Return Capital Serviços de Recuperação de Crédito S.A.

b) Composição dos Investimentos

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	Banco
	30/06/2024	01/01 a 30/06/2024	30/06/2024	31/12/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Controladas do Banco Santander						
Aymoré CFI	23.635.873	797.135	23.635.873	22.838.738	797.135	1.121.581
Banco RCI Brasil S.A.	1.380.753	95.932	550.795	508.035	38.268	24.366
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	213.829	(388)	213.829	214.216	(388)	(35.009)
Esfera Fidelidade S.A.	1.309.962	401.918	1.309.962	908.089	401.873	406.940
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	7.858.093	393.896	7.858.093	7.482.700	396.083	455.463
Sancap	1.200.147	274.070	1.200.147	1.223.774	274.070	281.759
Santander Brasil Consórcio	1.297.262	269.362	1.297.262	1.027.901	269.362	305.971
Santander CCVM	989.770	18.675	989.768	975.593	18.675	28.769
Santander Corretora de Seguros	7.159.538	698.140	7.158.666	6.462.279	698.140	1.478.835
Santander Leasing	11.673.504	370.718	11.673.504	11.445.416	370.718	354.493
SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	238.945	8.698	238.945	230.246	8.698	17.596
Toro Participacoes S.A	136.519	1.861	136.519	-	1.861	-
Influência Significativa pelo Banco Santander						
Núclea S.A. (Atual denominação da CIP S.A.)	1.977.016	269.990	353.293	503.922	48.247	52.613
Pluxee Benefícios Brasil S.A. (1)	10.220.000	-	2.044.000	-	-	-
Outros	1.690.086	(28.671)	1.390.337	1.298.301	(10.244)	(21.153)
Total	70.981.297	3.571.336	60.050.993	55.119.210	3.312.498	4.472.224

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	Consolidado					
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência	
					Patrimonial	
					01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente pelo Banco Santander						
Biomás – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	34.768	(16.743)	5.795	3.585	(2.791)	71
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	205.885	(6.940)	41.177	42.565	(1.388)	(673)
EBP	3.548	1.675	394	208	186	10
Gestora de Crédito	348.722	(14.664)	54.226	56.507	(2.280)	(2.950)
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	3.930	716	1.965	1.607	358	118
PSA Corretora	-	-	-	-	-	1.226
Santander Auto	95.239	24.041	47.620	36.762	12.021	9.808
TecBan	1.012.279	44.679	192.131	183.650	8.480	(4.978)
Influência Significativa pela Santander Corretora de Seguros						
Webmotors S.A.	480.860	88.779	144.258	106.956	26.634	26.281
Influência Significativa pelo Banco Santander						
Núcleo S.A. (Atual denominação da CIP S.A.)	1.977.016	275.227	353.293	503.922	48.247	52.614
Pluxee Benefícios Brasil S.A. (1)	10.220.000	-	2.044.000	-	-	-
Total	14.382.247	396.770	2.884.859	935.762	89.467	81.527

(1) O saldo da operação de aquisição de participação na Pluxee inclui o seu investimento em sua controlada de benefícios, a Pluxee Instituição de Pagamento S.A. (Atual denominação da "Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A") e ágios gerados por expectativa de rentabilidade futura, conforme termos descritos na Nota 29.c.

14.Imobilizado de Uso

	30/06/2024			Banco 31/12/2023		
	Custo	Depreciação	Residual	Custo	Depreciação	Residual
Imóveis de Uso	2.375.115	(1.015.064)	1.360.051	2.385.144	(991.889)	1.393.255
Terrenos	611.482	-	611.482	613.619	-	613.619
Edificações	1.763.633	(1.015.064)	748.569	1.771.525	(991.889)	779.636
Outras Imobilizações de Uso	13.413.588	(9.973.572)	3.440.016	13.559.747	(9.701.225)	3.858.522
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.544.187	(4.200.962)	1.343.225	5.641.818	(4.080.962)	1.560.856
Equipamentos de Processamento de Dados	3.009.445	(2.123.435)	886.010	2.958.597	(1.960.612)	997.985
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.838.597	(2.917.523)	921.074	3.946.673	(2.964.733)	981.940
Sistemas de Segurança e Comunicações	959.788	(698.737)	261.051	945.019	(664.032)	280.987
Outras	61.571	(32.915)	28.656	67.640	(30.886)	36.754
Total	15.788.703	(10.988.636)	4.800.067	15.944.891	(10.693.114)	5.251.777

	01/01 a 30/06/2024			Banco 01/01 a 30/06/2023		
	Custo	Depreciação Acumulada	Total	Custo	Depreciação Acumulada	Total
Saldo no Início do Exercício	15.944.891	(10.693.114)	5.251.777	16.029.469	(10.317.194)	5.712.275
Adições	201.558	-	201.558	560.786	-	560.786
Depreciação	-	(583.642)	(583.642)	-	(647.615)	(647.615)
Baixas	(357.746)	288.120	(69.626)	(298.642)	225.316	(73.326)
Transferências	-	-	-	16.340	(12.389)	3.951
Saldo no Final do Período	15.788.703	(10.988.636)	4.800.067	16.307.953	(10.751.882)	5.556.071

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	30/06/2024			Consolidado 31/12/2023		
	Custo	Depreciação	Residual	Custo	Depreciação	Residual
Imóveis de Uso	2.609.147	(1.076.637)	1.532.510	2.617.403	(1.049.217)	1.568.186
Terrenos	656.052	-	656.052	658.187	-	658.187
Edificações	1.953.095	(1.076.637)	876.458	1.959.216	(1.049.217)	909.999
Outras Imobilizações de Uso	13.857.156	(10.166.885)	3.690.271	13.956.282	(9.869.620)	4.086.662
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.661.908	(4.274.567)	1.387.341	5.693.158	(4.137.663)	1.555.495
Equipamentos de Processamento de Dados	3.159.835	(2.142.631)	1.017.204	3.117.011	(1.977.807)	1.139.204
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.001.599	(3.014.541)	987.058	4.110.261	(3.055.802)	1.054.459
Sistemas de Segurança e Comunicações	964.076	(702.205)	261.871	949.249	(667.430)	281.819
Outras	69.738	(32.941)	36.797	86.603	(30.918)	55.685
Total	16.466.303	(11.243.522)	5.222.781	16.573.685	(10.918.837)	5.654.848

	01/01 a 30/06/2024			Consolidado 01/01 a 30/06/2023		
	Custo	Depreciação Acumulada	Total	Custo	Depreciação Acumulada	Total
Saldo no Início do Exercício	16.573.685	(10.918.837)	5.654.848	16.635.937	(10.520.884)	6.115.053
Adições	264.348	-	264.348	624.643	-	624.643
Depreciação	-	(615.627)	(615.627)	-	(684.148)	(684.148)
Baixas	(363.235)	291.367	(71.868)	(378.017)	256.316	(121.701)
Transferências	(8.495)	(425)	(8.920)	(451)	4.302	3.851
Saldo no Final do Período	16.466.303	(11.243.522)	5.222.781	16.882.112	(10.944.414)	5.937.698

15.Intangível

	30/06/2024		Banco 31/12/2023	
	Custo	Amortização Líquido	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	27.220.515	(27.017.298)	203.217	303.073
Outros Ativos Intangíveis	14.587.928	(7.788.014)	6.799.914	6.779.882
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	9.980.395	(5.701.677)	4.278.718	4.104.278
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	4.434.153	(1.924.523)	2.509.630	2.654.124
Outros	173.380	(161.814)	11.566	21.480
Total	41.808.443	(34.805.312)	7.003.131	7.082.955

	30/06/2024		Banco 31/12/2023	
	Custo	Amortização Líquido	Líquido	Líquido
Saldo no Início do Exercício	41.237.399	(34.154.444)	7.082.955	6.315.142
Adições (1)	901.708	-	901.708	3.678.961
Amortização	-	(981.337)	(981.337)	(2.018.678)
Baixas	(330.664)	330.469	(195)	(897.488)
Transferências	-	-	-	5.018
Saldo no Final do Período	41.808.443	(34.805.312)	7.003.131	7.082.955

	30/06/2024		Consolidado 31/12/2023	
	Custo	Amortização Líquido	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	28.273.819	(27.540.253)	733.566	887.252
Outros Ativos Intangíveis	15.185.978	(8.103.572)	7.082.406	7.074.300
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	10.578.065	(6.017.236)	4.560.829	4.398.186
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	4.434.153	(1.924.523)	2.509.630	2.654.124
Outros	173.760	(161.813)	11.947	21.990
Total	43.459.797	(35.643.825)	7.815.972	7.961.552

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

			30/06/2024	Consolidado
	Custo	Amortização	Líquido	31/12/2023
				Líquido
Saldo no Início do Exercício	42.895.970	(34.934.418)	7.961.552	7.292.141
Adições (1)	975.248	-	975.248	3.678.961
Amortização	-	(1.078.659)	(1.078.659)	(2.117.080)
Baixas	(438.888)	375.927	(62.961)	(897.488)
Transferências	27.467	(6.675)	20.792	5.018
Saldo no Final do Período	43.459.797	(35.643.825)	7.815.972	7.961.552

(1) Refere-se a aquisição de logiciais.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2024, não houve impairment de Direitos por Aquisição de Folha de Pagamento e Desenvolvimento de Logiciais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

16.Captações

a) Abertura de contas Patrimoniais

	30/06/2024				Banco 31/12/2023	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos	97.904.468	119.243.009	129.342.397	150.297.706	496.787.580	475.535.132
Depósitos à Vista	39.772.892	-	-	-	39.772.892	41.280.250
Depósitos de Poupança	57.979.899	-	-	-	57.979.899	58.111.966
Depósitos Interfinanceiros	-	2.389.094	1.124.998	252.222	3.766.314	4.111.360
Depósitos a Prazo (1)	151.677	116.853.915	128.217.399	150.045.484	395.268.475	372.031.556
Captações no Mercado Aberto	-	121.997.454	13.419.513	21.401.449	156.818.416	141.939.228
Carteira Própria	-	55.124.432	562.106	33.362	55.719.900	61.343.482
Títulos Públicos	-	39.245.916	523.585	8.601	39.778.102	39.730.093
Outros	-	15.878.516	38.521	24.761	15.941.798	21.613.389
Carteira de Terceiros	-	66.622.960	-	-	66.622.960	62.025.098
Carteira de Livre Movimentação	-	250.062	12.857.407	21.368.087	34.475.556	18.570.648
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	12.877.496	62.449.663	89.974.723	165.301.882	167.198.665
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	6.920.006	51.435.635	55.461.987	113.817.628	116.770.927
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	2.542.024	16.956.459	21.937.137	41.435.620	41.677.823
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	1.287.374	21.858.496	16.802.281	39.948.151	36.422.804
Letras Financeiras - LF (3)	-	2.815.427	9.970.724	2.881.480	15.667.631	22.729.058
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	275.181	2.649.956	13.841.089	16.766.226	15.941.242
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	3.917.573	7.219.787	25.988.037	37.125.397	38.257.726
Certificados de Operações Estruturadas	-	2.039.917	3.794.241	8.524.699	14.358.857	12.170.012
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	38.173.280	59.737.324	10.547.561	108.458.165	89.571.840
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	37.348.810	57.380.190	4.592.300	99.321.300	77.239.162
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	18.953.390	42.109.404	5.285	61.068.079	50.490.555
Outras Linhas de Crédito	-	18.395.420	15.270.786	4.587.015	38.253.221	26.748.607
Obrigações por Repasses do País	-	824.470	2.357.134	5.955.261	9.136.865	12.332.678
Total	97.904.468	292.291.239	264.948.897	272.221.439	927.366.043	874.244.865
Circulante	97.904.468	292.291.239	264.948.897	-	655.144.604	599.568.298
Não Circulante	-	-	-	272.221.439	272.221.439	274.676.567

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	30/06/2024				Consolidado 31/12/2023	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos	97.467.385	119.825.308	129.269.328	150.512.265	497.074.286	475.701.951
Depósitos à Vista	39.159.260	-	-	-	39.159.260	40.967.118
Depósitos de Poupança	57.979.899	-	-	-	57.979.899	58.111.966
Depósitos Interfinanceiros	-	2.742.827	1.065.769	542.181	4.350.777	4.263.954
Depósitos a Prazo (1)	151.677	117.082.481	128.203.559	149.970.084	395.407.801	372.200.427
Outros Depósitos	176.549	-	-	-	176.549	158.486
Captações no Mercado Aberto	-	108.742.466	13.419.513	21.401.449	143.563.428	134.793.745
Carteira Própria	-	45.183.987	562.106	33.362	45.779.455	55.967.171
Títulos Públicos	-	29.306.777	523.585	8.601	29.838.963	34.353.782
Outros	-	15.877.210	38.521	24.761	15.940.492	21.613.389
Carteira de Terceiros	-	63.308.417	-	-	63.308.417	60.255.925
Carteira de Livre Movimentação	-	250.062	12.857.407	21.368.087	34.475.556	18.570.649
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	12.673.930	60.391.790	77.907.323	150.973.043	149.203.270
Recursos de Aceites Cambiais	-	93.461	392.924	978.379	1.464.764	1.339.088
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	7.463.562	53.253.650	58.840.701	119.557.913	122.082.082
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	2.542.024	16.956.459	21.937.137	41.435.620	41.677.823
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	1.287.374	21.858.496	16.802.281	39.948.151	36.422.804
Letras Financeiras - LF (3)	-	3.358.983	11.788.739	6.260.194	21.407.916	28.040.213
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	275.181	2.649.956	13.841.089	16.766.226	15.941.242
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	3.076.990	2.950.975	9.563.544	15.591.509	13.612.088
Certificados de Operações Estruturadas	-	2.039.917	3.794.241	8.524.699	14.358.857	12.170.012
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	38.179.657	59.737.324	10.547.561	108.464.542	89.635.879
Obrigações por Empréstimos no País	-	5.808	-	-	5.808	64.039
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	37.349.379	57.380.190	4.592.300	99.321.869	77.239.162
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	18.953.959	42.109.404	5.285	61.068.648	50.490.555
Outras Linhas de Crédito	-	18.395.420	15.270.786	4.587.015	38.253.221	26.748.607
Obrigações por Repasses do País	-	824.470	2.357.134	5.955.261	9.136.865	12.332.678
Total	97.467.385	279.421.361	262.817.955	260.368.598	900.075.299	849.334.845
Circulante	97.467.385	279.421.361	262.817.955	-	639.706.701	581.902.229
Não Circulante	-	-	-	260.368.598	260.368.598	267.432.616

- Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.
- Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 30 de junho de 2024 possuem prazo de vencimento entre 2024 e 2034.
- As principais características das letras financeiras são duração mínima de dois anos, valor nominal mínimo de R\$ 50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de junho de 2024 possuem prazo de vencimento entre 2024 e 2034.
- Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 30 de junho de 2024, possuem prazo de vencimento entre 2024 e 2035 (31/12/2023 - com prazo de vencimento entre 2024 e 2035).

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2029 (31/12/2023 - até o ano de 2030) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 1,05% a 12,32% a.a. (31/12/2023 - de 0,04% a.a. a 3,02% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

b) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

			Banco		Consolidado	
			30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Emissão	Vencimento até	Taxa de Juros (a.a.)	Total	Total	Total	Total
2018	2025	Até 6,4% + CDI	-	207.098	-	-
2019	2027	Até 9% + CDI	756.999	1.115.221	-	-
2020	2027	Até 9% + CDI	337.743	464.379	-	-
2021	2031	Até 9% + CDI	5.978.840	7.584.269	3.751.189	3.337.315
2022	2035	Até 9% + CDI	3.077.114	4.950.983	1.657.106	1.918.929
2023	2031	Até 9% + CDI	15.661.915	23.935.776	4.848.624	8.355.844
2024	2033	Até 9% + CDI	11.312.786	-	5.334.590	-
Total			37.125.397	38.257.726	15.591.509	13.612.088

c) Abertura de contas de resultado

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Depósitos a Prazo (1) (2)	19.563.017	14.643.665	17.596.480	12.569.533
Depósitos de Poupança	1.844.256	2.226.711	1.844.256	2.226.711
Depósitos Interfinanceiros	215.717	391.762	196.294	274.293
Captação no Mercado Aberto	7.113.241	7.342.309	6.764.916	6.813.435
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	-	-	132.415	162.181
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	28.686.865	6.305.846	29.073.150	6.673.599
Outras (3)	2.210.284	(937.828)	2.167.121	(936.669)
Total	59.633.380	29.972.465	57.774.632	27.783.083

- (1) No Banco e no Consolidado, inclui o registro de juros no valor de R\$ 1.129.724 (2023 - R\$ 200.570), referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II (Nota 16.b).
- (2) Inclui despesa de variação cambial no valor de R\$ 3.671.538 no Banco e no Consolidado (2023 - R\$ 308.064).
- (3) Em 30 de junho de 2024 refere-se principalmente à variações cambiais no Banco e no Consolidado.

17.Outros Passivos Financeiros

a. Composição

	Banco	
	30/06/2024	31/12/2023
Carteira de Câmbio	88.040.924	63.753.620
Negociação e Intermediação de Valores	1.190.945	313.080
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	21.381.908	19.626.967
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.827.493	146.792
Relações Interdependências e Interfinanceiras	6.251.525	6.438.024
Total	119.692.795	90.278.483
Circulante	106.466.182	78.170.338
Não Circulante	13.226.613	12.108.145

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	30/06/2024	Consolidado 31/12/2023
Carteira de Câmbio	88.040.924	63.753.620
Negociação e Intermediação de Valores	7.256.941	2.785.941
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	21.381.908	19.626.967
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.867.388	178.846
Relações Interdependências e Interfinanceiras	6.251.525	6.438.025
Total	125.798.686	92.783.399
Circulante	109.996.614	78.162.872
Não Circulante	15.802.072	14.620.527

b. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

						Banco/Consolidado
						30/06/202431/12/2023
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.) (1)	Total	Total
Notes - Nível I (1)	nov-18	sem prazo (perpétuo)	US\$1.250	8,913%	7.038.084	6.116.218
Letras Financeiras - Nível II (2)	nov-21	nov-31	R\$5.300	CDI+2%	7.515.085	7.072.124
Letras Financeiras - Nível II (2)	dez-21	dez-31	R\$200	CDI+2%	283.348	266.647
Letras Financeiras - Nível II (2)	out-23	out-33	R\$6.000	CDI+1,6%	6.545.391	6.171.978
Total					21.381.908	19.626.967

(1) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.
(2) Letras Financeiras emitidas em novembro de 2021 e outubro de 2023 possuem opção de resgate e recompra.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

- (a) Valor unitário de, no mínimo, US\$ 150mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;
- (b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

18.Outros Passivos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Provisão Técnica para Operações de Capitalização	-	-	4.282.636	4.382.123
Obrigações com Cartões de Crédito	45.780.504	44.790.626	45.780.593	45.143.460
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 19.b)	2.599.601	2.326.237	2.794.628	2.521.560
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 19.b)	6.259.216	5.734.590	6.776.663	6.188.861
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	516.679	550.374	516.679	550.374
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 27)	2.052.538	2.508.983	2.088.632	2.543.504
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	4.095	5.376	4.095	5.376
Provisão para Pagamentos a Efetuar				
Despesas de Pessoal	1.654.070	1.807.154	2.231.749	2.338.857
Despesas Administrativas	202.086	260.989	443.633	623.225
Outros Pagamentos	50.603	48.466	153.042	159.725
Credores por Recursos a Liberar	1.185.677	1.053.873	1.185.677	1.053.873
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	557.683	591.592	557.683	591.592
Fornecedores	895.815	802.212	1.206.533	1.304.360
Sociais e Estatutárias	446.648	523.514	457.828	585.339
Obrigações com Operações TVM Exterior	4.030.614	3.510.605	4.030.614	3.510.605
Débitos com Operações de Seguros	-	-	1.622.811	1.696.572
Outras (1)	14.556.673	10.137.251	18.624.618	13.989.486
Total	80.792.502	74.652.338	92.758.114	87.189.388
Circulante	14.480.443	12.525.591	25.282.788	23.902.138
Não Circulante	66.312.059	62.126.747	67.475.326	63.287.250

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

(1) Composto majoritariamente por variações cambiais referentes a Notes, saldos oriundos de programa de recompensa e outros compromissos por recursos a serem liquidado.

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de default, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (bureaus), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de default. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os ratings de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN nº 2.682/1999. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com o requerido na Resolução CMN nº 4.512/2016.

Tipo de Garantia Financeira	30/06/2024		Banco/Consolidado	
	Saldo Garantias Prestadas	Provisão	Saldo Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	4.488.604	109.513	5.094.679	100.147
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	16.802.823	12.390	7.020.490	8.909
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	2.864.030	1.946	2.768.318	1.985
Vinculadas à Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários por Oferta Pública	1.310.000	-	-	-
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	13.720.440	341.790	13.688.909	327.298
Outros Avais	100.060	2.112	90.386	1.840
Outras Fianças Bancárias	18.157.656	36.649	31.184.916	60.216
Outras Garantias Financeiras Prestadas	4.762.202	12.278	2.062.860	49.979
Total	62.205.815	516.678	61.910.558	550.374

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	Banco/Consolidado	
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Saldo Inicial	550.374	413.437
Constituição	29.752	138.358
Reversão (1)	(63.447)	(25.980)
Saldo	516.679	525.815

(1) Corresponde a fianças honradas, mudança de rating ou provisão constituída na linha de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.

19.Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 18)	2.599.601	2.326.237	2.794.628	2.521.560
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 18)	6.259.216	5.734.590	6.776.663	6.188.861
Ações Trabalhistas	3.397.331	3.051.424	3.658.330	3.291.702
Ações Cíveis	2.861.885	2.683.166	3.118.333	2.897.159
Total	8.858.817	8.060.827	9.571.291	8.710.421

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/06/2024			Banco 01/01 a 30/06/2023		
	Fiscais (1)	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	2.326.237	3.051.424	2.683.166	4.141.393	1.532.949	2.724.425
Constituição Líquida de Reversão (2)	267.959	1.281.823	464.999	(1.873.869)	1.267.593	288.677
Atualização Monetária	73.520	80.127	122.454	76.355	35.449	147.762
Baixas por Pagamento	(68.115)	(1.016.043)	(408.734)	(56.507)	(557.793)	(324.084)
Saldo Final	2.599.601	3.397.331	2.861.885	2.287.372	2.278.198	2.836.780
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.884.041	601.690	266.509	1.739.356	798.090	307.006
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	3.044	100.195	6	2.795	353	9
Total dos Depósitos em Garantia (3)	1.887.085	701.885	266.515	1.742.151	798.443	307.015

	01/01 a 30/06/2024			Consolidado 01/01 a 30/06/2023		
	Fiscais (1)	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	2.521.560	3.291.702	2.897.159	6.722.249	1.711.146	2.883.056
Constituição Líquida de Reversão (2)	274.530	1.359.681	598.788	(4.101.201)	1.357.031	426.431
Atualização Monetária	78.117	87.159	125.146	87.298	38.033	150.483
Baixas por Pagamento	(79.579)	(1.080.212)	(502.760)	(99.092)	(599.274)	(437.361)
Saldo Final	2.794.628	3.658.330	3.118.333	2.609.254	2.506.936	3.022.609
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	3.197.889	630.923	274.204	3.120.278	842.764	315.511
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	4.281	100.195	6	3.952	353	9
Total dos Depósitos em Garantia (3)	3.202.170	731.118	274.210	3.124.230	843.117	315.520

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias.

(2) Em 2023, inclui a reversão da provisão para processos de PIS e COFINS referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98 (Vide nota 25).

(3) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão das contingências classificadas como prováveis. O valor dos depósitos das demais contingências classificadas como possíveis ou remotas, no Banco é R\$ 5.358 milhões e no Consolidado é R\$ 6.623 milhões.

d) Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

d.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$ 1.133 milhões (31/12/2023 - R\$ 1.099 milhões) no Banco e Consolidado: em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$ 139 milhões no Banco e R\$ R\$ 140 milhões no Consolidado (31/12/2023 - R\$ 137 milhões no Banco e R\$ 138 milhões no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$ 394 milhões no Banco e R\$411 milhões no Consolidado (31/12/2023 - R\$ 365 milhões no Banco e R\$ 379 milhões no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na nota 19.e.

d.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ex-Empregados do Banespa

Ação coletiva ajuizada pela AFABESP (associação de aposentados e ex-funcionários do Banespa) pleiteando o pagamento de bônus semestral previsto no antigo estatuto social do BANESPA. A decisão final da ação foi desfavorável ao Santander. Com isso, cada beneficiário da decisão pode ingressar com uma ação individual para receber o valor devido. O risco de perda foi classificado como provável.

Como os acórdãos adotaram posicionamentos distintos para cada caso, foi instaurado perante o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) um procedimento denominado Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) com o objetivo de estabelecer critérios objetivos a respeito das teses defendidas pelo Banco, principalmente o prazo prescricional e limitações de pagamentos até dezembro de 2006 (referente à constituição do Plano V). No dia 11 de março de 2024, o incidente de IRDR foi admitido para futuro julgamento e foi determinada a suspensão de todos os processos que estejam em segunda instância (TRT) e ajuizados em São Paulo (Capital) e demais cidades que integram a jurisdição do TRT de São Paulo.

Por fim, devido à divergência de interpretação do prazo prescricional trabalhista previsto na Constituição Federal, também foi ajuizada Ação de Alegação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), para que o Supremo Tribunal Federal (STF) resolva a questão e indique o prazo correto a ser utilizado nos casos individuais ajuizados.

Em 27 de junho de 2024, foi firmado um acordo entre o Banco e as partes envolvidas (AFABESP e assessores jurídicos), perante o TRT, estabelecendo critérios e condições para liquidação das ações individuais. A implementação do acordo depende da manifestação e adesão individual de cada beneficiário nas respectivas ações, que poderão ser realizadas até o dia 31/07/2024, podendo ser prorrogadas até 15/08/2024.

d.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

e) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$ 34.029 milhões no Consolidado (31/12/2023 - R\$ 34.829 milhões), sendo os principais processos os seguintes:

PIS e COFINS - Ações judiciais movidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e outras entidades do Grupo para afastar a aplicação da Lei nº 9.718/98, que altera a base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), estendendo-a a todas as receitas das entidades, e não apenas às receitas decorrentes da prestação de serviços. Em relação ao processo do Banco Santander (Brasil) S.A., em 2015 o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu o recurso extraordinário interposto pela União Federal em relação ao PIS, e negou provimento ao recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal em relação à contribuição para a COFINS, confirmando a decisão do Tribunal Regional Federal favorável ao Banco Santander (Brasil) S.A. de agosto de 2007. O STF decidiu, por meio de Repercussão Geral, o Tema 372 e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras. Com a publicação do acórdão, o Banco apresentou novo recurso em relação ao PIS, e aguarda análise. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o prognóstico do risco foi classificado como perda possível, não sendo provável uma saída de recurso. Em 30 de junho de 2024, o valor envolvido é de R\$ 2.206 milhões. Para as demais ações judiciais, foram constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R\$9.511 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R\$3.898 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 4.972 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 04 de abril de 2024, o recurso do Banco foi acolhido pela Câmara Superior do CARF, para cancelar integralmente a autuação.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 1.420 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL – Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 e 2019 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 2.442 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais foram julgadas desfavoravelmente. Atualmente, a primeira autuação aguarda julgamento no CARF. Quanto à segunda autuação, em razão da admissão parcial do Recursos da Câmara Superior do CARF, houve desmembramento para cobrança da parcela não admitida. Assim, foi ajuizada ação para discussão da parcela em cobrança. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 817 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 561 milhões.

IRRF – Remessa Exterior – A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, sobre pagamentos derivados da prestação de serviços de tecnologia de empresas sediadas no exterior, em razão da existência dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile; Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando-se, assim, a dupla tributação. Foi proferida sentença favorável e houve apelação por parte da Fazenda Nacional, junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, onde aguarda julgamento. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 983 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$ 175 milhões no Consolidado, incluindo o processo abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI – Ação coletiva ajuizada pela Afabesp pleiteando a alteração do índice de reajuste do benefício previdenciário aos aposentados e ex-funcionários do Banespa, contratados antes de 1975. A ação foi julgada desfavoravelmente ao Santander que recorreu. O recurso aguarda julgamento.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$ 2.693 milhões no Consolidado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

20.Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 26 de abril de 2024, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo da reserva de lucros estatutária.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

			Em Milhares de Ações			
			30/06/2024		31/12/2023	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	140.631	166.204	306.835	124.804	150.621	275.425
De Domiciliados no Exterior	3.678.064	3.513.632	7.191.696	3.693.891	3.529.215	7.223.106
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(19.270)	(19.270)	(38.540)	(27.193)	(27.193)	(54.386)
Total em Circulação	3.799.425	3.660.566	7.459.991	3.791.502	3.652.643	7.444.145

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A seguir, apresentamos a distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio efetuadas em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

30/06/2024							
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(3)	1.500.000	191,84	211,02	402,86	163,06	179,37	342,43
Juros sobre o Capital Próprio (2)(3)	1.500.000	191,62	210,78	402,40	162,88	179,16	342,04
Total	3.000.000	-	-	-	-	-	-

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 11 de janeiro de 2024, pagos no dia 08 de fevereiro de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2024, pagos no dia 15 de maio de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2024.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

31/12/2023							
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(5)	1.700.000	217,92	239,71	457,63	185,23	203,75	388,98
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	1.500.000	192,03	211,23	403,26	163,22	179,55	342,77
Juros sobre o Capital Próprio (3)(5)	1.500.000	192,07	211,28	403,35	163,26	179,58	342,84
Juros sobre o Capital Próprio (4)(5)	1.120.000	143,42	157,76	301,18	121,91	134,10	256,00
Dividendos (4)(5)	380.000	48,66	53,53	102,19	48,66	53,53	102,19
Total	6.200.000						

- (1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 19 de janeiro de 2023, pagos no dia 06 de março de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 13 de abril de 2023, pagos no dia 15 de maio de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 13 de julho de 2023, pagos no dia 16 de agosto de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de outubro de 2023, pagos no dia 10 de novembro de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2023

c) Reservas de Lucro

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 24 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou na mesma data, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.205.005 Units, representativas de 36.205.005 ações ordinárias e 36.205.005 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2023, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 30 de junho de 2024, o Banco Santander possuía 355.494.003 ações ordinárias e 383.298.414 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 06 de fevereiro de 2024, encerrando-se em 06 de agosto de 2025.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	Em Milhares de Ações	
	30/06/2024	31/12/2023
	Quantidade	Quantidade
	Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do Período	27.192	31.161
Aquisições de Ações	2.331	1.272
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(10.253)	(5.241)
Ações em Tesouraria no Final do Período	19.270	27.192
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 878.411	1.105.012
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 1.771	1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 880.182	1.106.783
Custo/Cotação da Ação	Units	Units
Custo Mínimo (*)	R\$ 7,55	7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R\$ 27,47	27,62
Custo Máximo (*)	R\$ 49,55	49,55
Cotação da Ação	R\$ 28,52	31,00

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	30/06/2024	31/12/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Banco RCI Brasil S.A.	829.959	765.526	57.664	36.718
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	291.572	263.562	27.653	21.089
Banco PSA	-	-	-	7.496
Rojo Entretenimento S.A.	8.498	8.165	604	248
GIRA	2.167	(9.379)	(6.356)	(11.283)
Toro CTVM	-	112.008	-	(775)
Toro Investimentos	-	18.764	-	(104)
Solution 4Fleet	(929)	25	(1.019)	(813)
Apê11	-	2.017	-	(654)
Total	1.131.267	1.160.688	78.546	51.922

21.Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Para o período de janeiro a dezembro de 2024, o montante proposto pela administração como remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é de até R\$500.000.000(quinhentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 26 de abril de 2024.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023. Pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Remuneração Fixa	68.535	75.444
Remuneração variável - Em espécie	56.410	56.678
Remuneração variável - Em ações	44.560	50.477
Outras	52.190	28.636
Total Benefícios de Curto Prazo	221.695	211.235
Remuneração variável - Em espécie	65.733	68.908
Remuneração variável - Em ações	65.600	68.507
Total Benefícios de Longo Prazo	131.333	137.415
Total	353.028	348.650

Adicionalmente, em 2024 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$ 24.289 (30/06/2023 - R\$ 23.645).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

c) Operações de Crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da “Lei das Sociedades Anônimas” e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, sendo consideradas partes relacionadas:

- (1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- (3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- (4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- (5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- (6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- (7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- (8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

					Em Milhares de Ações 30/06/2024	
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeek B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	3.761	0,1%	3.761	0,1%	7.522	0,1%
Outros	355.494	9,3%	383.298	10,4%	738.792	9,9%
Total em Circulação	3.799.425	99,5%	3.660.566	99,5%	7.459.991	99,5%
Ações em Tesouraria	19.270	0,5%	19.270	0,5%	38.540	0,5%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	355.494	9,3%	383.298	10,4%	738.792	9,9%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

						Em Milhares de Ações 31/12/2023
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	3.184	0,1%	3.184	0,1%	6.368	0,1%
Outros	348.148	9,1%	375.952	10,2%	724.100	9,7%
Total em Circulação	3.791.502	99,3%	3.652.643	99,3%	7.444.145	99,3%
Ações em Tesouraria	27.193	0,7%	27.193	0,7%	54.386	0,7%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	348.148	9,1%	375.952	10,2%	724.100	9,7%

- (1) Empresas do Grupo Santander Espanha.
(2) Composto por Funcionários e Outros.
(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Banco							
	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Ativo	25.051.947	25.120.898	103.771.312	93.150.685	91.050	112.444	128.914.309	118.384.027
Disponibilidades	533.363	1.406.316	98.220	73.688	-	-	631.583	1.480.004
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.804.312	12.348.971	59.808.655	57.817.876	-	-	64.612.967	70.166.847
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	8.317.924	885.833	-	-	8.317.924	885.833
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	2.063.339	4.426.944	1.144.205	1.015.902	-	-	3.207.544	5.442.846
Relações Interfinanceiras	-	-	20.826.075	22.628.266	-	-	20.826.075	22.628.266
Operações de Crédito	-	-	107.770	321.728	31.209	22.729	138.979	344.457
Dividendos e Bonificações a Receber	-	-	1.323	306.212	-	-	1.323	306.212
Negociação e Intermediação de Valores	310.223	391.436	-	-	-	-	310.223	391.436
Carteira de Câmbio - Ativa	17.180.425	6.184.687	-	-	-	-	17.180.425	6.184.687
Rendas a Receber	-	-	1.110.699	927.017	-	-	1.110.699	927.017
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	-	212.634	189.325	-	-	212.634	189.325
Outros Ativos - Diversos	160.285	362.544	12.143.807	8.984.838	-	-	12.304.092	9.347.382
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-	44.724	76.365	44.724	76.365
Garantias e Limites	-	-	-	-	15.117	13.350	15.117	13.350
Passivo	(27.299.540)	(17.455.795)	(41.644.368)	(41.723.372)	(325.187)	(323.689)	(69.269.095)	(59.502.856)
Depósitos	(2.849.251)	(5.030.951)	(4.653.767)	(2.036.810)	(35.470)	(26.451)	(7.538.488)	(7.094.212)
Operações Compromissadas	-	-	(8.204.203)	(7.369.449)	-	101	(8.204.203)	(7.369.348)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-	(28.228.969)	(31.904.862)	-	-	(28.228.969)	(31.904.862)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	-	(195)	(237.434)	(253.831)	-	-	(237.434)	(254.026)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(7.038.084)	(6.116.218)	-	-	-	-	(7.038.084)	(6.116.218)
Carteira de Câmbio - Passiva	(17.181.294)	(6.238.279)	-	-	-	-	(17.181.294)	(6.238.279)
Outros Passivos - Diversos	(230.911)	(70.152)	(319.995)	(158.420)	(289.717)	(297.339)	(840.623)	(525.911)
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Resultado	(677.412)	2.740.916	3.868.074	(957.542)	(313.387)	(304.780)	2.877.275	1.478.594
Receitas da Intermediação Financeira	5.298.569	8.907.184	7.316.099	2.613.215	2.061	1.394	12.616.729	11.521.793
Despesas da Intermediação Financeira	(5.925.691)	(5.772.526)	(2.519.110)	(3.001.823)	(1.750)	(2.581)	(8.446.551)	(8.776.930)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(50.290)	(393.742)	(923.565)	(562.536)	(313.698)	(303.593)	(1.287.553)	(1.259.871)
Resultado não Operacional	-	-	(5.350)	(6.398)	-	-	(5.350)	(6.398)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Ativo	25.051.947	25.120.898	22.408.874	24.225.278	92.274	112.444	47.553.095	49.458.620
Disponibilidades	533.363	1.406.316	98.220	73.688	-	-	631.583	1.480.004
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.804.312	12.348.971	-	-	-	-	4.804.312	12.348.971
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	311.549	497.304	-	-	311.549	497.304
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	2.063.339	4.426.944	-	-	-	-	2.063.339	4.426.944
Relações Interfinanceiras	-	-	20.810.812	22.612.800	-	-	20.810.812	22.612.800
Operações de Crédito	-	-	45.207	45.427	32.433	22.729	77.640	68.156
Dividendos e Bonificações a Receber	-	-	-	20.466	-	-	-	20.466
Negociação e Intermediação de Valores	310.223	391.436	-	-	-	-	310.223	391.436
Carteira de Câmbio - Ativa	17.180.425	6.184.687	-	-	-	-	17.180.425	6.184.687
Rendas a Receber	-	-	1.121.306	945.983	-	-	1.121.306	945.983
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	-	21.735	29.535	-	-	21.735	29.535
Outros Ativos - Diversos	160.285	362.544	45	75	-	-	160.330	362.619
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-	44.724	76.365	44.724	76.365
Garantias e Limites	-	-	-	-	15.117	13.350	15.117	13.350
Passivo	(27.299.540)	(17.455.795)	(10.686.309)	(8.823.516)	(334.887)	(323.689)	(38.320.736)	(26.603.000)
Depósitos	(2.849.251)	(5.030.951)	(3.470.261)	(1.138.411)	(35.528)	(26.451)	(6.355.040)	(6.195.813)
Operações Compromissadas	-	-	(193.011)	(223.966)	-	101	(193.011)	(223.865)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-	(6.695.081)	(7.259.224)	-	-	(6.695.081)	(7.259.224)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	-	(195)	(11.067)	(18.361)	-	-	(11.067)	(18.556)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(7.038.084)	(6.116.218)	-	-	-	-	(7.038.084)	(6.116.218)
Carteira de Câmbio - Passiva	(17.181.294)	(6.238.279)	-	-	-	-	(17.181.294)	(6.238.279)
Outros Passivos - Diversos	(230.911)	(70.152)	(316.889)	(183.554)	(299.359)	(297.339)	(847.159)	(551.045)

	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Resultado	(677.412)	2.740.916	1.077.369	235.949	(338.321)	(350.801)	61.636	2.626.064
Receitas da Intermediação Financeira	5.298.569	8.907.184	30.121	69.564	2.226	1.586	5.330.916	8.978.334
Despesas da Intermediação Financeira	(5.925.691)	(5.772.526)	(120.925)	(157.524)	(1.749)	(2.581)	(6.048.365)	(5.932.631)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(50.290)	(393.742)	1.173.523	330.307	(338.798)	(349.806)	784.435	(413.241)
Resultado não Operacional	-	-	(5.350)	(6.398)	-	-	(5.350)	(6.398)

- (1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.
- (2) Empresas relacionadas na nota 12.
- (3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de Operações de Crédito com Pessoal Chave da Administração.
- (4) Adicionalmente ao saldo de operações de crédito demonstrados, o grupo possui R\$ 4.875 de limites concedidos às suas coligadas (R\$ 6.058 em 31/12/2023)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

22.Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 30/06/2024	Banco 01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	Consolidado 01/01 a 30/06/2023
Administração de Recursos	237.108	241.833	748.818	688.418
Serviços de Conta Corrente	2.071.187	1.985.054	2.071.726	1.995.101
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	694.842	615.735	1.160.501	947.352
Operações de Crédito	261.996	269.591	724.213	597.232
Rendas de Garantias Prestadas	432.846	346.144	436.288	350.120
Comissões de Seguros	1.333.717	847.673	2.174.509	1.550.653
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	2.987.054	2.652.074	3.043.300	2.721.718
Cobrança e Arrecadações	599.002	649.530	613.767	650.968
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	683.675	636.984	877.991	786.211
Outras	56.280	61.166	257.651	169.075
Total	8.662.865	7.690.049	10.948.263	9.509.496

23.Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2024	Banco 01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	Consolidado 01/01 a 30/06/2023
Remuneração	2.083.077	2.049.322	2.812.290	2.659.121
Encargos	807.235	742.182	1.106.887	997.649
Benefícios	573.754	564.801	860.516	804.391
Treinamento	18.231	19.704	33.341	32.594
Outras	27	-	32.001	34.788
Total	3.482.324	3.376.009	4.845.035	4.528.543

24.Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2024	Banco 01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	Consolidado 01/01 a 30/06/2023
Depreciações e Amortizações	1.564.980	1.531.166	1.694.286	1.658.240
Serviços de terceiros, Transportes, Segurança e Sistema Financeiro	2.244.874	1.590.918	1.899.635	1.259.904
Comunicações	145.732	145.353	154.083	162.474
Processamento de Dados	1.578.131	1.468.842	1.349.706	1.304.122
Propaganda, Promoções e Publicidade	241.014	266.049	313.592	335.726
Aluguéis	368.754	441.148	381.046	451.081
Manutenção e Conservação de Bens	128.822	140.844	142.402	150.498
Água, Energia e Gás	90.815	88.938	96.124	93.372
Material	56.883	53.269	59.302	56.730
Outras	701.335	710.256	463.237	497.483
Total	7.121.340	6.436.783	6.553.413	5.969.630

25.Outras Receitas e Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2024	Banco 01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	Consolidado 01/01 a 30/06/2023
Atualizações monetárias	312.984	543.477	348.628	623.052
Comissões	(1.182.835)	(1.222.428)	(2.171.346)	(1.890.772)
Corretagens e Emolumentos	(41.525)	(48.257)	(42.415)	(48.299)
Despesas com Cartórios	(4.196)	(4.694)	(188.349)	(132.719)
Despesa com Formalização de Negócios	(82.106)	(74.141)	(82.106)	(74.141)
Despesas Judiciais e Custas	(124.287)	(112.630)	(125.688)	(114.745)
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	(64.259)	(61.640)	(65.365)	(63.986)
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria	(96.996)	(70.383)	(96.967)	(69.867)
PIS e COFINS (Lei nº 9.718/98) (2)	-	1.679.324	-	1.550.413
Provisões Operacionais				
Fiscais	(82.253)	(93.035)	(88.823)	(115.817)
Trabalhistas	(1.281.823)	(1.267.593)	(1.359.681)	(1.357.031)
Cíveis	(464.999)	(288.677)	(598.860)	(426.431)
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	-	-	340.906	308.939
Resultado com Cartões	(1.937.984)	(1.340.159)	(1.230.037)	(794.571)
Recuperação de Encargos e Despesas	415.424	489.546	414.201	400.686

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Outras (1)	(1.161.098)	(1.356.055)	(1.726.428)	(2.125.131)
Total	(5.795.953)	(3.227.345)	(6.672.330)	(4.330.420)

- (1) No semestre findo em 30 de junho de 2024 e 2023, inclui, principalmente, atualização monetária sobre provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais, provisões para o fundo garantidor de benefícios, variação cambial e outras provisões.
- (2) Refere-se aos efeitos das movimentações oriundas das ações do PIS e COFINS referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98 descritas nas notas 18 e 9.

26.Resultado Não Operacional

	01/01 a 30/06/2024	Banco 01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	Consolidado 01/01 a 30/06/2023
Resultado com aquisição/alienação de investimentos (1)	1.929.980	-	1.929.980	1.104.645
Resultado na Alienação de Valores e Bens	81.287	15.578	23.370	22.516
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	(2.920)	2.009	50.560	21.361
Despesas com Bens não de Uso	(31.198)	(22.221)	(31.434)	(22.316)
Ganhos (Perdas) de Capital	(13.211)	(954)	(9.004)	(973)
Outras Receitas (Despesas)	12.097	75.401	33.517	83.410
Total	1.976.035	69.813	1.996.989	1.208.643

- (1) Em 2024, efeitos dos resultados provenientes da aquisição da Pluxee, conforme descrito na nota 29.c. Em 2023, resultados provenientes da venda de 40% da Webmotors conforme 29.i.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

27.Plano de Benefícios a Funcionários

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

- **Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)**

Os planos de benefícios definidos e variáveis administrados pela entidade Banesprev são: Plano I, Plano II, Plano III, Plano IV, Plano V, Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão – Pré 75, Plano Sanprev I, Plano Sanprev II, Plano Sanprev III, DCA, DAB e CACIBAN. Todos os planos estão fechados para novas adesões.

- **Sanprev – Santander Associação de Previdência (Sanprev)**

Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2017. Conforme Portaria 389 da PREVIC, de 8 de maio de 2018, foi aprovado o encerramento da autorização de funcionamento da Sanprev.

- **Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)**

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe S.A. e para os demais desde o ano de 2011.

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e fechado para novas adesões desde julho de 2018 conforme aprovação pela PREVIC, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras para o semestre findo em 30 de junho de 2024 foram de R\$ 28.414 (2023 - R\$26.984) no Banco e R\$ 31.445 (2023 - R\$29.971) no Consolidado.

Possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estiverem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Conglomerado Santander Brasil. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A, entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no semestre findo em 30 de junho de 2024 foram de R\$15.557 (2023 - R\$ 13.259) no Banco e R\$ 16.114 (2023 - R\$ 13.688) no Consolidado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	30/06/2024			Banco		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(23.079.027)	(4.072)	(1.508.502)	(24.263.723)	(4.217)	(1.518.674)
Valor Justo dos Ativos do Plano	24.092.820	3.728	2.189.135	24.311.272	3.539	2.345.042
	1.013.793	(344)	680.633	47.549	(678)	826.368
Sendo:						
Superávit	2.418.734	-	680.633	1.913.863	-	826.368
Déficit	(1.404.941)	(344)	-	(1.866.314)	(678)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	2.167.550	-	671.739	1.650.318	-	817.476
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	251.184	-	8.894	263.545	-	8.892
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	(1.404.941)	(344)	-	(1.866.314)	(678)	-
Contribuições Efetuadas	129.336	-	-	210.393	-	-
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(67.714)	(31)	337	(106.706)	(71)	694
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.415.419)	490	8.177	(3.786.700)	125	8.513
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	692.919	486	(60.514)	1.731.233	629	449.963

	30/06/2024			Consolidado		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(23.522.022)	(4.072)	(1.508.502)	(24.718.659)	(4.217)	(1.518.674)
Valor Justo dos Ativos do Plano	24.746.321	3.728	2.189.135	24.979.781	3.539	2.345.042
	1.224.299	(344)	680.633	261.122	(678)	826.368
Sendo:						
Superávit	2.665.012	-	680.632	2.161.957	-	826.368
Déficit	(1.440.713)	(344)	-	(1.900.835)	(678)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	2.348.997	-	671.739	1.832.030	-	817.476
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	316.015	-	8.893	329.927	-	8.893
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	(1.440.713)	(344)	-	(1.900.835)	(678)	-
Contribuições Efetuadas	129.336	-	-	210.393	-	-
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(67.214)	(31)	337	(109.661)	(71)	694
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.439.177)	490	8.177	(3.826.567)	125	8.513
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	695.965	486	(60.514)	1.810.325	629	449.963

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	30/06/2024			Banco 31/12/2023		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(388.963)	18	(22.638)	(549.324)	114	(32.443)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	1.534.703	-	-	(1.518.890)	(222)	(104.974)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-	(180.497)	(137)	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	1.145.740	18	(22.638)	(2.248.711)	(245)	(137.417)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(312.495)	347	(158.791)	(432.347)	320	258.734
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(312.495)	347	(158.791)	(432.347)	320	258.734
Mudança no Superávit Irrecuperável	(445.855)	-	181.092	1.941.430	-	(122.196)

	30/06/2024			Consolidado 31/12/2023		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(395.129)	18	(22.638)	(553.348)	114	(32.443)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	1.563.723	-	-	(1.547.556)	(222)	(104.974)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-	(177.988)	(137)	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	1.168.594	18	(22.638)	(2.278.892)	(245)	(137.417)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(337.521)	347	(158.791)	(386.107)	320	258.734
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(337.521)	347	(158.791)	(386.107)	320	258.734
Mudança no Superávit Irrecuperável	(440.494)	-	181.092	1.923.889	-	(122.196)

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Planos	Duração (em Anos)	
	30/06/2024	31/12/2023
Banesprev		
Plano I	9,62	9,62
Plano II	9,10	9,74
Plano III	8,79	8,79
Plano IV	9,69	9,69
Plano V	6,94	7,24
Pré-75	7,70	8,22
Meridional DCA, DAB e CACIBAN	5,51/5,13/6,07	5,51/5,13/6,07
Sanprev		
Plano I	6,14	6,14
Plano II	9,49	9,49
Plano III	8,86	8,86
Bandeprev		
Plano Básico	8,01	8,01
Plano Especial I	5,70	5,70
Plano Especial II	5,19	5,19
SantanderPrevi		
SantanderPrevi	6,11	6,11

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

b) Plano de assistência médica e odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo:

Entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade. Os planos administrados pela entidade são:

- Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi);
- Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares).

Aposentados pela Bandeprev:

Plano de assistência médica concedido aos aposentados oriundos do Banco do Estado de Pernambuco; trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores Saúde:

Diretores, Diretores Executivos, Diretores Vice-Presidentes e Diretor Presidente, poderão, por liberalidade, optar pela permanência vitalícia ao plano de assistência médica, em caso de término do vínculo com o Banco Santander ou empresas do seu conglomerado sem justa causa; desde que cumpram os seguintes requisitos: ter contribuído por, no mínimo, 3 (três) anos ao plano de saúde; ter exercido a função de diretor no Banco Santander ou empresas do seu conglomerado por, no mínimo, 3 (três) anos; ter 55 anos de idade completos. O plano será mantido nos mesmos moldes de que o diretor gozava no momento do seu desligamento, inclusive quanto ao pagamento da sua cota parte, que deverá ser realizado por meio de boleto. Os dependentes ativos no momento do desligamento serão mantidos no mesmo plano do diretor, não sendo permitida a inclusão de novos dependentes em nenhuma hipótese.

Seguro de Vida para Aposentados (Seguros de Vida): concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.

Seguro de Vida Caixas Assistenciais (Seguros de Vida): Incluída na massa do seguro de vida em dezembro de 2018 o seguro dos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN. Esse seguro foi concedido aos aposentados do antigo Banco Meridional, a cobertura foi de acordo com a escolha do aposentado no momento da adesão do benefício. O subsídio do Banco é de 50% do valor do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

Clínica Grátis:

Plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

III. Técnicas atuariais

O valor das obrigações de benefício definido foi determinado por atuários independentes utilizando as seguintes técnicas atuariais:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

• Método de avaliação

Método do crédito unitário projetado, que vê cada ano de serviço resultando em uma unidade adicional de direito ao benefício e mede cada unidade separadamente.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	30/06/2024		Banco 31/12/2023		30/06/2024		Consolidado 31/12/2023	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos								
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.028.263)	(647.254)	(4.332.719)	(641.991)	(4.173.663)	(647.254)	(4.488.343)	(641.991)
Valor Justo dos Ativos do Plano	5.091.569	-	5.377.212	-	5.275.349	-	5.570.353	-
	1.063.306	(647.254)	1.044.493	(641.991)	1.101.686	(647.254)	1.082.010	(641.991)
Sendo:								
Superávit	1.063.306	-	1.044.494	-	1.101.686	-	1.082.010	-
Déficit	-	(647.254)	-	(641.991)	-	(647.254)	-	(641.991)
Valor não Reconhecido como Ativo	(1.063.306)	-	(1.044.494)	-	1.101.686	-	1.082.010	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	-	(647.254)	-	(641.991)	-	(647.254)	-	(641.991)
Contribuições Efetuadas	79.870	16.680	170.375	41.074	80.254	16.680	173.335	41.074
Receitas (Despesas) Reconhecidas	3.860	(29.351)	7.839	(54.738)	3.877	(29.351)	7.929	(54.738)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.627.621)	4.340	(1.558.705)	(3.068)	(1.617.912)	4.340	(1.534.182)	(3.068)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	(163.194)	-	842.964	-	(166.894)	-	858.727	-

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	30/06/2024		Banco 31/12/2023		30/06/2024		Consolidado 31/12/2023	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	(116.090)	7.408	(123.136)	(57.334)	(119.892)	7.408	(113.774)	(57.334)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	402.802	-	(356.116)	(51.150)	416.437	-	(368.157)	(51.150)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	2.173	30.844	-	-	2.994	30.844
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	286.712	7.408	(477.079)	(77.640)	296.545	7.408	(478.937)	(77.640)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(397.064)	-	388.785	-	(409.047)	-	387.599	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(397.064)	-	388.785	-	(409.047)	-	387.599	-
Mudança no Superávit Irrecuperável	26.623	-	(89.920)	-	27.391	-	(89.852)	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2023:

Planos	Duração (em Anos)	
	30/06/2024	31/12/2023
Cabesp	11,17	12,01
Bandepe	10,39	10,39
Clínica Grátis	9,32	9,32
Diretores Vitalícios	6,90	6,90
Diretores Saúde	23,81	23,81
Circulares (1)	9,02 e 8,34	9,02 e 8,34
Seguro de Vida	5,28	5,28

(1) A duração 9,02 se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro (31/12/2023 9,02 – 8,74) e 8,34 ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real (31/12/2023 – 8,34).

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 30 de junho de 2024, válidos para 31 de dezembro de 2023, são as seguintes:

	Banco/Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
Instrumentos de Patrimônio	0,9%	0,0%
Instrumentos de Dívida	96,7%	95,1%
Bens Imóveis	0,1%	0,2%
Outros	2,3%	4,7%

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Abaixo estão as premissas atuariais adotadas:

	Banco/Consolidado			
	30/06/2024		31/12/2023	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial e Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	9,57%(1) e 8,65%	9,56%(2) e 8,7%	8,7%	8,7%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,5%	N/A	3,5%	N/A

	Banesprev I, III, Pre75, Sanprev I, III, Santanderprevi, DAB, DCA e Caciban:			
	Banesprev I, III, Pre75, Sanprev I, III, Santanderprevi, DAB, DCA e Caciban: AT2000 suavizada em 10%		AT2000 suavizada em 10%	
	Demais planos: AT2000		Demais planos: AT2000	
	Demais planos: AT2000		AT2000	

Tábua Biométrica de Mortalidade Geral

(1) Banesprev II, V e Pré 75;

(2) Cabesp.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos relacionados às premissas atuariais significativas possuem efeito sobre os valores reconhecidos no resultado e no valor presente das obrigações. Mudanças na taxa de juros, tábua de mortalidade e custo de assistência médica, em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, teriam os seguintes efeitos:

	30/06/2024		Banco/Consolidado 31/12/2023	
	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros				
(+)0,5%	(23.882)	(276.681)	(27.627)	(346.439)
(-)0,5%	26.242	304.020	24.768	266.243
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral				
Aplicada (+) 2 anos	(45.644)	(528.663)	(50.263)	(611.723)
Aplicada (-) 2 anos	49.110	568.785	48.527	544.105
Custo Assistência Médica				
(+)0,5%	28.531	330.522	26.968	291.763
(-)0,5%	(26.395)	(305.766)	(30.133)	(376.538)

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha leva em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/ Liquidação	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Locais	Ações do Santander (Brasil)	01/2020 a 12/2022	2023	R\$ - (1)	R\$ 1.668.000 (1)
		01/2021 a 10/2024	2024	R\$ 17.070.000 (2)	R\$ 18.270.000 (2)
		01/2021 a 12/2023	2023	R\$ (3)	R\$ 700.000 (3)
		01/2023 a 01/2027	2025 e 2026	R\$ 750.000 (1)	R\$ 1.125.000 (1)
		01/2024 a 12/2027	2025 a 2028	R\$ 500.000 (4)	R\$ -
		01/2020 a 09/2023	2023	- SANB11	154.720 SANB11 (5)
		01/2021 a 12/2023	2024	- SANB11	316.978 SANB11 (6)
		01/2021 a 12/2024	2024	217.291 SANB11 (7)	217.291 SANB11 (7)
		01/2022 a 12/2025	2025	100.359 SANB11	66.323 SANB11
		01/2023 a 12/2026	2026	50.087 SANB11	50.087 SANB11
		2023	EUR 3,67	- Ações Globais (8)	159.253 Ações Globais (8)
		2023, com limite para exercício das opções até 2030		420.394 Opções ações Globais (8)	832.569 Opções sobre ações Globais (8)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas					
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Globais	02/2024	EUR 2,685	117.601 Ações Globais (9)	124.184 Ações Globais (9)
		02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029		350.839 Opções ações Globais (9)	370.477 Opções sobre ações Globais (9)
		2025	EUR 3,104	95.786 Ações Globais (9)	150.703 Ações Globais (9)
		2025, com limite para exercício das opções até 2030		367.827 Opções ações Globais (9)	578.713 Opções sobre ações Globais (9)
		2026	EUR 3,088	199.680 Ações Globais (9)	199.680 Ações Globais (9)
		2026, com limite para exercício das opções até 2033		537.637 Opções ações Globais (9)	537.637 Opções sobre ações Globais (9)
		2027	EUR 63,95	8.528 Ações Globais (9)	
		2027, com limite para exercício das opções até 2032		80.476 Opções sobre ações Globais (9)	9.095.000 Ações e opções sobre ações Pag
		12/2023		-	106.147 Ações SAM (9)
		2028	EUR 71,42	2.411 Ações Globais (9)	-
		2028, com limite para exercício das opções até 2033		9.888 Opções sobre ações Globais (9)	-
		12/2024, com pagamento em 2025		50.419 SANB11	-
		12/2025, com pagamento em 2026		70.346 SANB11	-
			R\$	18.320.000 (1)	R\$ 20.095.000 (1) (2) (3) (4)

Saldo dos Planos em 30 de junho de 2024		-		9.095.000 (9)
		488.502 SANB11		805.398 SANB11
		424.006		633.820 Ações Globais (8) (9)
		1.767.061		2.319.396 Opções sobre ações Globais (8) (9)
				106.147 SAM (9)

(1) Plano de Incentivo de Longo Prazo finalizado, com a entrega de 57.696 ações brutas em Mar/2023, calculadas conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

(2) Target do plano em Reais, a ser convertido em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao mês de pagamento.

(3) Plano de Incentivo de Longo Prazo finalizado, com a entrega de 22.875 ações brutas em Jul/2023, conforme critérios firmados no contrato do plano.

(4) Entrega de 24.895 ações brutas em Fev/2024, conforme critérios firmados no contrato do plano.

(5) Plano de Incentivo de Longo Prazo finalizado, com a entrega de 144.169 e cancelamento de 10.551 ações brutas em Ago/2023, conforme critérios firmados no contrato do plano.

(6) Plano de Incentivo de Longo Prazo finalizado, com a entrega de 316.978 ações brutas entre Jan e Fev/2024, conforme critérios firmados no contrato do plano.

(7) Entrega de 84.651 ações brutas entre Fev e Abr/2024, conforme critérios firmados no contrato do plano.

(8) Plano finalizado com atingimento 100%. A parte equivalente à 80.412 ações foi paga em espécie em Mar/2024 (após o lockup) e 78.841 ações foram canceladas. As opções poderão ser exercidas até o final do período para exercício em 2030, sendo que no período tivemos o cancelamento de 412.175 opções.

(9) Target do plano em ações e opções sobre ações Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

Nossos programas de longo prazo estão divididos em planos locais e globais, com indicadores de performance específicos e regras em hipótese de desligamento para ter direito ao recebimento.

Planos Globais de ILP (Incentivo a Longo Prazo)

Atualmente, temos 4 planos globais lançados em 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. Os executivos elegíveis possuem incentivo com target em ações e opções do globais, com pagamento após um período de diferimento mínimo de três anos e liquidação do valor da venda dos ativos em reais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Modelo de Precificação

O modelo de precificação é baseado no modelo de Volatilidade Local ou modelo de Dupire, que permite a calibração simultânea de todas as opções europeias cotadas. Além deste modelo existe uma extensão para lidar com a incerteza nos dividendos, onde parte do valor do dividendo é considerado confirmado, e o restante está ligado ao desempenho do subjacente. Este modelo estendido está integrado em um motor PDE, que resolve numericamente a equação diferencial estocástica correspondente para calcular o valor esperado do produto.

Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

- O preço médio ponderado das ações (e preço de exercício) é de €3,104 com base na média ponderada de 15 dias entre 07/01/2022 e 27/01/2022
- A volatilidade esperada utilizada foi de 33,80
- As opções expiram em 01/02/2030
- Os dividendos esperados variam de aproximadamente 6,6 centavos no curto prazo (2022) a aproximadamente 5,75 centavos por ação por ano no longo prazo (2030)
- A curva de desconto utilizada dá um desconto de 0,96 para 2030

O preço de exercício, em todos os ciclos e caso atingidos os objetivos estabelecidos nos regulamentos, será o preço de mercado na data do exercício.

Planos Locais de ILP (Incentivo de Longo Prazo)

Os planos de incentivo de longo prazo poderão ser outorgados de acordo com a estratégia de novas empresas no grupo ou negócios específicos.

Cada plano terá um contrato específico e sua apuração e pagamento deverão ser aprovados pela governança estabelecida, observando resoluções normativas locais e globais.

O valor referência de cada participante será convertido em ações SANB11, normalmente pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anteriores ao do pagamento do plano.

Ao final do período de *vesting* o pagamento seja das ações resultantes no caso dos planos locais, seja do valor equivalente às ações/opções dos planos globais são realizados com restrição de 1 ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de *Malus/Clawback*, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos ou em casos de falha relevante no cumprimento dos requisitos para relatórios financeiros, em conformidade com a Seção 10D, da Exchange Act (SEC), aplicável a empresas com ações listadas na NYSE.

a.1) Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

		Consolidado
		01/01 a 30/06/2024
		01/01 a 30/06/2023
Programa	Tipo de Liquidação	
Local	Ações do Santander (Brasil)	4.361
Global	Ações e Opções sobre Ações Globais	3.076
		2.863

a.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

		Banco		Consolidado	
		01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Programa	Participantes	Tipo de Liquidação			
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	85.107	57.833	87.418
					58.511
Demais Funcionários	Demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% instrumentos	112.832	102.517	110.574
					103.529

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

28.Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade

a) Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco Santander segue o modelo baseado na gestão prudencial de seus riscos. Possui estruturas especializadas na gestão de cada um dos riscos abaixo relacionados, bem como uma área que realiza a Gestão Integrada de Riscos do Grupo, faz a gestão da auto-avaliação do Perfil de Risco e controla o Apetite de Riscos (RAS) - que é aprovado pelo Conselho de Administração, atendendo às exigências do regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Todos os funcionários são responsáveis pela gestão do risco – Cultura Risk Pro;
- Envolvimento da Alta Administração incentivando a gestão e o controle consistente dos riscos;
- Independência entre as funções de controle e gestão de riscos;
- A abordagem dos riscos é abrangente e prospectiva;
- A gestão e o controle dos riscos baseiam-se em informações oportunas, precisas e suficientemente granulares.

A. Risco de Crédito

A Gestão de Risco de Crédito consiste no acompanhamento e avaliação proativa dos indicadores da carteira e das novas operações de crédito, com vistas a garantir o crescimento sustentável e a qualidade da carteira do Banco Santander. Levando em consideração o cenário econômico, constantemente são elaboradas projeções de rentabilidade e inadimplência, a serem consideradas na redefinição das políticas de crédito, que afetam tanto a avaliação de crédito para um determinado cliente quanto para determinado perfil de clientes com características similares. Essa avaliação de crédito deve observar e obedecer ao controle de Apetite de Riscos que é determinado pelo Banco Santander.

Outro aspecto importante é a gestão preventiva de crédito. Essa gestão tem um papel fundamental na manutenção da qualidade da carteira do Banco Santander. O acompanhamento constante da base de clientes faz parte da rotina diária das áreas comerciais, sempre contando com o apoio das áreas centrais.

O acompanhamento da carteira e dos clientes é realizado de forma tempestiva, a fim de mitigar eventos e impactos de liquidez das empresas com o monitoramento do incremento de riscos nos portfólios.

Para medição da qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação, o Banco Santander utiliza modelos próprios de score/rating internos, contando com a área de Metodologia e Validação independentes.

Na reestruturação e recuperação de crédito, o Banco utiliza equipes de cobrança específicas, podendo ser:

- Equipes internas especializadas, com atuação direta junto aos clientes inadimplentes, com maiores faixas de atraso e com valores expressivos; e
- Parceiros externos especializados em cobrar, notificar e ajuizar clientes de acordo com os critérios internos.

A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte da estratégia de recuperação, podendo manter relacionamento e meios transacionais com os clientes cedidos.

Além disso, constitui Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (Nota 7.e.).

Assim, em consonância às resoluções recentemente emitidas pelos reguladores locais, foram considerados durante o semestre findo em 30 de junho de 2024 os critérios temporários que tratam das medidas adotadas para a caracterização das reestruturações e para a mensuração da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, diante dos impactos dos eventos climáticos no Rio Grande do Sul. Ressalta-se que até a data da divulgação destas demonstrações, não foram identificados impactos significativos nesta carteira. Continuaremos a monitorá-la e a implementar medidas de mitigação de riscos, tempestivamente quando necessário.

B. Risco de Mercado

O Risco de Mercado pode ser resumido como a possibilidade de perda de uma instituição resultante da flutuação do preço de mercado em relação ao seu posicionamento em operações sujeitas às exposições em (taxas de juros, índices, preços de ações, câmbio, commodities, spreads de crédito, etc).

A Gestão do Risco de Mercado do Santander é aderente à Resolução CMN 4.557/17 e estabelece a estrutura de gestão deste risco proporcionando visibilidade para tomadas de decisões executivas, diálogo e transparência do posicionamento, apetite ao risco da instituição e monitoramento constante do perfil de risco.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

A identificação, mensuração e acompanhamento de posições são realizados e divulgados por áreas independentes das unidades de negócio e seguem limites estabelecidos de acordo com as políticas e governança formal da Gestão Integrada de Riscos. O apetite ao Risco de Mercado da instituição é aprovado em altos níveis executivos e são definidos baseados em estudos criteriosos que levam em consideração o risco das estratégias das carteiras, sensibilidades oriundas das oscilações de mercado, “gaps” de liquidez e outros fatores que possam afetar as carteiras do Banco Santander.

C. Risco Operacional e Controles Internos

A área de Risco Operacional & Controles Internos tem como missão perante o Banco Santander: corroborar para o cumprimento dos objetivos estratégicos e o processo decisório, na adequação e atendimento aos requerimentos obrigatórios, na manutenção da solidez, confiabilidade, redução e mitigação das perdas por riscos operacionais, além da implementação, disseminação da cultura de Riscos Operacionais e Controles Internos.

O modelo de gestão de riscos operacionais do Santander está fundamentado nas melhores práticas e tem como premissa avaliar, monitorar, controlar e implementar melhorias para reduzir a exposição aos riscos, alinhado ao apetite de risco aprovado pelo Conselho de Administração, além de adotar definições do Comitê da Basileia e Banco Central do Brasil para riscos operacionais. O modelo de governança do Banco é baseado nas três linhas de defesa e dispõe de pessoas, estruturas, políticas, metodologias e ferramentas para respaldar na adequada gestão do risco operacional.

O Modelo de Controles Internos é baseado na metodologia desenvolvida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, cobrindo os componentes estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de Compliance, cumprindo com os requerimentos dos reguladores BACEN, CVM, B3, SUSEP e lei Sarbanes-Oxley - SOX (*Securities and Exchange Commission*).

D. Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem em grande parte da habilidade dos sistemas de tecnologia da informação de processar de maneira correta muitas transações de forma eficiente e precisa, e da capacidade do Banco em confiar nas tecnologias digitais, serviços de computação e mensageria, softwares e redes, bem como no processamento, armazenamento e transmissão seguras de informações confidenciais e outras informações nos sistemas de computador e de rede. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviços ao cliente e outros sistemas de processamento de dados do Banco é essencial para as atividades e sua habilidade de concorrer efetivamente.

E. Compliance e Gestão de Risco Reputacional

O gerenciamento de risco de Compliance visa supervisionar a adesão às normativas e regulamentações aplicáveis ao Grupo Santander Brasil, assim como, proteção da imagem da instituição, conformidade regulatória e princípios de boa conduta e valores, em benefício de funcionários, Clientes, acionistas e à comunidade em geral.

F. Área de Prevenção à Crimes Financeiros

Área responsável pela definição, implementação, aconselhamento e supervisão do programa de Prevenção à Crimes Financeiros para o Banco Santander Brasil de acordo com os requerimentos do Grupo Santander e das regulamentações Brasileiras aplicáveis ao tema. Tem como principais pilares os processos de: Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/CFTP), Programa Antissuborno e Corrupção e Programa de Sanções Internacionais. Além disso, assegura o gerenciamento dos riscos de crimes financeiros aos quais o Banco Santander está exposto de acordo com o apetite de risco definido pelo Grupo Santander, promovendo uma robusta cultura de risco por toda a organização.

G. Risco Socioambiental

A fim promover um cenário mais controlado e seguro para nossas operações e ainda fomentar o desenvolvimento de negócios onde há adoção de práticas sustentáveis, o Banco Santander realiza a gestão permanente dos riscos que envolvem nossas atividades e que possam trazer impactos à Organização, acionistas, clientes, sociedade e meio ambiente.

Neste sentido, o Banco Santander dispõe da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas sociais, ambientais e climáticas nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem a análise dos riscos social, ambiental e climático, que é orientado pela Política de Risco Social, Ambiental e Climático (PORSAC), para concessão de crédito dos clientes Atacado e do segmento Empresas 3 do Varejo (um dos segmentos de Pessoa Jurídica do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$7 milhões. Estes clientes, tanto do Atacado quanto do Varejo, são enquadrados em 14 setores de atenção, segregados em dois níveis de risco: subsetores de médio e alto risco. Esta análise também abrange operações do agro (incluindo clientes pessoa física), crédito imobiliário, projetos, garantias, aceitação e manutenção de clientes e fusões e aquisições. A análise de Risco Socioambiental e Climático tem como objetivo subsidiar

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

e mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional, sempre com uma visão de riscos integrados.

Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador, sendo estes um conjunto de diretrizes empregado na análise dos riscos socioambientais e climáticos no financiamento de grandes projetos de infraestrutura e energia. Aplica-se o mesmo conjunto de critérios socioambientais nos projetos que não são enquadrados nestes princípios. A estrutura de gestão mencionada está alinhada ao atendimento das resoluções CMN nº 4.943 e nº 4.945, determinando que as organizações tenham um olhar mais apurado no gerenciamento dos riscos associados a questões sociais, ambientais e climáticas, além de uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e Política de Risco Social, Ambiental e Climático (PORSAC).

H. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
- Garantir que os limites das métricas de capital estabelecidos na gestão, no apetite ao risco e no RPA (Risk Profile Assessment) sejam cumpridos;
- Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
- Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento das métricas de capital.

No Banco Santander, há uma Vice-Presidência Executiva responsável pelo gerenciamento de capital nomeada pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, que atuam como diretrizes para a gestão, controle e reporte de capital (cumprindo assim com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017).

Para maiores informações, vide publicação “Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital – Resolução nº 4.557/ BACEN” na página <https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco>.

b) Limites Operacionais

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

	30/06/2024	31/12/2023
Patrimônio de Referência Nível I	84.219	81.259,1
Capital Principal	77.058	75.042,8
Capital Complementar (Nota 17.b)	7.160	6.216,3
Patrimônio de Referência Nível II (Nota 17.b)	14.507	13.644,2
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	98.726	94.903,3
Risco de Crédito (1)	593.481	560.780,9
Risco de Mercado (2)	35.494	33.002,7
Risco Operacional	57.479	60.491,1
Total de RWA (3)	686.454	654.274,7
Índice de Basileia Nível I	12,27	12,43
Índice de Basileia Capital Principal	11,23	11,48
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	14,38	14,51

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Resolução BCB 229, de 12 de maio de 2022.

(2) As exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada e abordagem por modelos internos. A abordagem padronizada inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas às variações de taxas de juros (RWAjur1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWAcem), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs), parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWAcam), e ajuste para derivativos decorrentes de variação da qualidade creditícia da contraparte (RWAcva).

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O Banco Santander, divulga o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da Resolução CMN nº 4.957/2021. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (Trading Book) e carteira bancária (Banking Book), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CVM nº 2/20, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de junho de 2024.

Carteira Negociação		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(11.188)	(309.863)	(619.726)
Cupom de taxa de juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(80)	(1.428)	(2.856)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de cupons de índices de preços	(4.327)	(6.215)	(12.429)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de dólar	(2.254)	(20.369)	(40.739)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à variação das Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(329)	(7.160)	(14.320)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(2.404)	(60.100)	(120.201)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de juros de papéis negociando no mercado internacional	(1.865)	(14.155)	(28.310)
Ações e índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(2.763)	(69.078)	(138.155)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(30)	(745)	(1.490)
Total (1)		(25.240)	(489.113)	(978.226)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: Choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Carteira Banking Fatores de Risco	Descrição	Consolidado		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(83.830)	(2.685.560)	(5.785.933)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(31.072)	(1.059.135)	(2.226.565)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(39.440)	(587.347)	(1.084.742)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(5.087)	(149.428)	(274.046)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(1.297)	(18.984)	(37.959)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(37.246)	(657.464)	(1.377.160)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(1.374)	(34.347)	(68.693)
Total (1)		(199.346)	(5.192.265)	(10.855.098)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

29.Reestruturações Societárias

Até o semestre findo em 30 de junho de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Incorporação Total da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. pela Santander Holding Imobiliária S.A.

Em 30 de junho de 2024, a Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. (“Apê11”) foi incorporada totalmente, tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Santander Holding Imobiliária S.A. (“SHI”), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Apê11 não implicou em um aumento de capital social da SHI, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Apê11 eram detidas pela SHI e, portanto, já estavam refletidas em conta de investimento por equivalência.

b) Incorporação Total da Mobills Labs Soluções Em Tecnologia Ltda. pela Toro Investimentos S.A.

Em 30 de junho de 2024, a Mobills Labs Soluções Em Tecnologia Ltda. (“Mobills Labs”) foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Toro Investimentos S.A. (“Toro Investimentos”), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mobills Labs não implicou um aumento de capital social da Toro Investimentos, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mobills Labs era detida pela Toro Investimentos e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência.

c) Joint-venture entre Banco Santander (Brasil) S.A. e Sodexo Pass International e Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.

Em 27 de junho de 2024, após a conclusão das condições precedentes da operação anunciada em 24 de julho de 2023, o Banco Santander (Brasil) S.A. concluiu a constituição de uma Joint Venture com o Grupo Pluxee (anteriormente Sodexo).

O racional econômico da operação está fundamentado essencialmente: (i) nas sinergias decorrentes da combinação dos negócios da Pluxee Instituição de Pagamento S.A. (Atual denominação da “Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A”) com a Sodexo no Brasil e (ii) na capacidade da empresa combinada de explorar a base de clientes do Santander para a oferta dos seus produtos e serviços (i.e. na capilaridade do balcão do Santander).

Para a formação da Joint Venture, o Banco Santander aportou o valor equivalente a R\$ 2.044 milhões atribuído: (i) ao seu investimento na sua controlada de benefícios, a Pluxee Instituição de Pagamento S.A. (Atual denominação da “Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A”); (ii) a uma parcela de recursos em dinheiro; (iii) ao contrato de exclusividade para exploração de sua base de clientes.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Como resultado da operação, o Banco Santander e o Grupo Pluxee, passaram a deter 20% e 80% de participação, respectivamente, no capital social da Pluxee Benefícios Brasil S.A. ("Pluxee"), veículo da joint-venture.

d) Incorporação Total da Mobills Corretora de Seguros Ltda. pela Toro Asset Management S.A.

Em 31 de maio de 2024, a Mobills Corretora de Seguros Ltda. ("Mobills Corretora") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Toro Asset Management S.A. ("Toro Asset"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mobills Corretora não implicou um aumento de capital social da Toro Asset, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mobills Corretra era detida pela Toro Asset e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência.

e) Aquisição da parcela remanescente da Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A. pela Return Capital S.A.

Em 17 de maio de 2024, a Return Capital S.A. ("Return") – subsidiária integral do Banco Santander (Brasil) S.A. - celebrou, junto aos sócios minoritários da Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A. ("Gira"), determinado Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir os 20% do capital social da Gira detidos pelos minoritários ("Operação"). Como resultado da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. passou a deter, indiretamente, 100% do capital social da Gira.

f) Aquisição de participação e Investimento na América Gestão Serviços em Energia S.A.

Em 12 de março de 2024, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços ("Santander Corretora") formalizou, em conjunto com os acionistas da América Gestão Serviços em Energia S.A. ("América Energia"), Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com vistas a aquisição de 70% do capital social total e votante da América Energia ("Operação"). A conclusão da Operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes. Em 04 de julho de 2024, com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passou a deter 70% da participação acionária da América Energia.

g) Aquisição de participação e Investimento na Fit Economia de Energia S.A.

Em 06 de março de 2024, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. concluiu, diante do cumprimento das condições precedentes aplicáveis, a operação para aquisição e investimento na Fit Economia de Energia S.A. ("Companhia"), de forma que passou a deter 65% do capital social da Companhia ("Operação"). Informações adicionais sobre os valores adquiridos e contraprestações assumidas estão sob avaliação e serão divulgadas conforme aplicáveis em divulgações futuras, em conexão com a conclusão da contabilização do método de aquisição que deve ocorrer em até 1 ano da data da operação.

h) Aquisição da totalidade da participação acionária na Toro Participações S.A. e incorporação pela Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A aquisição ocorreu mediante a aquisição, pelo Santander, de 14.588.271 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia com o pagamento nas seguintes condições:

- na data do Closing, no valor de R\$291.529 (R\$ 145.764 milhões pagos na Data do Fechamento mediante a TED e R\$ 145.764 milhões pagos em certificados de depósito de ação, entregues à vista, na Data do Fechamento);
- R\$92.536 a serem pagos até 31/01/2026, atualizado por CDI e após confirmado o atingimento de certos indicadores de performance estipulados no Contrato de Compra e Venda, os quais serão aferidos em 31/12/2025.

i) Aquisição do remanescente de Participação Societária na Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda.

Em 22 de dezembro de 2023, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") – subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda. ("Apê11"), determinado Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir os 10% de do capital social da Apê11 remanescente detidos pelos minoritários ("Operação"). Como resultado da Operação a SHI passou a deter 100% do Capital Social da Apê11.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

j) Incorporação Total da Mob Soluções em Tecnologia Ltda. pela Return Capital S.A. e Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 31 de outubro de 2023, a Mob Soluções em Tecnologia Ltda. ("Mob") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. ("Mobills"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mob não implicou um aumento de capital social da Mobills, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mob era detida pela Mobills e portanto já refletida em conta de investimento por equivalência.

k) Venda da totalidade da participação detida no Banco PSA Finance Brasil S.A. e na Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda.

Em 31 de agosto de 2023, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré") e a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora de Seguros") concluíram a operação de venda de participações societárias detida (a) pela Aymoré, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social do Banco PSA Finance Brasil S.A. ("Banco PSA"), para o Stellantis Financial Service, S.A. e (b) pela Santander Corretora de Seguros, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social da Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda. ("Stellantis Corretora"), para a Stellantis Services Ltd. ("Operação").

Com a conclusão da Operação, a Aymoré deixou de deter participação societária no Banco PSA e a Santander Corretora de Seguros deixa de deter participação societária na Stellantis Corretora.

l) Venda de parcela da participação acionária da Santander Corretora na Webmotors S.A. para a Carsales.com Investments PTY LTD

Em 28 de abril de 2023, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") concluiu a operação de venda de ações representativas de 40% do capital social da Webmotors S.A. ("Webmotors") para a Carsales.com Investments PTY LTD ("Carsales") ("Operação"). Com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passou a ser titular de 30% e a Carsales de 70% do capital social da Webmotors.

30.Outras Informações

a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$ 66.676.768 (31/12/2023 - R\$ 64.277.216) no Banco e no Consolidado.

b) O valor total de fundos de investimento sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$ 2.483.129 (31/12/2023 - R\$ 11.871.919) e o total de fundos de investimento administrados é de R\$ 317.612.627 (31/12/2023 - R\$291.736.828) registrados em contas de compensação.

Notas Explicativas

c) Os seguros vigentes em 30 de junho de 2024, correspondentes a cobertura de incêndios, desastres naturais e outros riscos relacionados aos imóveis, têm valor de cobertura de R\$ 9.214.986 (31/12/2023 - R\$9.214.986) no Banco e no Consolidado. Além disso no Banco e no Consolidado em 30 de junho de 2024, existem outras apólices vigentes para coberturas de riscos relativos a fraudes, responsabilidade civil e outros ativos no valor de R\$ 1.546.050 (31/12/2023 - R\$1.546.050).

d) Entre 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não houve operações ativas vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - No âmbito das resoluções CMN 3.263/2005 e 4.018/2011 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	30/06/2024	31/12/2023
Até 1 Ano	525.818	582.294
Entre 1 a 5 Anos	1.123.853	1.132.409
Mais de 5 Anos	732.540	734.431
Total	2.382.210	2.449.134

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$ 676 (31/12/2023 - R\$649) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas em 2024, foram no valor de R\$ 279.596 (2023 - R\$ 326.745).

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

g) Valor de mercado dos Ativos e Passivos - O Banco Santander classifica as mensurações ao valor de mercado usando a hierarquia de valor de mercado que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreçamento dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado

observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez. Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

Notas Explicativas

Em milhares de Reais					2024
Ativo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	121.388.577	121.388.577	10.522.542	103.229.400	7.636.635
Títulos e Valores Mobiliários	271.109.905	270.791.972	194.234.347	12.817.439	63.740.186
Instrumentos Financeiros Derivativos	31.047.004	31.047.004	-	30.261.739	785.265
Operações de Crédito	450.798.015	449.727.104	-	-	449.727.104
Total	874.343.501	872.954.657	204.756.889	146.308.578	521.889.190

Em milhares de Reais					2023
Ativo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	113.860.885	113.860.885	13.779.369	91.886.844	8.194.673
Títulos e Valores Mobiliários	248.998.836	248.880.165	167.411.689	12.550.106	68.918.370
Instrumentos Financeiros Derivativos	28.066.689	28.066.689	-	26.848.128	1.218.561
Operações de Crédito	427.599.259	427.516.527	-	-	427.516.527
Total	818.525.669	818.324.266	181.191.058	131.285.078	505.848.131

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco e seus respectivos valores de mercado em 30 de junho de 2024 e de 31 de dezembro de 2023:

Em milhares de Reais					2024
Passivo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Depósitos	497.074.286	497.093.625	-	-	497.093.625
Captações no Mercado Aberto	143.563.428	143.580.321	-	143.580.321	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	108.464.542	108.464.542	-	-	108.464.542
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	150.973.043	152.457.825	-	-	152.457.825
Instrumentos Financeiros Derivativos	28.421.908	28.421.908	-	27.753.342	668.566
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	21.381.908	21.381.908	-	-	21.381.908
Total	949.879.115	951.400.129	-	171.333.663	780.066.466

Em milhares de Reais					2023
Passivo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Depósitos	475.701.951	475.680.352	-	-	475.680.352
Captações no Mercado Aberto	134.793.745	134.815.044	-	134.815.044	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	89.635.879	89.635.879	-	-	89.635.879
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	149.203.270	148.380.735	-	-	148.380.735
Instrumentos Financeiros Derivativos	25.606.801	25.606.801	-	24.692.540	914.261
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.626.967	19.626.967	-	-	19.626.967
Total	894.568.613	893.745.778	-	159.507.584	734.238.194

h) Resultados recorrentes/não recorrentes

		Banco
		20242023

Notas Explicativas

	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 30/06/2024	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 30/06/2023
Receitas da Intermediação Financeira	100.213.289	-	100.213.289	42.873.602	-	42.873.602
Despesas da Intermediação Financeira	(90.462.689)	-	(90.462.689)	(38.481.756)	-	(38.481.756)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	9.750.600	-	9.750.600	4.391.846	-	4.391.846
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(5.709.298)	(111.193)	(5.820.491)	(2.904.432)	(111.695)	(3.016.127)
Resultado Operacional	4.041.302	(111.193)	3.930.109	1.487.414	(111.695)	1.375.719
Resultado não Operacional	46.055	1.929.980	1.976.035	69.813	-	69.813
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	4.087.357	1.818.787	5.906.144	1.557.227	(111.695)	1.445.532
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	1.850.479	(818.931)	1.031.548	3.454.043	49.786	3.503.829
Participações no Lucro	(856.170)	-	(856.170)	(766.337)	-	(766.337)
Lucro Líquido	5.081.666	999.856	6.081.522	4.244.933	(61.909)	4.183.024

Consolidado						
			2024			
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 30/06/2024	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 30/06/2023
Receitas da Intermediação Financeira	106.230.492	-	106.230.492	49.301.544	-	49.301.544
Despesas da Intermediação Financeira	(90.373.274)	-	(90.373.274)	(37.843.486)	-	(37.843.486)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	15.857.218	-	15.857.218	11.458.058	-	11.458.058
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(9.215.695)	(169.434)	(9.385.129)	(8.114.931)	(188.796)	(8.303.727)
Resultado Operacional	6.641.523	(169.434)	6.472.089	3.343.127	(188.796)	3.154.331
Resultado não Operacional (b)	67.009	1.929.980	1.996.989	103.998	1.104.645	1.208.643
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	6.708.532	1.760.546	8.469.078	3.447.125	915.849	4.362.974
Imposto de Renda e Contribuição Social (a/b)	(221.179)	(792.722)	(1.013.901)	1.204.495	(291.097)	913.398
Participações no Lucro	(1.192.926)	-	(1.192.926)	(1.014.159)	-	(1.014.159)
Participações dos Acionistas Minoritários	(78.546)	-	(78.546)	(51.922)	-	(51.922)
Lucro Líquido	5.215.881	967.824	6.183.705	3.585.539	624.752	4.210.291

- a) Amortização de ágio em investimento reconhecido como Outras Despesas Operacionais no valor antes de tributos de R\$ 111.193 e R\$ 169.434 (30/06/2023 R\$111.695 e R\$188.796) no Banco e no Consolidado respectivamente, com impacto líquido de tributos de R\$ 61.633 e R\$ 93.665 (30/06/2023 – R\$61.909 e R\$84.482).
- b) Em 2024, efeitos dos resultados provenientes da aquisição da Pluxee, conforme descrito na nota 29.c, com impacto líquido de tributos de R\$1.061.489 no Banco e no Consolidado. Em 2023, resultados provenientes da venda de 40% da Webmotors conforme 29.l.

31.Eventos Subsequentes

a) Aquisição de participação e Investimento na América Gestão Serviços em Energia S.A.

Em 4 de julho de 2024, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços (“Santander Corretora”) concluiu, diante do cumprimento das condições precedentes aplicáveis, a operação para aquisição e investimento na América Gestão Serviços em Energia S.A. (“América Energia”), de forma que passou a deter 70% do capital social da Companhia.

b) Aquisição da parcela remanescente da Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.**Notas Explicativas**

Em 3 de julho de 2024, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré") – subsidiária integral do Banco Santander (Brasil) S.A. - celebrou, junto aos sócios minoritários da Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A. ("S4F"), determinado Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir 0,01641% do capital social da S4F detidos pelos minoritários ("Operação"). Como resultado da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. passou a deter, indiretamente, 100% do capital social da S4F.

c) Distribuição de Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração do Banco Santander, em reunião realizada em 10 de julho de 2024, apresentou a proposta da Diretoria Executiva da Companhia, ad referendum das Assembleias Gerais Ordinárias a serem realizadas até o dia 09 de agosto de 2024, respectivamente, para a declaração e o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, nos termos dos artigos 17, inciso XVIII e 37, § 2º do Estatuto Social da Companhia com base no resultado do semestre encerrado em 30 de junho de 2024, no montante bruto de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais). Os juros sobre Capital Próprio serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2024.

Notas Explicativas

Banco Santander (Brasil) S.A.
Notas Explicativas
Preparadas de Acordo com as Normas
Internacionais de Relatórios
Financeiros- IFRS

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas condensadas e outras informações

a) Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras intermediárias consolidadas condensadas para o período findo em 30 de junho de 2024, na reunião realizada em 30 de julho de 2024.

As referidas Demonstrações Financeiras foram objeto de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander e de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes.

b) Apresentação das Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas (preparadas de acordo com o IAS 34)

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas de acordo com a International Financial Reporting Standards (IFRS®) emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB®) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS® como "normas contábeis IFRS®") e as interpretações emitidas pela IFRS® Interpretations Committee (nome atual do International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC®). Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às Demonstrações Financeiras do Banco Santander, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pelo Banco Santander em sua administração.

c) Outras Informações

c.1) Adoção de novas normas e interpretações de normas existentes

• **Alterações ao IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:** as alterações têm o propósito de especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem o que se entende por direito de adiar a liquidação; que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; e que somente um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. As alterações ao IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e o Santander não espera impactos materiais nas demonstrações financeiras.

• **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.

• **Alteração ao IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** exige que as entidades forneçam divulgações adicionais sobre seus acordos de financiamentos de fornecedores. O IASB emitiu esses novos requisitos para fornecer aos usuários das demonstrações financeiras informações que lhes permitam avaliar como os acordos de financiamento de fornecedores afetam as obrigações e fluxos de caixa de uma entidade, e compreender o efeito dos acordos de financiamento de fornecedores na exposição de uma entidade ao risco de liquidez e como a entidade poderia ser afetada se os acordos não estivessem mais disponíveis para ela. As alterações no IAS 7 e IFRS 7 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e o Santander verificou que não há impactos para as demonstrações financeiras.

• **Alteração ao IFRS 16 – Arrendamentos:** esclarece os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de sale and leaseback, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações ao IFRS 16 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e o Santander não espera impactos materiais nas demonstrações financeiras.

c.2) Novas normas e interpretações em vigor em exercícios futuros

• **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Substitui o IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados.

Estas alterações são efetivas para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. O Santander está avaliando os impactos desta alteração.

• **Alteração ao IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis:** se uma moeda não tiver conversibilidade, pode ser difícil determinar uma taxa de câmbio apropriada. Embora incomum, pode surgir uma falta de conversibilidade quando um governo impõe controles cambiais que proíbem a troca de uma moeda ou que limitem o volume de transações em moeda estrangeira. A emenda ao IAS 21, esclarece como as entidades devem avaliar se uma moeda é de fácil conversão e como devem determinar uma taxa de câmbio à vista para uma moeda de difícil permutabilidade, bem como exige a divulgação de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras entender os impactos de uma moeda sem conversibilidade. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. O Santander está avaliando os impactos desta alteração.

c.3) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com os IFRSs, são a melhor estimativa da administração de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as estimativas são feitas pela Administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

c.3.1) Estimativas críticas

As estimativas e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos saldos contábeis de certos ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritas abaixo:

i. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O Banco Santander classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, segregando os instrumentos financeiros entre os Níveis I, II ou III.

A nota 18.a&c das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas de 30 de junho de 2024, apresentam a prática contábil e análise de sensibilidade para os Instrumentos Financeiros, respectivamente.

ii. Provisões para perdas sobre créditos por redução ao valor recuperável

O valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado por meio do registro de uma provisão para perda a débito de “Perdas com ativos financeiros (líquidas) – Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado” na demonstração consolidada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico

*Notas Explicativas, exceto quando indicado.

de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto à redução ao valor recuperável, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

iii. Provisões para fundos de pensão

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa especializada, ao final de cada exercício, com vigência para o período subsequente e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e Provisões (líquidas).

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

iv. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

v. Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez ao ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período mínimo de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

vi. Expectativa de realização de créditos tributários de IR e CS

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera recuperar ou pagar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos de prejuízos fiscais e a base negativa da CSLL acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado. Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados.

Outros ativos fiscais diferidos (créditos de prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para que possam ser utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são revistos na data de cada balanço patrimonial, realizando-se os ajustes apropriados com base nas constatações das análises realizadas. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

2. Base para consolidação

Abaixo estão destacadas as entidades controladas, diretas e indiretas, e fundos de investimento incluídos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas do Banco Santander. Informações semelhantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na nota 5.

	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		30/06/2024	
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidado
Investimentos					
Controladas do Banco Santander					
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	50.159	-	100,00%	100,00%
Esfera Fidelidade S.A.	Prestação de Serviços	10.001	-	100,00%	100,00%
GIRA - Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A. (GIRA)	Tecnologia	7.488	-	98,74%	100,00%
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	-	100,00%	100,00%
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	33.693	-	100,00%	100,00%
Rojo Entretenimento S.A.	Prestação de Serviços	7.417	-	94,60%	94,60%
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Prestação de Serviços de Meios Digitais	71.181	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	872.186	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	14.067.640	14.067.640	99,99%	99,99%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)	Corretora	7.184	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A.	Holding	558.601	-	100,00%	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	164	-	100,00%	100,00%
F1RST Tecnologia e Inovação Ltda.	Prestação de Serviços de Tecnologia	241.941	-	100,00%	100,00%
SX Negócios Ltda.	Prestação de Serviços de Call Center	75.050	-	100,00%	100,00%
Toro Participações S.A.	Holding	14.763	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	0,00%	50,00%
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A. (Solution 4Fleet)	Tecnologia	328	-	0,00%	80,00%
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	0,00%	100,00%
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM)	Distribuidora	461	-	0,00%	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	-	0,00%	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	0,00%	100,00%
Controlada Santander Corretora de Seguros					
Fit Economia de Energia S.A.	Comércio de Energia	10.400	-	0,00%	65,00%
Controlada da Santander Holding Imobiliária S.A.					
Summer Empreendimentos Ltda.	Real Estate	17.084	-	0,00%	100,00%
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda. (Toro CTVM)	Corretora	21.559	-	0,00%	59,64%
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	44.101	-	0,00%	13,23%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Controlada da Toro Corretora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda.					
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	289.362	-	0,00%	86,77%
Controlada em Conjunto da Sancap					
Santander Auto S.A.	Tecnologia	22.452	-	0,00%	50,00%
Controlada da Toro Investimentos S.A.					
Toro Asset Management S.A.	Investimentos	918.264	-	0,00%	100,00%

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (2);
- Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (1);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (2);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (3);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (3);
- Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Getnet ;
- Santander Flex Fundo de Investimento Direitos Creditórios (3);
- San Créditos Estruturados – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado (3);
- D365 – Fundo De Investimento em Direitos Creditórios (3);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Tellus (3);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Precato IV (3); e
- Santander Hera Renda Fixa Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Responsabilidade Limitada.

(1) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.

(2) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Santander Paraty não possui posição patrimonial própria, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.

(3) Fundo controlado pela Return Capital Serviços de Recuperação de Crédito S.A.

Foram implementados movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander.

m) Incorporação Total da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. pela Santander Holding Imobiliária S.A.

Em 30 de junho de 2024, a Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. ("Apê11") foi incorporada totalmente, tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Apê11 não implicou em um aumento de capital social da SHI, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Apê11 eram detidas pela SHI e, portanto, já estavam refletidas em conta de investimento por equivalência.

n) Incorporação Total da Mobills Labs Soluções Em Tecnologia Ltda. pela Toro Investimentos S.A.

Em 30 de junho de 2024, a Mobills Labs Soluções Em Tecnologia Ltda. ("Mobills Labs") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mobills Labs não implicou um aumento de capital social da Toro Investimentos, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mobills Labs era detida pela Toro Investimentos e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência.

o) Joint-venture entre Banco Santander (Brasil) S.A. e Sodexo Pass International e Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.

Em 27 de junho de 2024, após a conclusão das condições precedentes da operação anunciada em 24 de julho de 2023, o Banco Santander (Brasil) S.A. concluiu a constituição de uma Joint Venture com o Grupo Pluxee (anteriormente Sodexo).

O racional econômico da operação está fundamentado essencialmente: (i) nas sinergias decorrentes da combinação dos negócios da Pluxee Instituição de Pagamento S.A. (Atual denominação da "Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A.") com a Sodexo no Brasil e (ii) na capacidade da empresa combinada de explorar a base de clientes do Santander para a oferta dos seus produtos e serviços (i.e. na capilaridade do balcão do Santander).

Para a formação da Joint Venture, o Banco Santander aportou o valor equivalente a R\$ 2.044 milhões atribuído: (i) ao seu investimento na sua controlada de benefícios, a Pluxee Instituição de Pagamento S.A. (Atual denominação da "Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A."); (ii) a uma parcela de recursos em dinheiro; (iii) ao contrato de exclusividade para exploração de sua base de clientes.

Como resultado da operação, o Banco Santander e o Grupo Pluxee, passaram a deter 20% e 80% de participação, respectivamente, no capital social da Pluxee Benefícios Brasil S.A. ("Pluxee"), veículo da joint-venture.

p) Incorporação Total da Mobills Corretora de Seguros Ltda. pela Toro Asset Management S.A.

Em 31 de maio de 2024, a Mobills Corretora de Seguros Ltda. ("Mobills Corretora") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Toro Asset Management S.A. ("Toro Asset"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mobills Corretora não implicou um aumento de capital social da Toro Asset, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mobills Corretora era detida pela Toro Asset e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência.

q) Aquisição da parcela remanescente da Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A. pela Return Capital S.A.

Em 17 de maio de 2024, a Return Capital S.A. ("Return") – subsidiária integral do Banco Santander (Brasil) S.A. – celebrou, junto aos sócios minoritários da Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A. ("Gira"), determinado Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir os 20% do capital social da Gira detidos pelos minoritários ("Operação"). Como resultado da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. passou a deter, indiretamente, 100% do capital social da Gira.

r) Aquisição de participação e Investimento na América Gestão Serviços em Energia S.A.

Em 12 de março de 2024, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços ("Santander Corretora") formalizou, em conjunto com os acionistas da América Gestão Serviços em Energia S.A. ("América Energia"), Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com vistas a aquisição de 70% do capital social total e votante da América Energia ("Operação"). A conclusão da Operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes. Em 04 de julho de 2024, com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passou a deter 70% da participação acionária da América Energia.

s) Aquisição de participação e Investimento na Fit Economia de Energia S.A.

Em 06 de março de 2024, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. concluiu, diante do cumprimento das condições precedentes aplicáveis, a operação para aquisição e investimento na Fit Economia de Energia S.A. ("Companhia"), de forma que passou a deter 65% do capital social da Companhia ("Operação"). Informações adicionais sobre os valores adquiridos e contraprestações assumidas estão sob avaliação e serão divulgadas conforme aplicáveis em divulgações futuras, em conexão com a conclusão da contabilização do método de aquisição que deve ocorrer em até 1 ano da data da operação.

t) Aquisição da totalidade da participação acionária na Toro Participações S.A. e incorporação pela Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A aquisição ocorreu mediante a aquisição, pelo Santander, de 14.588.271 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia com o pagamento nas seguintes condições:

- a. na data do Closing, no valor de R\$291.529 (R\$ 145.764 milhões pagos na Data do Fechamento mediante a TED e R\$ 145.764 milhões pagos em certificados de depósito de ação, entregues à vista, na Data do Fechamento);
- b. R\$92.536 a serem pagos até 31/01/2026, atualizado por CDI e após confirmado o atingimento de certos indicadores de performance estipulados no Contrato de Compra e Venda, os quais serão aferidos em 31/12/2025.

u) Aquisição do remanescente de Participação Societária na Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda.

Em 22 de dezembro de 2023, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") – subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda. ("Apê11"), determinado Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir os 10% de do capital social da Apê11 remanescente detidos pelos minoritários ("Operação"). Como resultado da Operação a SHI passou a deter 100% do Capital Social da Apê11.

v) Incorporação Total da Mob Soluções em Tecnologia Ltda. pela Return Capital S.A. e Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 31 de outubro de 2023, a Mob Soluções em Tecnologia Ltda. ("Mob") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. ("Mobills"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mob não implicou um aumento de capital social da Mobills, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mob era detida pela Mobills e portanto já refletida em conta de investimento por equivalência.

w) Venda da totalidade da participação detida no Banco PSA Finance Brasil S.A. e na Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda.

Em 31 de agosto de 2023, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré") e a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora de Seguros") concluíram a operação de venda de participações societárias detida (a) pela Aymoré, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social do Banco PSA Finance Brasil S.A. ("Banco PSA"), para o Stellantis Financial Service, S.A. e (b) pela Santander Corretora de Seguros, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social da Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda. ("Stellantis Corretora"), para a Stellantis Services Ltd. ("Operação").

Com a conclusão da Operação, a Aymoré deixou de deter participação societária no Banco PSA e a Santander Corretora de Seguros deixa de deter participação societária na Stellantis Corretora.

x) Venda de parcela da participação acionária da Santander Corretora na Webmotors S.A. para a Carsales.com Investments PTY LTD

Em 28 de abril de 2023, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") concluiu a operação de venda de ações representativas de 40% do capital social da Webmotors S.A. ("Webmotors") para a Carsales.com Investments PTY LTD ("Carsales") ("Operação"). Com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passou a ser titular de 30% e a Carsales de 70% do capital social da Webmotors.

3. Ativos Financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com “Disponibilidades” e “Derivativos utilizados como Hedge”, em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está demonstrada abaixo:

	30/06/2024			
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado	Total
Reservas no Banco Central do Brasil	96.274.061	-	86.556.608	182.830.669
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	30.055.165	30.055.165
Sendo:				
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	30.056.463	30.056.463
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	(1.298)	(1.298)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4.249.228	-	542.692.939	546.942.167
Sendo:				
Empréstimos e adiantamentos a clientes (1)	4.249.228	-	576.748.855	580.998.083
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	(34.055.916)	(34.055.916)
Instrumentos de dívida	108.703.391	65.005.938	92.563.830	266.273.159
Sendo:				
Instrumentos de dívida	108.703.391	65.005.938	94.624.954	268.334.283
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	(2.061.124)	(2.061.124)
Instrumentos de patrimônio	4.153.274	17.637	-	4.170.911
Derivativos	33.492.930	-	-	33.492.930
Total	246.872.884	65.023.575	751.868.542	1.063.765.001

	31/12/2023			
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado	Total
Reservas no Banco Central do Brasil	88.898.186	-	81.969.532	170.867.718
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	25.709.081	25.709.081
Sendo:				
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	25.716.845	25.716.845
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	(7.764)	(7.764)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.040.712	-	514.936.423	517.977.135
Sendo:				
Empréstimos e adiantamentos a clientes (1)	3.040.712	-	548.495.491	551.536.203
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	(33.559.068)	(33.559.068)
Instrumentos de dívida	84.291.192	59.036.137	101.087.321	244.414.650
Sendo:				
Instrumentos de dívida	84.291.192	59.036.137	102.673.487	246.000.816
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	(1.586.166)	(1.586.166)
Instrumentos de patrimônio	3.422.154	15.953	-	3.438.107
Derivativos	29.269.652	-	-	29.269.652
Total	208.921.896	59.052.090	723.702.357	991.676.343

c) Ativos não recuperáveis

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que: (i) ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida); (ii) signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio; (iii) decorrentes da violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e (iv) por ocasião do processo de falência.

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como “Empréstimos, adiantamentos a clientes e Instrumentos de Dívida” considerados como não recuperável devido ao risco de crédito nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e de 2023 são os seguintes:

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Saldo no início do período	39.886.905	39.146.979
Adições líquidas	13.207.886	17.265.368
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(12.892.624)	(16.205.843)
Saldo no final do período	40.202.167	40.206.504

d) Provisões para Perdas de Contratos de Garantias Financeiras Prestadas

O IFRS 9 requer que seja registrada a provisão para perdas de crédito esperadas para contratos de garantias financeiras prestadas, que ainda não tenham sido honradas. Deverá ser mensurada e contabilizado à despesa de provisão que reflita o risco de crédito no caso de garantias honradas e o cliente avalizado não cumprir com suas obrigações contratuais. Abaixo consta a movimentação dessas provisões para os períodos findos em 30 de junho de 2024 e de 2023.

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Saldo no início do período	378.145	340.005
Constituição (Reversão) de provisão para perdas de contratos de garantias financeiras prestadas	3.117	73.450
Saldo no final do período	381.262	413.455

4. Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

5. Participações em coligadas e empreendimentos em conjuntos

Controle Conjunto

O Banco Santander e suas controladas consideram os investimentos classificados como controle conjunto quando possuem acordo de acionistas nos quais define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

Influência Significativa

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

a) Composição

	Atividade	País	Participação em %	
			30/06/2024	31/12/2023
Controle conjunto do Banco Santander				
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	Brasil	39,89%	39,89%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (1)(2)	Outras Atividades	Brasil	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito (1)	Birô de Crédito	Brasil	15,56%	15,56%
Santander Auto S.A.	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros				
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN (1)	Outras Atividades	Brasil	18,98%	18,98%
Hyundai Corretora de Seguros	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	Outras Atividades	Brasil	20,00%	20,00%
Biomass - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Outras Atividades	Brasil	16,67%	16,67%
Controlada da Webmotors S.A.				
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop)	Prestação de Serviços	Brasil	51,00%	51,00%
Car10 Tecnologia e Informação S.A. (Car10)	Tecnologia	Brasil	66,67%	66,67%
Controlada da Car10 Tecnologia e Informação S.A.				
Pag10 Fomento Mercantil Ltda.	Tecnologia	Brasil	100,00%	100,00%
Controlada da Tecban				
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
Controlada da Tbnet				
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte)	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
Influência Significativa do Banco Santander				
Núcleo S.A. (Atual denominação da CIP S.A.)	Outras Atividades	Brasil	17,53%	17,87%
Pluxee Benefícios Brasil S.A	Benefícios	Brasil	20,00%	0,00%
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros				
Webmotors S.A. (3)	Outras Atividades	Brasil	30,00%	30,00%

	30/06/2024			31/12/2023		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Controle conjunto do Banco Santander	12.756.801	12.650.904	105.897	13.123.616	13.018.222	105.394
Banco RCI Brasil S.A.	11.179.898	11.083.966	95.932	11.547.631	11.442.688	104.943
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	3.580	3.719	(139)	1.784	1.783	1
Gestora de Inteligência de Crédito	1.200.902	1.214.918	(14.016)	1.257.492	1.295.424	(37.932)
Santander Auto S.A.	372.421	348.301	24.120	316.709	278.327	38.382
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	3.050.609	3.028.897	21.712	3.066.701	3.048.870	17.830
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	2.795.019	2.750.340	44.679	2.815.300	2.795.143	20.156
Hyundai Corretora de Seguros	5.962	5.246	716	5.246	4.540	707
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	211.581	218.521	(6.940)	219.149	213.693	5.455
Biomass - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	38.047	54.790	(16.743)	27.006	35.494	(8.488)
Influência Significativa do Banco Santander	18.934.280	18.659.053	275.227	3.298.189	2.750.256	547.933
Núcleo S.A. (Atual denominação da CIP S.A.)	2.401.653	2.126.426	275.227	3.298.189	2.750.256	547.933
Pluxee Benefícios Brasil S.A. (4)	16.532.627	16.532.627	-	-	-	-
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros	547.446	458.667	88.779	485.398	366.626	118.772
Webmotors S.A.	547.446	458.667	88.779	485.398	366.626	118.772
Total	35.289.136	34.797.521	491.615	19.973.904	19.183.974	789.929



*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

- (1) O Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista.
- (2) Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).
- (3) O Banco Santander Brasil S.A, através da sua Subsidiária Santander Corretora de Seguros vendeu parte da sua participação acionária na Webmotors S.A, para a Carsales, desfazendo-se assim de 40% do capital social da empresa no Consolidado, conforme detalhado na nota 2.
- (4) A entidade foi adquirida em 27/06/2024 conforme descrito na nota 2.c, e seus resultados serão refletidos no consolidado a partir do mês de julho.

	Investimentos		Resultado	
	30/06/2024	31/12/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Controle conjunto do Banco Santander	636.623	585.101	48.004	31.235
Banco RCI Brasil S.A.	534.383	491.623	38.268	24.366
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	394	209	(5)	10
Gestora de Inteligência de Crédito	54.226	56.507	(2.280)	(2.950)
Santander Auto S.A.	47.620	36.762	12.021	9.809
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	303.500	293.840	4.659	(4.236)
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	254.563	246.083	8.480	(4.978)
Hyundai Corretora de Seguros	1.965	1.607	358	118
Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	-	-	-	1.226
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	41.177	42.565	(1.388)	(673)
Biomass - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	5.795	3.585	(2.791)	71
Influência Significativa do Banco Santander	2.397.293	503.922	48.247	52.613
Núcleo S.A. (Atual denominação da CIP S.A.)	353.293	503.922	48.247	52.613
Pluxee Benefícios Brasil S.A (1)	2.044.000	-	-	-
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros	264.220	226.917	26.634	26.281
Webmotors S.A.	264.220	226.917	26.634	26.281
Total	3.601.636	1.609.780	127.544	105.893

- (1) O saldo da operação de aquisição de participação na Pluxee inclui o seu investimento em sua controlada de benefícios, a Pluxee Instituição de Pagamento S.A. (Atual denominação da "Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A") e ágios gerados por expectativa de rentabilidade futura, conforme termos descritos na Nota 2.c.

O Banco não possui garantias concedidas para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

b) Variação

Abaixo estão as variações no saldo desse item nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023:

	01/01 a 30/06/2024		01/01 a 30/06/2023	
	Controle Conjunto	Influência Significativa	Controle Conjunto	Influência Significativa
Saldo no início do exercício	878.944	730.836	1.320.129	407.441
Mudança de escopo de consolidação	-	-	(386.437)	386.437
Ajuste ao Valor de Mercado	31.023	(108)	(32.055)	(895)
Baixas	190	-	353	(185.169)
Resultados equivalência patrimonial	52.663	74.881	26.999	78.894
Dividendos propostos/recebidos	(27.694)	(188.099)	(50.218)	(13.956)
Adição / Aumento de Capital em Controlada em Conjunto	5.000	2.044.000	5.000	54
Saldo no final do período	940.126	2.661.510	883.770	672.806
Total dos Investimentos		3.601.636		1.556.576

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação dos investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

d) Outras informações

Detalhes da principal empresa controlada em conjunto:

- Banco RCI Brasil S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade por ações com sede no Paraná, tem por objetivo principal a prática das operações de investimento, arrendamento mercantil, crédito, financiamento e investimento, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, com operações voltadas, principalmente, ao financiamento e arrendamento ao consumidor final. É uma instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.

6. Ativo imobilizado

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não possui ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento e nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais. O Banco também não é parte como arrendatário de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante os períodos encerrados em 30 de junho de 2024 e 2023.

a) Composição

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	Terrenos e Edificações	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Imobilizado de Arrendamento	Instalações	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Imobilizados em Curso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.560.218	2.556.247	1.392.926	443.354	1.022.541	110.278	7.085.564
Adições	565	101.071	98.966	11.744	61.593	88.940	362.879
Baixas	(2.528)	(23.663)	(93.552)	(7.500)	(39.339)	(42)	(166.624)
Depreciações do período	(34.387)	(439.123)	(206.620)	(45.991)	(101.068)	-	(827.189)
Transferências	-	125.891	-	7.076	19.589	(152.556)	-
Saldos em 30 de junho de 2024	1.523.868	2.320.423	1.191.720	408.683	963.316	46.620	6.454.630

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica “Depreciação e amortização”, na demonstração do resultado.

Para uma melhor apresentação, foram realocadas as categorias das diferentes classes de ativos.

b) Perdas por não recuperação

No período findo em 30 de junho de 2024 não houve impacto de perdas por não recuperação (31/12/2023 – R\$ 4.984)

c) Compromisso de compra de ativos tangíveis

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Banco não possui valores de compromissos contratuais para aquisição de ativo tangível.

7. Ativo intangível - Ágio

O ágio constitui o excedente entre o custo de aquisição e a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo (deságio), este é reconhecido imediatamente no resultado. Em conformidade com o IFRS 3 Combinações de Negócios, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas testado anualmente para fins de redução ao valor de recuperação ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade (nota 1.c.3.1.v) e foi alocado de acordo com o segmento operacional (nota 15).

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 30 de junho de 2024.

	30/06/2024	31/12/2023
Composição:		
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)	27.217.565	27.217.565
Em Dia Serviços Especializados em Cobranças Ltda.	184.447	184.447
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	160.770	160.770
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado)	62.800	62.800
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	42.135	42.135
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)	41.324	41.324
Monetus Investimentos S.A.	39.919	39.919
Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	39.589	39.589
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	32.590	32.590
Santander Brasil Tecnologia S.A.	16.381	16.381
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A.	9.777	9.777
GIRA, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	-	5.271
FIT Economia de Energia S.A.	5.032	
Total	27.852.329	27.852.568

Banco Comercial
31/12/2023

Principais premissas:

Bases para determinação do valor recuperável

Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos
Taxa de Crescimento Perpétuo	5,4%
Taxa de desconto antes de impostos	20,3%
Taxa de desconto	13,0%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

Um teste quantitativo de recuperabilidade de ágio é realizado anualmente. Ao término de cada exercício é realizada uma análise sobre a existência de indícios de impairment. No semestre findo em 30 de junho de 2024 e exercício de 2023 não houve evidências de impairment. No teste de recuperabilidade do ágio, as taxas de desconto e crescimento na perpetuidade são as premissas mais sensíveis para o cálculo do valor presente (valor em uso) dos fluxos de caixa futuros descontados. Com a variação de +0,25% ou - 0,25% nessas taxas, o valor dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente continua a indicar a inexistência de impairment.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

8. Ativo Intangível - Outros ativos intangíveis

A movimentação dos outros ativos intangíveis nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

	Movimentação de:					
	31/12/2023 a 30/06/2024			31/12/2022 a 30/06/2023		
	Desenvolv. de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total	Desenvolv. de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total
Saldo inicial	4.203.147	319.798	4.522.945	3.457.640	255.767	3.713.407
Adições	717.175	2.798	719.973	860.596	79.144	939.740
Baixas	(2.748)	(1.127)	(3.875)	(202.989)	(1.277)	(204.266)
Transferências	(71.253)	15.510	(55.743)	29.531	(15.323)	14.208
Amortizações no período	(512.261)	(11.054)	(523.315)	(392.409)	(31.114)	(423.523)
Impairment no período	-	-	-	(1.414)	(3.723)	(5.137)
Saldo final	4.334.060	325.926	4.659.985	3.750.955	283.474	4.034.429
Vida útil estimada	5 anos	Até 5 anos		5 anos	Até 5 anos	

As despesas com amortização foram incluídas no item "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

9. Passivos Financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco que não aqueles incluídos em "Derivativos utilizados como Hedge", em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

30/06/2024			
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	143.742.002	143.742.002
Depósitos de clientes	-	595.027.066	595.027.066
Obrigações por títulos e valores mobiliários	4.564.000	124.845.138	129.409.138
Derivativos	28.702.049	-	28.702.049
Posições vendidas	35.594.396	-	35.594.396
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	21.381.908	21.381.908
Outros passivos financeiros	97.359	71.998.819	72.096.178
Total	68.957.804	956.994.933	1.025.952.737

31/12/2023			
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	118.511.957	118.511.957
Depósitos de clientes	-	583.220.576	583.220.576
Obrigações por títulos e valores mobiliários	5.985.593	124.397.422	130.383.015
Derivativos	23.763.857	-	23.763.857
Posições vendidas	19.831.991	-	19.831.991
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	19.626.967	19.626.967
Outros passivos financeiros	-	64.793.584	64.793.584
Total	49.581.441	910.550.506	960.131.947

b) Composição e detalhes

b.1) Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito

	30/06/2024	31/12/2023
Depósitos à vista (1)	3.047.627	5.100.220
Depósitos a prazo (2)	115.179.810	95.289.502
Operações compromissadas	25.514.565	18.122.235
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados (3)	240	62.882
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	25.514.325	18.059.353
Total	143.742.002	118.511.957

(1) Contas não remuneradas.

(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento à exportação e importação, repasses do país (BNDES e Finame) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.

(3) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

b.2) Depósitos de clientes

	30/06/2024	31/12/2023
Depósitos à vista	92.905.640	94.674.392
Contas correntes (1)	34.970.830	36.598.932
Cadernetas de poupança	57.934.810	58.075.460
Depósitos a prazo	418.548.119	390.497.032
Operações compromissadas	83.573.307	98.049.152
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados (2)	15.941.557	21.550.508
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	67.631.750	76.498.644
Total	595.027.066	583.220.576

(1) Contas não remuneradas.

(2) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

b.3) Obrigações por títulos e valores mobiliários

	30/06/2024	31/12/2023
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	41.435.620	41.677.823
Eurobonds	15.591.509	13.612.088
Letras financeiras (2)	15.667.634	22.729.058
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	39.948.151	36.422.805
Letra Imobiliária Garantida - LIG (3)	16.766.224	15.941.241
Total	129.409.138	130.383.015

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 30 junho de 2024, possuem prazo de vencimento entre 2024 e 2034 (31/12/2023 – com prazo de vencimento entre 2024 e 2030).

(2) As principais características das letras financeiras são duração mínima de dois anos, valor nominal mínimo de R\$ 50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de junho de 2024, possuem prazo de vencimento entre 2024 e 2034 (31/12/2023 - com prazo de vencimento entre 2024 e 2033).

(3) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 30 de junho de 2024, possuem prazo de vencimento entre 2024 e 2035 (31/12/2023 - com prazo de vencimento entre 2024 e 2035).

Notas Explicativas

*Valores em milhões de reais, exceto quando indicado.

As variações no saldo de "Obrigações por títulos e valores imobiliários" no período findo em 30 de junho de 2024 e de 2023 foram as seguintes:

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Saldo no início do período	130.383.015	107.120.875
Emissões e Pagamentos	(2.648.722)	21.874.272
Juros	1.864.486	3.105.479
Variação cambial e outros	(189.641)	1.907.878
Saldo no final do período	129.409.138	134.008.504

A Composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

Emissão	Vencimento até	Taxa de Juros (a.a.)	2024	2023
2021	2031	Até 9% + CDI	3.751.189	3.337.315
2022	2035	Até 9% + CDI	1.657.106	1.918.929
2023	2031	Até 9% + CDI	4.848.624	8.355.844
2024	2033	Até 9% + CDI	5.334.590	-
Total			15.591.509	13.612.088

b.4) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" referente a emissão de instrumentos de capital para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência, são os seguintes:

	Emissão	Vencimento	Valor em milhões	Taxa de juros (a.a.)	30/06/2024	31/12/2023
		sem prazo (perpétuo)				
Nível I (1)	nov-18		US\$1.250	7,3%	7.038.083	6.116.218
Letras Financeiras - Nível II (2)	nov-21	nov-31	R\$5.300	CDI+2%	7.515.085	7.072.124
Letras Financeiras - Nível II (2)	dez-21	dez-31	R\$200	CDI+2%	283.348	266.647
Letras Financeiras - Nível II (2)	out-23	out-33	R\$6.000	CDI+1,6%	6.545.392	6.171.978
Total					21.381.908	19.626.967

- (1) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.
- (2) Letras Financeiras emitidas em novembro 2021 possuem opção de resgate e recompra.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

- (a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;
- (b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º(quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

As variações no saldo de "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e de 2023 foram as seguintes:

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Saldos no início do período	19.626.967	19.537.618
Juros Nível I (1)	296.648	108.521
Juros Nível II (1)	833.075	92.049
Variação Cambial	517.654	(308.064)
Pagamento de juros - Nível I	107.564	(237.147)
Pagamento de juros - Nível II	-	(184.709)
Saldo no final do período	21.381.908	19.008.268

- (1) A remuneração de juros referente ao Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II foi registrada em contrapartida do resultado do período como "Despesas com Juros e Similares".

*Valores em milhões, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

10. Provisão para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões

a) Composição

A composição do saldo do item “Provisões” é a seguinte:

	30/06/2024	31/12/2023
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	2.088.632	2.543.504
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	9.855.142	8.930.277
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores	496	496
Processos judiciais e administrativos	9.312.678	8.457.667
Sendo:		
Cíveis	3.109.294	2.888.359
Trabalhistas	3.639.340	3.277.476
Fiscais e Previdenciárias	2.564.044	2.291.832
Provisões para compromissos contingentes (Nota 3.b.2)	446.449	382.485
Provisões diversas	95.519	89.629
Total	11.943.774	11.473.781

b) Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

b.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$1.133 milhões (31/12/2023 - R\$1.099 milhões) Consolidado: em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$ 140 milhões no Consolidado (31/12/2023 - R\$ 138 milhões no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$ 411 milhões no Consolidado (31/12/2023 - R\$379 milhões no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na nota 10.b.4.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

b.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ex-Empregados do Banespa.

Ação coletiva ajuizada pela AFABESP (associação de aposentados e ex-funcionários do Banespa) pleiteando o pagamento de bônus semestral previsto no antigo estatuto social do BANESPA. A decisão final da ação foi desfavorável ao Santander. Com isso, cada beneficiário da decisão pode ingressar com uma ação individual para receber o valor devido. O risco de perda foi classificado como provável.

Como os acórdãos adotaram posicionamentos distintos para cada caso, foi instaurado perante o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) um procedimento denominado Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) com o objetivo de estabelecer critérios objetivos a respeito das teses defendidas pelo Banco, principalmente o prazo prescricional e limitações de pagamentos até dezembro de 2006 (referente à constituição do Plano V). No dia 11 de março de 2024, o incidente de IRDR foi admitido para futuro julgamento e foi determinada a suspensão de todos os processos que estejam em segunda instância (TRT) e ajuizados em São Paulo (Capital) e demais cidades que integram a jurisdição do TRT de São Paulo.

Por fim, devido à divergência de interpretação do prazo prescricional trabalhista previsto na Constituição Federal, também foi ajuizada Ação de Alegação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), para que o Supremo Tribunal Federal (STF) resolva a questão e indique o prazo correto a ser utilizado nos casos individuais ajuizados.

Em 27 de junho de 2024, foi firmado um acordo entre o Banco e as partes envolvidas (AFABESP e assessores jurídicos), perante o TRT, estabelecendo critérios e condições para liquidação das ações individuais. A implementação do acordo depende da manifestação e adesão individual de cada beneficiário nas respectivas ações, que poderão ser realizadas até o dia 31/07/2024, podendo ser prorrogadas até 15/08/2024.

b.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

b.4) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$ 33.758 milhões no Consolidado (31/12/2023 - R\$34.644 milhões), sendo os principais processos os seguintes:

PIS e COFINS - Ações judiciais movidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e outras entidades do Grupo para afastar a aplicação da Lei nº 9.718/98, que altera a base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), estendendo-a a todas as receitas das entidades, e não apenas às receitas decorrentes da prestação de serviços. Em relação ao processo do Banco Santander (Brasil) S.A., em 2015 o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu o recurso extraordinário interposto pela União Federal em relação ao PIS, e negou provimento ao recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal em relação à contribuição para a COFINS, confirmando a decisão do Tribunal Regional Federal favorável ao Banco Santander (Brasil) S.A. de agosto de 2007. O STF decidiu, por meio de Repercussão Geral, o Tema 372 e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras. Com a publicação do acórdão, o Banco apresentou novo recurso em relação ao PIS, e aguarda análise. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o prognóstico do risco foi classificado como perda possível, não sendo provável uma saída de recurso. Em 30 de junho de 2024, o valor envolvido é de R\$ 2.173 milhões. Para as demais ações judiciais, foram constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 9.511 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 3.898 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R\$4.968 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o

Notas Explicativas

ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 04 de abril de 2024, o recurso do Banco foi acolhido pela Câmara Superior do CARF, para cancelar integralmente a autuação.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R\$1.420 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL – Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 e 2019 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 2.442 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais foram julgadas desfavoravelmente. Atualmente, a primeira autuação aguarda julgamento no CARF. Quanto à segunda autuação, em razão da admissão parcial do Recurso na Câmara Superior do CARF, houve desmembramento para cobrança da parcela não admitida. Assim, foi ajuizada ação para discussão da parcela em cobrança. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R\$817 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 561 milhões.

IRRF – Remessa Exterior – A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, sobre pagamentos derivados da prestação de serviços de tecnologia de empresas sediadas no exterior, em razão da existência dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile; Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando-se, assim, a dupla tributação. Foi proferida sentença favorável e houve apelação por parte da Fazenda Nacional, junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, onde aguarda julgamento. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 983 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$175 milhões, incluindo o processo abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI – Ação coletiva ajuizada pela Afabesp pleiteando a alteração do índice de reajuste do benefício previdenciário aos aposentados e ex-funcionários do Banespa, contratados antes de 1975. A ação foi julgada desfavoravelmente ao Santander que recorreu. O recurso aguarda julgamento.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$ 2.693 milhões, tendo como principais processos:

Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase pericial e ainda sem sentença proferida.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

11. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requer a aprovação dos acionistas.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 26 de abril de 2024, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo da reserva de lucros estatutária.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	30/06/2024			Em Milhares de Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	140.631	166.204	306.835	124.804	150.621	275.425
De Domiciliados no Exterior	3.678.064	3.513.632	7.191.696	3.693.891	3.529.215	7.223.106
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(19.270)	(19.270)	(38.540)	(27.193)	(27.193)	(54.386)
Total em Circulação	3.799.425	3.660.566	7.459.991	3.791.502	3.652.643	7.444.145

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A seguir, apresentamos a distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio efetuadas em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

	Em milhares de Reais	30/06/2024					
		Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(3)	1.500.000	191,84	211,02	402,86	163,06	179,37	342,43
Juros sobre o Capital Próprio (2)(3)	1.500.000	191,62	210,78	402,40	162,88	179,16	342,04
Total	3.000.000	-	-	-	-	-	-

- (1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 11 de janeiro de 2024, pagos no dia 08 de fevereiro de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2024, pagos no dia 15 de maio de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (3) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2024.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(5)	1.700.000	217,92	239,71	457,63	185,23	203,75	388,98
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	1.500.000	192,03	211,23	403,26	163,22	179,55	342,77
Juros sobre o Capital Próprio (3)(5)	1.500.000	192,07	211,28	403,35	163,26	179,58	342,84
Juros sobre o Capital Próprio (4)(5)	1.120.000	143,42	157,76	301,18	121,91	134,10	256,00
Dividendos (4)(5)	380.000	48,66	53,53	102,19	48,66	53,53	102,19
Total	6.200.000						

- (1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 19 de janeiro de 2023, pagos no dia 06 de março de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 13 de abril de 2023, pagos no dia 15 de maio de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 13 de julho de 2023, pagos no dia 16 de agosto de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de outubro de 2023, pagos no dia 10 de novembro de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2023

c) Reservas de Lucro

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 24 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou na mesma data, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.205.005 Units, representativas de 36.205.005 ações ordinárias e 36.205.005 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2023, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 30 de junho de 2024, o Banco Santander possuía 355.494.003 ações ordinárias e 383.298.414 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 06 de fevereiro de 2024, encerrando-se em 06 de agosto de 2025.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Banco/Consolidado		
Em Milhares de Ações		
	30/06/2024	31/12/2023
	Quantidade	Quantidade
	Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do Período	27.192	31.161
Aquisições de Ações	2.331	1.272
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(10.253)	(5.241)
Ações em Tesouraria no Final do Período	19.270	27.192
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 878.411	1.105.012
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 1.771	1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 880.182	1.106.783
Custo/Cotação da Ação	Units	Units
Custo Mínimo (*)	R\$ 7,55	7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R\$ 27,47	27,62
Custo Máximo (*)	R\$ 49,55	49,55
Cotação da Ação	R\$ 28,52	31,00

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

12. Impostos sobre a renda

O total dos impostos sobre a renda do período de seis meses é conciliado com o lucro contábil como segue:

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Resultado Operacional antes da tributação	9.688.391	5.804.664
Alíquota (25% de Imposto de Renda e 20% de Contribuição Social)	(4.359.776)	(2.612.099)
PIS e COFINS (líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social) (1)	(1.719.612)	(1.103.036)
Não tributável / não dedutível:		
Equivalência patrimonial	57.395	47.652
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (2)	539.107	591.927
Ajustes:		-
Constituição de IR/CS sobre diferenças temporárias	(70.791)	(49.883)
Juros sobre o capital próprio	1.424.139	1.295.670
Efeito de diferencial de Alíquota de CSLL (3)	417.601	380.569
Outros ajustes	717.902	296.900
Impostos sobre a renda	(2.994.035)	(1.152.300)
Sendo:		-
Impostos correntes	(4.567.645)	(4.021.072)
Impostos diferidos	1.573.610	2.868.772

- (1) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.
- (2) Inclui, principalmente, o efeito fiscal sobre receitas com atualizações de depósitos judiciais e outras receitas e despesas que não se enquadram como diferenças temporárias.
- (3) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras e financeiras, as quais as alíquotas de contribuição social são de 9% e 15%.

13. Detalhamento de contas de resultado

a) Despesas com Pessoal

	01/04 a 30/06/2024	01/04 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Remuneração direta	1.800.057	1.533.788	3.590.343	3.153.823
Encargos	428.980	399.001	859.549	784.431
Benefícios	443.297	415.045	862.802	806.882
Planos de pensão de benefício definido	1.401	333	2.968	1.786
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	36.767	41.727	133.177	116.072
Remuneração baseada em ações	11.439	60.926	72.519	70.588
Treinamento	12.519	10.654	31.020	31.068
Outras despesas de pessoal	126.356	182.376	235.253	345.234
Total	2.860.816	2.643.850	5.787.631	5.309.884

b) Outras Despesas Administrativas

	01/04 a 30/06/2024	01/04 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Imóveis, instalações e materiais	220.262	227.335	444.049	438.325
Tecnologia e sistemas	647.088	482.254	1.220.755	1.058.523
Publicidade	121.208	148.196	242.047	311.454
Comunicações	92.821	81.669	183.388	153.945
Ajudas de custo e despesas de viagem	50.841	40.692	95.290	75.526
Tributos exceto imposto sobre a renda	39.864	40.157	65.659	71.226
Serviços de vigilância e transporte de valores	119.882	137.516	244.187	275.937
Prêmios de seguros	5.878	6.486	11.806	16.726
Serviços técnicos especializados	532.156	669.580	1.037.187	1.219.535
Outras despesas administrativas	327.015	281.750	667.970	595.530
Total	2.157.015	2.115.635	4.212.338	4.216.727

Notas Explicativas

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

14. Plano de Benefícios a Funcionários

a) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha leva em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/ Liquidação		01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Locais	Ações do Santander (Brasil)	01/2020 a 12/2022	2023	R\$	- (1)	R\$ 1.668.000 (1)
		01/2021 a 10/2024	2024	R\$	17.070.000 (2)	R\$ 18.270.000 (2)
		01/2021 a 12/2023	2023	R\$	(3)	R\$ 700.000 (3)
		01/2023 a 01/2027	2025 e 2026	R\$	750.000 (1)	R\$ 1.125.000 (1)
		01/2024 a 12/2027	2025 a 2028	R\$	500.000 (4)	R\$ -
		01/2020 a 09/2023	2023		- SANB11	154.720 SANB11 (5)
		01/2021 a 12/2023	2024		- SANB11	316.978 SANB11 (6)
		01/2021 a 12/2024	2024		217.291 SANB11 (7)	217.291 SANB11 (7)
		01/2022 a 12/2025	2025		100.359 SANB11	66.323 SANB11
		01/2023 a 12/2026	2026		50.087 SANB11	50.087 SANB11
		2023		EUR 3,67	- Ações Globais (8)	159.253 Ações Globais (8)
		2023, com limite para exercício das opções até 2030			420.394 Opções ações Globais (8)	832.569 Opções sobre ações Globais (8)
		02/2024		EUR 2,685	117.601 Ações Globais (9)	124.184 Ações Globais (9)
		02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029			350.839 Opções ações Globais (9)	370.477 Opções sobre ações Globais (9)
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Globais	2025		EUR 3,104	95.786 Ações Globais (9)	150.703 Ações Globais (9)
		2025, com limite para exercício das opções até 2030			367.827 Opções ações Globais (9)	578.713 Opções sobre ações Globais (9)
		2026		EUR 3,088	199.680 Ações Globais (9)	199.680 Ações Globais (9)
		2026, com limite para exercício das opções até 2033			537.637 Opções ações Globais (9)	537.637 Opções sobre ações Globais (9)
		2027		EUR 63,95	8.528 Ações Globais (9)	9.095.000 Ações e opções sobre ações PagoNxt (8)
		2027, com limite para exercício das opções até 2032			80.476 Opções sobre ações Globais (9)	
		12/2023			-	106.147 Ações SAM (9)
		2028		EUR 71,42	2.411 Ações Globais (9)	-
		2028, com limite para exercício das opções até 2033			9.888 Opções sobre ações Globais (9)	-
		12/2024, com pagamento em 2025			50.419 SANB11	-
		12/2025, com pagamento em 2026			70.346 SANB11	-

	R\$	18.320.000 (1)		R\$	20.095.000 (1) (2) (3) (4)
		-			9.095.000 (9)
Saldo dos Planos em 30 de junho de 2024		488.502 SANB11			805.398 SANB11
		424.006			633.820 Ações Globais (8) (9)
		1.767.061			2.319.396 Opções sobre ações Globais (8) (9)
					106.147 SAM (9)

(1) Plano de Incentivo de Longo Prazo finalizado, com a entrega de 57.696 ações brutas em Mar/2023, calculadas conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

(2) Target do plano em Reais, a ser convertido em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao mês de pagamento.

(3) Plano de Incentivo de Longo Prazo finalizado, com a entrega de 22.875 ações brutas em Jul/2023, conforme critérios firmados no contrato do plano.

(4) Entrega de 24.895 ações brutas em Fev/2024, conforme critérios firmados no contrato do plano.

(5) Plano de Incentivo de Longo Prazo finalizado, com a entrega de 144.169 e cancelamento de 10.551 ações brutas em Ago/2023, conforme critérios firmados no contrato do plano.

(6) Plano de Incentivo de Longo Prazo finalizado, com a entrega de 316.978 ações brutas entre Jan e Fev/2024, conforme critérios firmados no contrato do plano.

(7) Entrega de 84.651 ações brutas entre Fev e Abr/2024, conforme critérios firmados no contrato do plano.

(8) Plano finalizado com atingimento 100%. A parte equivalente à 80.412 ações foi paga em espécie em Mar/2024 (após o lockup) e 78.841 ações foram canceladas. As opções poderão ser exercidas até o final do período para exercício em 2030, sendo que no período tivemos o cancelamento de 412.175 opções.

(9) Target do plano em ações e opções sobre ações Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

Nossos programas de longo prazo estão divididos em planos Locais e Globais, com indicadores de performance específicos e regras em hipótese de desligamento para ter direito ao recebimento.

Planos Globais de ILP (Incentivo a Longo Prazo)

Atualmente, temos 4 planos globais lançados em 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. Os executivos elegíveis possuem incentivo com target em ações e opções do globais, com pagamento após um período de diferimento mínimo de três anos e liquidação do valor da venda dos ativos em reais.

Modelo de Precificação

O modelo de precificação é baseado no modelo de Volatilidade Local ou modelo de Dupire, que permite a calibração simultânea de todas as opções europeias cotadas. Além deste modelo existe uma extensão para lidar com a incerteza nos dividendos, onde parte do valor do dividendo é considerado confirmado, e o restante está ligado ao desempenho do subjacente. Este modelo estendido está integrado em um motor PDE, que resolve numericamente a equação diferencial estocástica correspondente para calcular o valor esperado do produto.

Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:

- O preço médio ponderado das ações (e preço de exercício) é de €3,104 com base na média ponderada de 15 dias entre 07/01/2022 e 27/01/2022
- A volatilidade esperada utilizada foi de 33,80
- As opções expiram em 01/02/2030
- Os dividendos esperados variam de aproximadamente 6,6 centavos no curto prazo (2022) a aproximadamente 5,75 centavos por ação por ano no longo prazo (2030)

- A curva de desconto utilizada dá um desconto de 0,96 para 2030
- O preço de exercício, em todos os ciclos e caso atingidos os objetivos estabelecidos nos regulamentos, será o preço de mercado na data do exercício.

Planos Locais de ILP (Incentivo de Longo Prazo)

Os planos de incentivo de longo prazo poderão ser outorgados de acordo com a estratégia de novas empresas no grupo ou negócios específicos.

Cada plano terá um contrato específico e sua apuração e pagamento deverão ser aprovados pela governança estabelecida, observando resoluções normativas locais e globais.

O valor de referência de cada participante será convertido em ações SANB11, normalmente pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anteriores ao do pagamento do plano.

Ao final do período de *vesting* o pagamento seja das ações resultantes no caso dos planos locais, seja do valor equivalente às ações/opções dos planos globais são realizados com restrição de 1 ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de *Malus/Clawback*, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos ou em casos de falha relevante no cumprimento dos requisitos para relatórios financeiros, em conformidade com a Seção 10D, da Exchange Act (SEC), aplicável a empresas com ações listadas na NYSE.

Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

		01/01 a 30/06/2024	Consolidado 01/01 a 30/06/2023
Programa	Tipo de Liquidação		
Local	Ações do Santander (Brasil)	4.361	9.040
Global	Ações e Opções sobre Ações Globais	3.076	2.863

b) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	87.418	58.511
Demais Funcionários	Demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% instrumentos	110.091	103.529

15. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho; e
- (c) Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis;

Um segmento operacional pode se envolver em atividades de negócios das quais ainda deve obter receitas, por exemplo, operações iniciais podem ser segmentos operacionais antes de obter receitas.

Com base nessas diretrizes, o Banco identificou os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Banco Comercial
- Banco de Atacado Global

O Banco possui dois segmentos, o comercial que incluem pessoas físicas e jurídicas (exceto para clientes corporativos globais, que são tratados no segmento de Banco de Atacado Global) e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e de Luxemburgo, com clientes brasileiros e, portanto, não apresenta segmentação geográfica.

As Demonstrações do Resultado e outros dados significativos são os seguintes:

	01/01 a 30/06/2024			01/01 a 30/06/2023		
Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	24.668.539	2.586.081	27.254.620	22.002.931	393.277	22.396.208
Receitas de instrumentos de patrimônio	10.968	27.246	38.214	9.336	19.217	28.553
Resultado de equivalência patrimonial	106.717	20.827	127.544	83.636	22.257	105.893
Receitas líquidas de tarifas e comissões	7.165.643	1.083.389	8.249.032	6.589.504	1.193.899	7.783.403
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (2)	9.621	637.102	646.723	(1.294.144)	3.438.895	2.144.751
Outras receitas (despesas) operacionais	(225.432)	(67.885)	(293.317)	(315.948)	(69.205)	(385.153)
TOTAL DE RECEITAS	31.736.056	4.286.760	36.022.816	27.075.315	4.998.340	32.073.655
Despesas com pessoal	(5.284.269)	(503.362)	(5.787.631)	(4.818.398)	(491.486)	(5.309.884)
Outras despesas administrativas	(3.755.166)	(457.172)	(4.212.338)	(3.788.952)	(427.775)	(4.216.727)
Depreciação e amortização	(1.286.496)	(64.008)	(1.350.504)	(1.316.373)	(58.063)	(1.374.436)
Provisões (líquidas)	(2.416.695)	(7.326)	(2.424.021)	(2.144.525)	(16.274)	(2.160.799)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(14.303.223)	(7.772)	(14.310.995)	(13.384.763)	(723.715)	(14.108.478)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(74.480)	-	(74.480)	(67.267)	(89)	(67.356)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros (1)	1.825.544	-	1.825.544	968.689	-	968.689
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (2)	6.441.271	3.247.120	9.688.391	2.523.726	3.280.938	5.804.664
Hedge Cambial (2)	353	-	353	(154)	-	(154)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (2)	6.441.624	3.247.120	9.688.744	2.523.572	3.280.938	5.804.510

- (1) O montante contém os efeitos da operação de aquisição da Pluxee, conforme descrito na nota 2, item c.
- (2) Inclui, no Banco Comercial, o hedge cambial do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em “Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros” integralmente compensado na linha de Impostos.

	30/06/2024			31/12/2023		
Outros:	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total do ativo	1.089.225.170	100.770.460	1.189.995.630	1.010.503.261	105.149.515	1.115.652.776
Empréstimos e adiantamentos a clientes	468.547.540	78.394.627	546.942.167	445.085.759	72.891.376	517.977.135
Depósitos de clientes	430.458.926	164.568.140	595.027.066	425.724.599	157.495.977	583.220.576

16. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Para o período de janeiro a dezembro de 2024, o montante proposto pela administração como remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é de até R\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 26 de abril de 2024.

i) Benefícios de longo prazo

O Banco, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

ii) Benefícios de curto prazo

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Remuneração Fixa	67.706	75.444
Remuneração variável - Em espécie	56.230	56.678
Remuneração variável - Em ações	44.560	50.477
Outras	52.190	28.636
Total Benefícios de Curto Prazo	220.686	211.235
Remuneração variável - Em espécie	65.733	68.908
Remuneração variável - Em ações	65.600	68.507
Total Benefícios de Longo Prazo	131.333	137.415
Total	352.019	348.650

Adicionalmente, no período findo em 30 de junho de 2024, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$ 24.033 (30/06/2023 - R\$ 23.645).

d) Transações com partes relacionadas

A tabela a seguir apresenta as transações ocorridas entre as empresas do grupo:

	Controladores (1)		Coligadas e de Controle Compartilhado (2)		Pessoal Chave da Administração (3)		Total	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Ativo	7.547.750	18.027.308	22.568.036	24.045.989	25.101	36.813	30.140.887	42.110.110
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado- Derivativos, posição líquida	2.061.240	4.590.150	118.538	273.338	-	-	2.179.778	4.863.488
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	5.485.013	13.252.195	21.071.339	22.583.295	-	-	26.556.352	35.835.490
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	184.963	1.200.465	1.037.303	9.984	23.463	1.210.449	1.245.729
Outros ativos	1.497	-	177.694	152.053	-	-	179.191	152.053
Garantias e Limites	-	-	-	-	15.117	13.350	15.117	13.350
Passivo	(9.576.600)	(10.812.203)	(8.011.310)	(8.613.955)	(62.709)	(133.388)	(17.650.619)	(19.559.546)
Depósitos de instituições de crédito	(2.399.277)	(4.484.720)	(6.692.435)	(7.313.483)	-	-	(9.091.712)	(11.798.203)
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	(150.000)	(150.237)	(35.528)	(76.365)	(185.528)	(226.602)
Depósitos de clientes	-	-	(840.919)	(950.282)	-	(26.553)	(840.919)	(976.835)
Outros passivos financeiros - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras obrigações	(139.239)	(211.265)	(327.956)	(199.953)	(27.181)	(30.470)	(494.376)	(715.921)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(7.038.084)	(6.116.218)	-	-	-	-	(7.038.084)	(6.116.218)
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Resultado	(349.773)	2.757.794	1.216.183	376.046	8.216	(24.598)	874.626	3.109.242
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	164.572	153.823	31.001	-	2.049	1.336	197.622	155.159
Garantias e Limites	-	-	-	-	11.602	9.171	11.602	9.171
Despesas com juros e similares	-	(6.949)	(51.163)	(138.548)	(3.201)	(35.516)	(54.364)	(181.013)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	-	(79.225)	2.368.591	1.535.045	(2.279)	253	2.366.312	1.456.073
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	(78.457)	3.225.124	(831.869)	(755.816)	45	158	(910.281)	2.469.466
Despesas administrativas e amortização	(139.239)	(113.123)	(295.027)	(257.320)	-	-	(434.266)	(370.443)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(296.649)	(421.856)	-	-	-	(296.649)	(421.856)
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	(5.350)	(7.315)	-	(5.350)	(7.315)

- (1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.
- (2) Empresas relacionadas na nota 5.
- (3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de operações de crédito com Pessoal Chave da Administração.
- (4) Adicionalmente ao saldo de operações de crédito demonstrados, o grupo possui R\$ 4.875 de limites concedidos às suas coligadas (R\$ 6.058 em 31/12/2023)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

17. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivativos de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos e Passivos Financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio de Outros Resultados Abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apreamento dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros no período findo em 30 de junho de 2024 e de 31 de dezembro de 2023, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	30/06/2024 Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	96.183.052	145.297.463	5.392.369	246.872.884
Instrumentos de dívida	92.966.585	11.863.303	3.873.503	108.703.391
Instrumentos de patrimônio	3.216.467	903.739	33.068	4.153.274
Derivativos	-	32.212.848	1.280.082	33.492.930
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	4.043.512	205.716	4.249.228
Reservas no Banco Central do Brasil	-	96.274.061	-	96.274.061
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	62.282.843	5	2.740.727	65.023.575
Instrumentos de dívida	62.276.616	5	2.729.317	65.005.938
Instrumentos de patrimônio	6.227	-	11.410	17.637
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	29.177	-	29.177
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	68.289.007	668.797	68.957.804
Derivativos	-	28.033.252	668.797	28.702.049
Posições vendidas	-	35.594.396	-	35.594.396
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	-	4.564.000	-	4.564.000
Outros Passivos Financeiros	-	97.359	-	97.359
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	63.411	-	63.411

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	31/12/2023 Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	76.857.391	125.495.820	6.568.685	208.921.896
Instrumentos de dívida	74.213.933	6.115.373	3.961.886	84.291.192
Instrumentos de patrimônio	2.643.458	743.991	34.705	3.422.154
Derivativos	-	27.450.135	1.819.517	29.269.652
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	2.288.135	752.577	3.040.712
Reservas no Banco Central do Brasil	-	88.898.186	-	88.898.186
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	54.822.917	1.618.535	2.610.638	59.052.090
Instrumentos de dívida	54.818.332	1.618.535	2.599.270	59.036.137
Instrumentos de patrimônio	4.585	-	11.368	15.953
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	25.069	-	25.069
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	48.667.180	914.261	49.581.441
Derivativos	-	22.849.596	914.261	23.763.857
Posições vendidas	-	19.831.991	-	19.831.991
Outros Passivos Financeiros	-	5.985.593	-	5.985.593
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	1.176.571	-	1.176.571

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

As tabelas a seguir demonstram as movimentações ocorridas durante os períodos de 30 junho de 2024 de 2023 para os ativos e passivos financeiros classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo:

	Valor Justo 31/12/2023	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ (Baixas)	Valor Justo 30/06/2024
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	6.568.685	219.419	(3.183.716)	1.787.981	5.392.369
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	2.610.638	(66.515)	196.604	-	2.740.727
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	914.261	(187.094)	(14.293)	(44.077)	668.797

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	Total de Ganhos ou Perdas			Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ (Baixas)	Valor Justo 30/06/2023
	Valor Justo 31/12/2022	(Realizado/não Realizado)				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	3.652.114	(306.139)		(104.769)	809.740	4.050.946
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	1.503.441	(21.433)		(637.021)	(9.951)	835.036
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	233.762	(557)		(110.163)	175.658	298.700

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de credit default swaps comparados com obrigações semelhantes do mesmo devedor quando tais preços são observáveis, visto que esses credit default swaps refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico. Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	30/06/2024
					Nível 3
Aplicações no mercado aberto	20.524.918	20.524.918	20.524.918	-	-
Ativos financeiros ao custo amortizado:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	30.055.165	30.055.165	-	6.946.894	23.108.271
Empréstimos e adiantamentos a clientes	542.692.939	541.622.028	-	-	541.622.028
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado -					
Instrumentos de dívida	92.563.830	92.622.403	39.715.830	192.088	52.714.485
Reservas no Banco Central do Brasil	86.556.608	86.556.608	-	86.556.608	-
Total	772.393.460	771.381.122	60.240.748	93.695.590	617.444.784

Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	31/12/2023
					Nível 3
Aplicações no mercado aberto	23.122.550	23.122.550	23.122.550	-	-
Ativos financeiros ao custo amortizado:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	25.716.845	25.716.845	-	2.980.557	22.736.288
Empréstimos e adiantamentos a clientes	514.936.423	514.905.503	-	-	514.905.503
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado -					
Instrumentos de dívida	101.087.321	102.199.262	35.646.863	4.033.706	62.518.693
Reservas no Banco Central do Brasil	81.969.532	81.969.532	-	81.969.532	-
Total	746.832.671	747.913.692	58.769.413	88.983.795	600.160.484

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

					30/06/2024
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	143.742.002	143.742.002	-	29.545.179	114.196.823
Depósitos de clientes	595.027.066	594.866.221	-	83.202.558	511.663.663
Obrigações por títulos e valores mobiliários	124.845.138	126.526.997	-	-	126.526.997
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	21.381.908	21.381.908	-	-	21.381.908
Outros passivos financeiros	71.998.819	71.998.819	-	-	71.998.819
Total	956.994.933	958.515.947	-	112.747.737	845.768.210

					31/12/2023
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	118.511.957	118.511.957	-	21.632.841	96.879.116
Depósitos de clientes	583.220.576	582.530.160	-	97.165.180	485.364.980
Obrigações por títulos e valores mobiliários	124.397.422	124.265.003	-	-	124.265.003
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.626.967	19.626.967	-	-	19.626.967
Outros passivos financeiros	64.793.584	64.793.584	-	-	64.793.584
Total	910.550.506	909.727.671	-	118.798.021	790.929.650

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Empréstimos e outros valores com instituições de crédito e com clientes – O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, os spreads com base nos novos empréstimos são incorporados para a curva de juros livre de risco, a fim de calcular o valor justo da carteira de crédito. Em termos de hipóteses de comportamento, é importante sublinhar que a taxa de pré-pagamento é aplicada à carteira de crédito.

Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito e de clientes – O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

Obrigações por títulos e valores mobiliários – Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital – referem-se à transação integralmente pactuada com parte relacionada, no contexto do Plano de Otimização do Capital, cujo valor contábil é similar ao valor justo.

Outros passivos financeiros – conforme nota explicativa, incluem substancialmente valores a repassar decorrentes das operações de cartões de crédito, transações pendentes de liquidação e dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, cujo valor contábil é similar ao seu valor justo.

As técnicas de avaliação utilizadas para a estimativa de cada nível estão definidas na nota 1.c.2.1.i.

A Administração revisitou os critérios atribuídos para classificação do nível do valor justo de ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, apresentados exclusivamente para fins de divulgação e concluiu que melhor se enquadram como nível 3 face aos dados observáveis de mercado.

18. Outras Divulgações

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	30/06/2024		31/12/2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap - Diferencial a Receber	13.426.175	12.122.448	12.360.719	13.226.716
Prêmios de Opções a Exercer	3.568.924	2.677.287	2.635.506	2.685.361
Contratos a Termo e Outros	16.527.008	13.965.725	14.298.496	9.028.351
Total	33.522.107	28.765.460	29.294.721	24.940.428

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	30/06/2024			31/12/2023		
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Negociação						
Swap	883.901.175	(1.106.905)	1.303.727	811.921.799	(1.927.123)	(865.997)
Ativo	440.692.007	11.050.929	13.426.175	402.812.781	9.193.215	12.360.719
Juros	216.498.624	8.294.804	7.337.203	188.604.258	5.054.833	6.383.261
Moeda Estrangeira	223.049.297	2.756.105	6.088.972	212.970.458	4.136.463	5.977.193
Outros	1.144.086	20	-	1.238.065	1.919	265
Passivo	443.209.168	(12.157.834)	(12.122.448)	409.109.018	(11.120.338)	(13.226.716)
Juros	302.343.642	(10.281.385)	(8.922.401)	262.437.458	(9.117.639)	(9.680.343)



Moeda Estrangeira	137.599.168	(1.830.734)	(2.876.929)	143.788.702	(1.907.489)	(3.332.851)
Outros	3.266.358	(45.715)	(323.118)	2.882.857	(95.211)	(213.522)
Opções	498.060.387	(794.214)	891.636	857.662.210	(1.112.873)	(49.854)
Compromissos de Compra	233.524.200	2.828.746	3.568.924	419.095.675	2.252.815	2.635.506
Opções de Compra Moeda Estrangeira	13.942.895	1.134.021	1.330.037	7.711.827	497.534	426.074
Opções de Venda Moeda Estrangeira	10.220.933	539.000	317.488	5.326.447	408.144	489.785
Opções de Compra Outras	22.615.439	682.621	1.698.636	89.142.771	661.536	1.183.084
Mercado Interfinanceiro	4.120.386	335.583	1.068.509	3.729.452	217.219	265.824
Outras (2)	18.495.053	347.038	630.127	85.413.319	444.318	917.261
Opções de Venda Outras	186.744.933	473.104	222.763	316.914.629	685.600	536.563
Mercado Interfinanceiro	203.439	61.517	57.444	543.157	46.852	30.439
Outras (2)	186.541.494	411.587	165.319	316.371.471	638.748	506.124
Compromissos de Venda	264.536.187	(3.622.959)	(2.677.287)	438.566.535	(3.365.688)	(2.685.361)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	5.294.089	(352.052)	(294.372)	3.453.152	(288.349)	(466.324)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	8.612.138	(392.364)	(224.046)	4.642.411	(288.799)	(431.952)
Opções de Compra Outras	41.932.630	(2.337.025)	(1.835.168)	113.106.162	(2.029.924)	(999.258)
Mercado Interfinanceiro	18.254.571	(1.736.809)	(1.173.717)	17.295.280	(1.479.724)	(710.121)
Outras (2)	23.678.059	(600.216)	(661.451)	95.810.882	(550.201)	(289.137)
Opções de Venda Outras	208.697.330	(541.518)	(323.701)	317.364.811	(758.616)	(787.826)
Mercado Interfinanceiro	772.546	(103.021)	(98.560)	370.221	(24.912)	(23.004)
Outras (2)	207.924.784	(438.497)	(225.141)	316.994.590	(733.703)	(764.822)
Contratos de Futuros	371.708.744	-	-	325.170.914	-	-
Posição Comprada	186.197.711	-	-	164.682.752	-	-
Cupom Cambial (DDI)	70.592.100	-	-	41.331.942	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	76.255.442	-	-	48.254.715	-	-
Moeda Estrangeira	39.088.272	-	-	68.838.058	-	-
Índice (3)	261.897	-	-	5.269.712	-	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	988.325	-	-
Posição Vendida	185.511.033	-	-	160.488.162	-	-
Cupom Cambial (DDI)	70.592.100	-	-	41.331.942	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	76.885.245	-	-	48.339.061	-	-
Moeda Estrangeira	37.771.790	-	-	64.559.123	-	-
Índice (3)	261.897	-	-	5.269.712	-	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	988.325	-	-
Contratos a Termo e Outros	361.728.681	175.554	2.561.283	331.009.278	3.288.881	5.270.142
Compromissos de Compra	181.267.019	4.788.408	16.527.008	167.191.252	17.249.113	14.298.496
Moedas	147.044.013	3.974.445	4.236.816	134.610.617	17.042.331	4.932.719
Outros	34.223.006	813.963	12.290.192	32.580.636	206.782	9.365.777
Compromissos de Venda	180.461.662	(4.612.854)	(13.965.725)	163.818.026	(13.960.232)	(9.028.351)
Moedas	147.659.131	(4.589.562)	(3.988.312)	130.779.288	(13.211.003)	(1.766.190)
Outros	32.802.531	(23.292)	(9.977.413)	33.038.737	(749.229)	(7.262.161)

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.
(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.
(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

									Valor Referencial	
						Abertura por Vencimento			Mercado de Negociação	
						30/06/2024			30/06/2024	
						Até 3 Meses			Bolsas (2)	
						De 3 a 12 Meses			Balcão (3)	
						Acima de 12 Meses				

31/12/2023						
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo	
Hedge de Valor Justo	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Contratos de Swap	304.799	288.423	272.805	290.091	31.994	(1.668)
Hedge de Operações de Crédito	304.799	288.423	272.805	290.091	31.994	(1.668)
Contratos de Futuros	13.949.299	14.792.029	16.146.634	15.574.796	(2.197.335)	(782.767)
Hedge de Operações de Crédito	7.098.063	7.322.033	8.339.747	8.103.679	(1.241.684)	(781.646)
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	1.712.916	2.496.306	1.775.818	2.496.723	(62.902)	(417)
Hedge de Captações	5.138.320	4.973.690	6.031.069	4.974.394	(892.749)	(704)

(1) Valores credores se referem à operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

30/06/2024					
31/12/2023					
Estratégias	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Hedge de Valor Justo					
Contratos de Swap	-	-	266.471	266.471	290.091
Hedge de Operações de Crédito	-	-	266.471	266.471	290.091
Contratos de Futuros	1.874.054	4.793.311	11.204.287	17.871.652	15.574.796
Hedge de Operações de Crédito	1.377.239	2.960.357	4.202.077	8.539.673	8.103.679
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	191.241	322.054	3.774.017	4.287.312	2.496.723
Hedge de Captações	305.574	1.510.900	3.228.193	5.044.667	4.974.394

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

Em hedges de fluxo de caixa a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes – hedges de fluxo de caixa” até que as transações previstas ocorram , quando então essa parcela é reconhecida nas demonstrações consolidadas do resultado, exceto, se as transações previstas resultem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo financeiro.

	30/06/2024	31/12/2023
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Efetiva Acumulada
Estrutura de Hedge		
Cash Flow Hedge		
CDB	(446)	(69.919)
Total	(446)	(69.919)

	30/06/2024					
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo	
Hedge de Fluxo de Caixa	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Contratos de Futuros	20.203.120	18.265.077	17.559.375	18.104.075	2.643.745	161.002
Hedge de Operações de Crédito	795.007	1.587.364	667.021	1.430.972	127.986	156.392
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	10.627.124	8.309.583	9.986.280	8.342.640	640.844	(33.057)
Hedge de Captações	8.780.989	8.368.130	6.906.074	8.330.463	1.874.915	37.667

	31/12/2023					
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo	
Hedge de Fluxo de Caixa	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Contratos de Swap	12.712.510	10.260.273	13.176.910	10.807.983	(464.400)	(547.710)
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	12.712.510	10.260.273	13.176.910	10.807.983	(464.400)	(547.710)
Contratos de Futuros	23.474.440	18.881.495	21.507.468	17.409.795	1.966.972	1.471.700
Hedge de Operações de Crédito	4.775.959	2.377.994	4.514.260	1.210.499	261.699	1.167.495
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	9.820.833	8.593.414	9.525.807	8.228.328	295.026	365.086
Hedge de Captações	8.877.648	7.910.087	7.467.401	7.970.968	1.410.247	(60.881)

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

(1) Valores credores se referem a operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

				30/06/2024	31/12/2023
Estratégias	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Hedge de Fluxo de Caixa					
Contratos de Swap	-	-	-	-	10.807.983
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	10.807.983
Contratos de Futuros	-	12.933.201	5.170.874	18.104.075	17.409.795
Hedge de Operações de Crédito	-	1.430.972	-	1.430.972	1.210.499
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	3.171.766	5.170.874	8.342.640	8.228.328
Hedge de Captações	-	8.330.463	-	8.330.463	7.970.968

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de swap e futuros ativos foi liquidado em 31/12/2023 (o valor em 31/12/2023 - R\$ 337).

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

	30/06/2024		Valor Nominal 31/12/2023	
	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito
Swap de Créditos	3.968.970	12.937.989	3.456.614	10.293.916
Total	3.968.970	12.937.989	3.456.614	10.293.916

Durante o semestre não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

	30/06/2024		31/12/2023	
Futuros - Brutos	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses	Total
Por Instrumento: CDS	16.906.959	16.906.959	13.750.530	13.750.530
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	16.906.959	16.906.959	13.750.530	13.750.530
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	16.906.959	16.906.959	13.750.530	13.750.530

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	30/06/2024	31/12/2023
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	23.088.835	20.960.140
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.680.866	2.122.045
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.316.998	4.988.403
Total	28.086.699	28.070.588

b) Limites Operacionais

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

	30/06/2024	31/12/2023
Patrimônio de Referência Nível I	84.218,8	81.259,1
Capital Principal	77.058,4	75.042,8
Capital Complementar (Nota 17.b)	7.160,4	6.216,3
Patrimônio de Referência Nível II (Nota 17.b)	14.506,9	13.644,2
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	98.725,7	94.903,3
Risco de Crédito (1)	593.481,2	560.780,9
Risco de Mercado (2)	35.494,2	33.002,7
Risco Operacional	57.479,3	60.491,1
Total de RWA (3)	686.454,7	654.274,7
Índice de Basileia Nível I	12,27	12,43
Índice de Basileia Capital Principal	11,23	11,48
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	14,38	14,51

- (1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Resolução BCB 229, de 12 de maio de 2022.
- (2) As exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada e abordagem por modelos internos. A abordagem padronizada inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas às variações de taxas de juros (RWAjur1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWAcom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs), parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWAcam), e ajuste para derivativos decorrentes de variação da qualidade creditícia da contraparte (RWAcva).
- (3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da Resolução CMN nº 4.957/2021. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

c) Instrumentos financeiros - Análise de sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (Trading Book) e carteira bancária (Banking Book), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CVM nº 2/20, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de junho de 2024.

Carteira Negociação		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(11.188)	(309.863)	(619.726)
Cupom de taxa de juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(80)	(1.428)	(2.856)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de cupons de índices de preços	(4.327)	(6.215)	(12.429)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de dólar	(2.254)	(20.369)	(40.739)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à variação das Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(329)	(7.160)	(14.320)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(2.404)	(60.100)	(120.201)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de juros de papéis negociando no mercado internacional	(1.865)	(14.155)	(28.310)
Ações e índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(2.763)	(69.078)	(138.155)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(30)	(745)	(1.490)
Total (1)		(25.240)	(489.113)	(978.226)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(83.645)	(2.680.173)	(5.775.160)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(31.072)	(1.059.135)	(2.226.565)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(39.440)	(587.347)	(1.084.742)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(5.087)	(149.428)	(274.046)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(1.297)	(18.984)	(37.959)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(37.246)	(657.464)	(1.377.160)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(1.374)	(34.347)	(68.693)
Total (1)		(199.161)	(5.186.878)	(10.844.325)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25%% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

ITR - Informações Trimestrais - 30/06/2024 - BCO SANTANDER (BRASIL), S.A.

Notas Explicativas

d) Fundos geridos e administrados não registrados no balanço

O Conglomerado Santander tem fundos sob gestão, em que não possui participação significativa, não atua como "principal" e não detém cotas desses Fundos. Baseado na relação contratual que rege a gestão de tais fundos, os terceiros que detêm a participação acionária são aqueles que estão expostos, ou tem direitos, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos mediante o poder decisório. Ademais, o Banco, como gestor dos fundos, atua na análise de regime de remuneração, que são proporcionais ao serviço prestado e, portanto, atua como "principal".

Os fundos administrados pelo Conglomerado Santander não registrados no balanço são os seguintes:

	30/06/2024	31/12/2023
Fundos sob gestão	2.483.129	11.871.919
Fundos administrados	317.612.627	291.736.828
Total	320.095.756	303.608.747

e) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Banco mantinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros que totalizavam R\$ 69.077.652 e R\$ 80.174.807 respectivamente.

19. Eventos Subsequentes

a) Aquisição de participação e Investimento na América Gestão Serviços em Energia S.A.

Em 4 de julho de 2024, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços ("Santander Corretora") concluiu, diante do cumprimento das condições precedentes aplicáveis, a operação para aquisição e investimento na América Gestão Serviços em Energia S.A. ("América Energia"), de forma que passou a deter 70% do capital social da Companhia.

b) Aquisição da parcela remanescente da Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.

Em 3 de julho de 2024, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré") – subsidiária integral do Banco Santander (Brasil) S.A. - celebrou, junto aos sócios minoritários da Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A. ("S4F"), determinado Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir 0,01641% do capital social da S4F detidos pelos minoritários ("Operação"). Como resultado da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. passou a deter, indiretamente, 100% do capital social da S4F.

c) Distribuição de Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração do Banco Santander, em reunião realizada em 10 de julho de 2024, apresentou a proposta da Diretoria Executiva da Companhia, ad referendum das Assembleias Gerais Ordinárias a serem realizadas até o dia 09 de agosto de 2024, respectivamente, para a declaração e o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, nos termos dos artigos 17, inciso XVIII e 37, § 2º do Estatuto Social da Companhia com base no resultado do semestre encerrado em 30 de junho de 2024, no montante bruto de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais). Os juros sobre Capital Próprio serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2024.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

1. Informações individuais (BRGAAP)

Banco Santander (Brasil) S.A.
Informações trimestrais (ITR) em
30 de junho de 2024
e relatório sobre a revisão de
informações trimestrais

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa Demonstração do Valor Adicionado não foi elaborada, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 24 de julho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

2. Informações Consolidadas(IFRS)

Banco Santander (Brasil) S.A.
e suas controladas
Informações Trimestrais (ITR) em
30 de junho de 2024
e relatório sobre a revisão de
informações trimestrais
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco") e suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os

aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Informações contábeis intermediárias individuais

A administração do Banco preparou um conjunto separado de informações contábeis intermediárias individuais para o semestre findo em 30 de junho de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que está apresentado como parte integrante das Informações Trimestrais, sobre as quais emitimos relatório de revisão, sem modificação, datado de 24 de julho de 2024.

São Paulo, 31 de julho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

1. Demonstrações Financeiras Individuais (BRGAAP)

Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep. Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário. O Comitê de Auditoria é atualmente composto por cinco membros independentes, eleitos conforme deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de maio de 2024. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, mediante reportes regulares do coordenador do Comitê nas reuniões do Conselho de Administração.

No tocante a suas atribuições, o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I - Demonstrações Financeiras

BrGaap - O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do resultado apurado no segundo semestre encerrado em 31 de dezembro de 2023 em padrão BRGAAP, além das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando das reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, com a Vice-Presidência Executiva de Tecnologia e Operações, com a Diretoria de Compliance e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de Conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com a regulação vigente.

III - Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o primeiro semestre de 2024, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque: (i) à recomendação ao Conselho de Administração da aprovação do Relatório da Auditoria Interna referente ao ano de 2023 e do Plano de Trabalho da Auditoria Interna para 2024; (ii) ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como "A melhorar"; (iii) aos resultados das melhorias aplicadas para o acompanhamento e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para contínuo avanço; e (iv) ao atendimento às demandas dos órgãos reguladores. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

IV - Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no primeiro semestre de 2024. Nessas reuniões tiveram destaque: discussão do plano de trabalho para 2024, as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2024, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (PAA's) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos e do relatório circunstanciado de revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. O Comitê também se reuniu com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), responsável pela auditoria do Banco RCI Brasil S.A., integrante do Conglomerado.

V - Ouvidoria

Em consonância com a regulação vigente, acompanhou os trabalhos executados, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria, que os discutiu e avaliou. Além do reporte dos trabalhos de 2024, o Comitê também tomou conhecimento do relatório semestral da Ouvidoria, tanto do Santander e coligadas, como das sociedades do Conglomerado que possuem Ouvidoria própria para o semestre findo em 31 de dezembro de 2023.

VI – Órgãos Reguladores

O Comitê de Auditoria acompanha e atua sobre os resultados das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos, monitora as

novas regulações e mantém reuniões com reguladores, sempre que solicitado. No caso do Banco Central do Brasil mantém reuniões regulares com os supervisores do Departamento de Supervisão Bancária - Desup e do Departamento de Supervisão de Conduta - Decon.

VII – Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) acompanhamento do capital regulatório; (ii) monitoramento dos Ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento às demandas; (iii) monitoramento do tema segurança cibernética; (iv) acompanhamento dos temas ESG; (v) acompanhamento de temas relacionados a conduta, PLD/CFT, KYC, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; (vi) acompanhamento das atividades da diretoria de relacionamento com clientes, seus planos de ação e seus resultados; (vii) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; (viii) revisão e aprovação do Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário; e (ix) acompanhamento das provisões e dos temas relacionados à PCLD. No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

VIII – Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são apropriados e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A., para o semestre encerrado em 30 de junho de 2024, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 23 de julho de 2024.

Comitê de Auditoria

Pedro Augusto de Melo – Coordenador

Maria Elena Cardoso Figueira – Especialista Financeiro

René Luiz Grande

Andrea Maria Ramos Leonel

Luiz Carlos Nannini

2. Demonstrações Financeiras Consolidadas (IFRS)

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, incluindo as sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Em atendimento à U.S. Securities and Exchange Commission – SEC, o Comitê de Auditoria desempenha a função de Audit Committee do Santander, em conformidade com o disposto no Sarbanes-Oxley Act.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por cinco membros independentes, eleitos conforme deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração realizadas em 02 de maio 2024. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, mediante reportes regulares do coordenador do Comitê nas reuniões do Conselho de Administração.

No tocante a suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I - Demonstrações Financeiras

IFRS - O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras do Santander, confirmando sua adequação, em observância à legislação societária, práticas contábeis, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e, por ser listada na NYSE, das normas emitidas pela SEC e Lei Sarbanes-Oxley. Nesse sentido, tomou conhecimento dos resultados contabilizados do primeiro semestre de 2024 do Santander, no padrão IFRS.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos, inclusive participando das reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, com a Vice-Presidência Executiva de Tecnologia e Operações, com a Diretoria de Compliance e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de Conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com a regulação vigente.

III - Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o primeiro semestre de 2024, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque (i) à recomendação ao Conselho de Administração da aprovação do Relatório da Auditoria Interna referente ao ano de 2023 e do Plano de Trabalho da Auditoria Interna

para 2024; (ii) ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como “A melhorar”; (iii) aos resultados das melhorias aplicadas para o acompanhamento e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para contínuo avanço; e (iv) ao atendimento às demandas dos órgãos reguladores. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

IV - Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes (“PwC”), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no primeiro semestre de 2024. Nessas reuniões tiveram destaque: discussão do plano de trabalho para 2024, as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2024, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (“PAAs”) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos e do relatório circunstanciado de revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. O Comitê também se reuniu com a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), responsável pela auditoria do Banco RCI Brasil S.A., integrante do Conglomerado.

V - Ouvidoria

Em consonância com a regulação vigente, acompanhou os trabalhos executados, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria, que os discutiu e avaliou. Além do reporte dos trabalhos de 2024, o Comitê também tomou conhecimento do relatório semestral da Ouvidoria, tanto do Santander e coligadas, como das sociedades do Conglomerado que possuem Ouvidoria própria para o semestre findo em 31 de dezembro de 2023.

VI – Órgãos Reguladores

O Comitê de Auditoria acompanha e atua sobre os resultados das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos, monitora as novas regulações e mantém reuniões com reguladores, sempre que solicitado. No caso do Banco Central do Brasil mantém reuniões regulares com os supervisores do Departamento de Supervisão Bancária - Desup e do Departamento de Supervisão de Conduta - Decon.

VII – Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) acompanhamento do capital regulatório; (ii) monitoramento dos Ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento às demandas; (iii) monitoramento do tema segurança cibernética; (iv) acompanhamento dos temas ESG; (v) acompanhamento de temas relacionados a conduta, PLD/CFT, KYC, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; (vi) acompanhamento das atividades da diretoria de relacionamento com clientes, seus planos de ação e seus resultados; (vii) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; (viii) revisão e aprovação do Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário; e (ix) acompanhamento das provisões e dos temas relacionados à PCLD.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

VIII – Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são apropriados e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A., para o semestre encerrado em 30 de junho de 2024, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 23 de julho de 2024.

Comitê de Auditoria

Pedro Augusto de Melo – Coordenador

Maria Elena Cardoso Figueira – Especialista Financeiro

René Luiz Grande

Andrea Maria Ramos Leonel

Luiz Carlos Nannini

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

1. Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras (Demonstrações Financeiras BRGAAP)

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao semestre findo 30 de junho de 2024, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de junho de 2024:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao

Carlos José da Costa André

Ede Ilson Viani

Franco Raul Rizza

Germanuela de Almeida de Abreu

Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Maria Elena Lanciego Perez

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida

Alessandro Chagas Farias

Alexandre Teixeira de Araujo

Alexandre Guimarães Soares

Ana Paula Neves Granieri Domenici

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

André Juaçaba de Almeida

Carlos Aguiar Neto

Celso Mateus De Queiroz

Cezar Augusto Janikian

Claudia Chaves Sampaio

Claudenice Lopes Duarte

Daniel Mendonça Pareto

Eduardo Alvarez Garrido

Eduardo Luis Sasaki

Enrique Cesar Suares Fragata Lopes

Flávia Davoli

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Gustavo de Sousa Santos

Izabella Ferreira Costa Belisario

Jean Paulo Kambourakis

Juliana Improta Cury Simon

Leonardo Mendes Cabral

Luciana de Aguiar Barros

Marilize Ferrazza Santinoni

Murilo Setti Riedel

Paulo César Ferreira de Lima Alves

Paulo Fernando Alves Lima

Paulo Sérgio Duailibi

Rafael Abujamra Kappaz

Ramón Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Ricardo Olivare de Magalhães

Richard Flavio Da Silva

Robson de Souza Rezende

Rogério Magno Panca

Sandro Kohler Marcondes
 Sandro Mazerino Sobral
 Sandro Rogério da Silva Gamba
 Thomaz Antonio Licarião Rocha
 Vanessa Alessi Manzi
 Vítor Ohtsuki

2. 1. Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras (Demonstrações Financeiras Consolidadas IFRS)

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao primeiro semestre findo em 30 de junho de 2024, elaboradas de acordo com o critério International Financial Reporting Standards (IFRS®) e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB®). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de junho de 2024:

Diretoria Executiva
 Diretor Presidente
 Mario Roberto Opice Leão
 Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores
 Gustavo Alejo Viviani
 Diretores Vice-Presidente Executivos
 Alessandro Tomao
 Carlos José da Costa André
 Ede Ilson Viani
 Franco Raul Rizza
 Germanuela de Almeida de Abreu
 Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt
 Gilberto Duarte de Abreu Filho
 Maria Elena Lanciego Perez
 Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite
 Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida
 Alessandro Chagas Farias
 Alexandre Teixeira de Araujo
 Alexandre Guimarães Soares
 Ana Paula Neves Granieri Domenici
 Ana Paula Vitali Janes Vescovi
 André Juaçaba de Almeida
 Carlos Aguiar Neto
 Celso Mateus De Queiroz
 Cezar Augusto Janikian
 Claudia Chaves Sampaio
 Claudenice Lopes Duarte
 Daniel Mendonça Pareto
 Eduardo Alvarez Garrido
 Eduardo Luis Sasaki
 Enrique Cesar Suares Fragata Lopes
 Flávia Davoli
 Franco Luigi Fasoli
 Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
 Gustavo de Sousa Santos
 Izabella Ferreira Costa Belisario
 Jean Paulo Kambourakis
 Juliana Improta Cury Simon
 Leonardo Mendes Cabral
 Luciana de Aguiar Barros
 Marilize Ferrazza Santinoni
 Murilo Setti Riedel
 Paulo César Ferreira de Lima Alves
 Paulo Fernando Alves Lima
 Paulo Sérgio Duailibi
 Rafael Abujamra Kappaz
 Ramón Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Richard Flavio Da Silva
Robson de Souza Rezende
Rogério Magno Panca
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Vanessa Alessi Manzi
Vítor Ohtsuki.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

1. Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes (Demonstrações Financeiras BRGAAP)

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de junho de 2024:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao

Carlos José da Costa André

Ede Ilson Viani

Franco Raul Rizza

Germanuela de Almeida de Abreu

Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Maria Elena Lanciego Perez

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida

Alessandro Chagas Farias

Alexandre Teixeira de Araujo

Alexandre Guimarães Soares

Ana Paula Neves Granieri Domenici

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

André Juaçaba de Almeida

Carlos Aguiar Neto

Celso Mateus De Queiroz

Cezar Augusto Janikian

Claudia Chaves Sampaio

Claudenice Lopes Duarte

Daniel Mendonça Pareto

Eduardo Alvarez Garrido

Eduardo Luis Sasaki

Enrique Cesar Suares Fragata Lopes

Flávia Davoli

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Gustavo de Sousa Santos

Izabella Ferreira Costa Belisario

Jean Paulo Kambourakis

Juliana Improta Cury Simon

Leonardo Mendes Cabral

Luciana de Aguiar Barros

Marilize Ferrazza Santinoni

Murilo Setti Riedel

Paulo César Ferreira de Lima Alves

Paulo Fernando Alves Lima

Paulo Sérgio Duailibi

Rafael Abujamra Kappaz

Ramón Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Ricardo Olivare de Magalhães

Richard Flavio Da Silva

Robson de Souza Rezende

Rogério Magno Panca

Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Vanessa Alessi Manzi
Vítor Ohtsuki

2. Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes (Demonstrações Financeiras IFRS)

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao primeiro semestre findo em 30 de junho de 2024, elaboradas de acordo com o critério International Financial Reporting Standards (IFRS®) e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB®). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de junho de 2024:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao

Carlos José da Costa André

Ede Ilson Viani

Franco Raul Rizza

Germanuela de Almeida de Abreu

Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Maria Elena Lanciego Perez

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida

Alessandro Chagas Farias

Alexandre Teixeira de Araujo

Alexandre Guimarães Soares

Ana Paula Neves Granieri Domenici

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

André Juaçaba de Almeida

Carlos Aguiar Neto

Celso Mateus De Queiroz

Cezar Augusto Janikian

Claudia Chaves Sampaio

Claudenice Lopes Duarte

Daniel Mendonça Pareto

Eduardo Alvarez Garrido

Eduardo Luis Sasaki

Enrique Cesar Suares Fragata Lopes

Flávia Davoli

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Gustavo de Sousa Santos

Izabella Ferreira Costa Belisario

Jean Paulo Kambourakis

Juliana Improta Cury Simon

Leonardo Mendes Cabral

Luciana de Aguiar Barros

Marilize Ferrazza Santinoni

Murilo Setti Riedel

Paulo César Ferreira de Lima Alves

Paulo Fernando Alves Lima

Paulo Sérgio Duailibi

Rafael Abujamra Kappaz

Ramón Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Richard Flavio Da Silva
Robson de Souza Rezende
Rogério Magno Panca
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Vanessa Alessi Manzi
Vítor Ohtsuki.